

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PPGE

Thiago Delduque Bonfim da Silva

RACISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O BAIRRO DE PARADA DE LUCAS, RIO DE JANEIRO - RJ

Rio de Janeiro
2024

Thiago Delduque Bonfim da Silva

RACISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O BAIRRO DE PARADA DE LUCAS, RIO DE JANEIRO - RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Profª. Drª. Ana Angelita Neves da Rocha

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

D422r

Delduque Bonfim da Silva, Thiago
RACISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O BAIRRO DE PARADA DE LUCAS, RIO DE JANEIRO - RJ / Thiago Delduque Bonfim da Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.
147 f.

Orientadora: Ana Angelita Costa Neves da Rocha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. racismo ambiental. 2. educação. 3. fotoescrevivência. I. Angelita Costa Neves da Rocha, Ana, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Thiago Delduque Bonfim da Silva

RACISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O BAIRRO DE PARADA DE LUCAS, RIO DE JANEIRO - RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 23 de agosto de 2024
Banca Examinadora:

_____

Profª. Drª. Ana Angelita Neves da Rocha
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Profª. Drª. Patrícia Raquel Baroni
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Profª. Drª. Rita de Cássia Martins Montezuma
Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro
2024

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Aos 23 dias do mês de agosto de 2024, às 14h, com base na Resolução CEPG nº 128/2022, reuniu-se em sessão remota e que foi gravada a Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada **"RACISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO:**

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O BAIRRO DE PARADA DE LUCAS, RIO DE JANEIRO - RJ", de autoria do/a mestrando/a Thiago Delduque Bonfim da Silva **turma 2022**, candidato ao título de **Mestre em Educação,** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Banca Examinadora, constituída pelo/a, Prof/a Dr/a, Ana Angelita Costa Neves da Rocha, orientador/a, pela Prof/a. Dr/a. Patrícia Raquel Baroni, (UFRJ - participação por videoconferência) e pelo Prof. Dr./a Rita de Cássia Martins Montezuma (UFF - participação por videoconferência), considerou a dissertação:

(x) Aprovado
( ) Aprovado com recomendações de reformulação
( ) Reprovado

A banca recomenda uma revisão cuidadosa do texto e de sua estrutura, respeitando as normas de publicação. A banca reconhece a relevância da temática abordada, considerando a valorização da análise autoral sobre Parada de Lucas. Importa sublinhar que, em consenso, a banca sugere a publicação dos resultados da dissertação em periódicos e a participação em eventos acadêmicos.

Eu, Ana Angelita Costa Neves da Rocha, Presidente da Banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada, representando todos os membros da Banca Examinadora e o/a candidato/a.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA ANGELITA COSTA NEVES DA ROCHA
Data: 23/08/2024 17:25:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dedico este trabalho aos meus ancestrais que sonharam a realidade que tento hoje construir.

AGRADECIMENTOS

À Camila Reis Tomaz, que primeiro sonhou esta realidade. Que enxergou em mim a possibilidade de uma continuidade para os nossos e me estende a mão sempre que dá mais um passo. Me abre caminhos e não nos esquece.

Aos meus avós Severino Ferreira da Silva (in memoriam), Gildete Bonfim da Silva (in memoriam) e Nilza Caldas Delduque (in memoriam) que ao longo da trajetória acadêmica encerraram a passagem física pela terra. Por eles, me fiz professor, cientista, mestre e pretendo, se possível, ser doutor; mas o melhor dos títulos que terei na vida, para sempre, foi o de neto e de “meu amor”.

À minha mãe e ao meu pai, Simone Delduque de Souza e Gilson Bonfim da Silva (in memoriam), que sob muita dedicação, amor, lealdade e fé em dias melhores, fizeram das intensas batalhas da vida um lugar de superação e não de estagnação para mim. Tenho superado todas as batalhas na medida em que posso. Por vezes inspirado, incisivo e com coragem; por outras cansado, com medo e desanimado. Mas nunca sem a fé inabalável no futuro que posso construir como eles me ensinaram.

À minha irmã, Sophia Delduque Bonfim da Silva, por quem me torno incansável nos movimentos da vida em tentativa de facilitar suas batalhas, abrir seus caminhos e dar a possibilidade de fazer as escolhas que bem quiser, não somente as que precisar. Nós vamos transformar a vida em lugar melhor para se viver, não somente sobreviver. Acredite.

À minha companheira de vida, Taina Ribeiro Santos, que me reforça diariamente a crença de que o amor é uma escolha. Escolher amá-la me impulsiona e fortalece nas fraquezas, facilita caminhos difíceis, me acalma em meio às tempestades e me põe de pé nas quedas. O seu amor me acolhe, a sua parceria me fortalece. Nossos passos caminharão longas distâncias e vão alcançar lugares que sempre sonhamos, para nós não há outro lugar que não seja aquele que quisermos estar.

À minha orientação, Profª. Drª. Ana Angelita por toda paciência, carinho, atenção e acolhimento. Ana, a quem devo um vinho desde o primeiro dos inúmeros almoços ao qual ela gentilmente convidou, tem a inegociável vocação de ser mãe para o seu rebanho, dando colo quando necessário e as inúmeras orientações afetivas; mas sabendo pontuar de forma firme, sem perder a doçura e profunda

educação, quando algo não está indo bem. Nela, personifico a banca de qualificação e defesa, esta última formada por duas professoras da mais alta categoria, que muito me honram ao fazer parte desta etapa. Duas mulheres pretas sonhadas por nossa ancestralidade. Na medida em que posso acompanhá-las, cresce também a certeza de que são inspiração para nossa continuidade.

Agradeço ainda aos professores do PPGE, aqui em destaque Ênio Serra e Carlos Frederico, que ajudaram diretamente na construção dessa pesquisa e a todos os outros professores que passaram pela minha vida. São esses imortalizados pelas minhas memórias, a quem destino gratidão eterna por todos os ensinamentos.

A todos os parceiros do GEECA em nível de graduação e pós graduação; em destaque os contemporâneos Luciana, Maurício, Marlita, Wellington e Débora do GEECA; William, Maria Clara, Patrícia, Karyne, Lohane, José, Emanuelle e Adriana da UFRJ, com quem tive inúmeras partilhas e ganhei força ao longo dos dois anos. Recordo e reforço agradecimento ao Maurício, que em um momento muito delicado me ligou e sua última frase daquela longa conversa terá lugar perpétuo em meu coração: “Terminar bem é melhor do que só terminar”. Espero que assim eu o faça.

Por fim, enquanto bolsista CAPES/CNPQ, agradeço a instituição que se manteve firme diante dos ataques sofridos no último governo e ganhou fôlego nos últimos dois anos. A Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, que posso chamar de casa. E finalmente à Parada de Lucas, que me chamava para essa conversa há aproximadamente 14 anos, período que me mudei para cá. Foi bonito aprofundar em sua história, resistência e alegria, ao passo que foi desafiador e devastador perceber suas dores e mazelas. No fim, descobri que Lucas deseja o mesmo que eu: Vida plena e em liberdade. Que possamos conquistá-las.

Tenso, busco uma ajuda.
Às vezes me vem um salmo.

Resumo do plano:
É baixo, pequeno, mundano,
Sujo, inferno e veneno.
Frio, inverno, sereno,
Repressão e regressão.
É um luxo ter calma, a vida escalda.

Sem noção do que são dádivas,
Num tempo que a única que ainda corre aqui são nossas lágrimas
Eu me refaço, farto, descarto, de pé no chão, homem comum.
Se a benção vem, reparto.
Tipo um girassol
Meu olho busca um sol.
Pus em prática
Essa tática:
Enquanto a terra não for livre, eu também não sou.
Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou!

É mil volts a descarga de tanta luta,
Adaga que rasga com força bruta.
Deus por que a vida é tão amarga
Na terra que é casa da cana de açúcar?
Essa sobrecarga assusta o gueto,
Embarga e assusta ser suspeito…

É que igual Jesus,
No caminho da luz todo mundo é preto!
(Emicida, 2019)

RESUMO

SILVA, Thiago Delduque Bonfim da. **Racismo ambiental e Educação: Um estudo de caso sobre o bairro de Parada de Lucas, Rio de Janeiro - RJ**. Rio de Janeiro, 2024.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Com base em um diálogo fotoescrevivente, esta dissertação visa problematizar a relação entre o racismo ambiental e a educação. Para isso, adoto, como recorte espacial, o bairro de Parada de Lucas, analisando seus índices quantitativos e qualitativos para a compreensão da realidade local. O trabalho discute como diferentes tipificações de racismos se entrelaçam ao racismo ambiental, criando um painel dos problemas ambientais, educacionais e sociais nesse contexto específico. A contextualização do tema será realizada, destacando a importância de investigar o racismo ambiental com o foco no espaço da escola, dada a escassez de pesquisas sobre o assunto e os baixos índices de qualidade de vida na área de estudo. Os processos mencionados serão desenvolvidos a partir da coleta de dados em plataformas como CAPES, Censo Escolar 2022, Censo Demográfico e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A análise desses dados, junto com o procedimento da fotoescrevivência, permite a interpretação de como os processos territoriais podem ser chave de interpretação da relação entre racismo ambiental e a educação. A hipótese inicial da pesquisa opera com a análise de como a segregação urbana produz territorialmente escolas cujas formas e funções reforçam o racismo ambiental. Nesse sentido, a pesquisa busca novas perspectivas para imprimir o debate educacional onde habitam corpos pretos e periféricos, suas territorializações em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro.

PALAVRAS CHAVES: RACISMO AMBIENTAL. EDUCAÇÃO. FOTOESCREVIVÊNCIA.

ABSTRACT

SILVA, Thiago Delduque Bonfim da. **Environmental Racism and Education: A Case Study of the Parada de Lucas Neighborhood, Rio de Janeiro - RJ.** Rio de Janeiro, 2024.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Based on a photo-written dialogue, this dissertation aims to problematize the relationship between environmental racism and education. To do this, I use the Parada de Lucas neighborhood as a spatial focus, analyzing its quantitative and qualitative indices in order to understand the local reality. The work discusses how different types of racism are intertwined with environmental racism, creating a panel of environmental, educational and social problems in this specific context. The theme will be contextualized, highlighting the importance of investigating environmental racism with a focus on the school space, given the scarcity of research on the subject and the low levels of quality of life in the study area. The aforementioned processes will be developed by collecting data from platforms such as CAPES, the 2022 School Census, the Demographic Census and Rio de Janeiro City Hall. The analysis of this data, together with the photo-writing procedure, will allow us to interpret how territorial processes can be key to interpreting the relationship between environmental racism and education. The initial hypothesis of the research is to analyze how urban segregation territorially produces schools whose forms and functions reinforce environmental racism. In this sense, the research seeks new perspectives to imprint the educational debate where black and peripheral bodies live, their territorializations in Parada de Lucas, Rio de Janeiro.

KEYWORDS: ENVIRONMENTAL RACISM. EDUCATION. FOTOESCREVIVÊNCIA.

LISTA DE FIGURAS:

FIGURA 01 - Vista da parte de baixo da pedreira localizada no bairro de Vista Alegre.
FIGURA 02 - Fachada da casa em que passei a morar no alto da pedreira.
FIGURA 03 - Distância da casa antiga em Vista Alegre (Rua Figueira da Foz, 369) e a atual (Conjunto Habitacional Sesquicentenário) em Parada de Lucas.
FIGURA 04 - Dados obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação sobre o número de pós-graduandos no Brasil.
FIGURA 05 - Dados obtidos a partir da Plataforma Capes sobre o número de teses e dissertações sobre a temática.
FIGURA 06 - Dados sobre a busca por “racismo ambiental e educação” obtidos através da Plataforma Google Scholar.
FIGURA 07 - Dados sobre “environmental racism and education” obtidos através da Plataforma Google Scholar.
FIGURA 08 - Dados obtidos a partir da Plataforma Google Scholar expostos em gráfico dimensionando o domínio do tema na língua inglesa.
FIGURA 09 - Dados sobre “Racismo ambiental y Educación” obtidos através da Plataforma Google Scholar.
FIGURA 10 - Dados obtidos a partir da Plataforma Google Scholar dispostos em gráfico considerando as três buscas anteriores.
FIGURA 11 - Tabela com os bairros ranqueados de 105 a 117 colocados no IDH-RJ.
FIGURA 12 - Dados básicos do IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000. Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.
FIGURA 13 - Gráfico de teses e dissertações sobre racismo ambiental.
FIGURA 14 - Gráfico de teses e dissertações sobre racismo ambiental em educação.
FIGURA 15 - Tabela de teses e dissertações.
FIGURA 16 -Registro da área percorrida a pé em Parada de Lucas para registros fotográficos.
FIGURA 17 - Homem negro segurando bandeira do Brasil ensanguentada em protesto.
FIGURA 18 - Número de óbitos por arma de fogo.
FIGURA 19 - Jovem em protesto contra a violência a jovens pretos.
FIGURA 20 - Área de Parada de Lucas que foi aterrada, considerando toda a extensão da favela.
FIGURA 21 - Antiga estação de ônibus em Parada de Lucas.
FIGURA 22 - Imagem atual da garagem de ônibus onde se localizava a primeira estação.
FIGURA 23 - Destaque para os paralelepípedos que existem no fundo da garagem.
FIGURA 24 - Reportagem sobre a violência em Parada de Lucas e adjacências.

FIGURA 25 - Muro em frente à rampa de acesso à estação de trem em Parada de Lucas.
FIGURA 26 - Reportagem sobre a violência em Parada de Lucas.
FIGURA 27 - Imagens do “mosquito fofoqueiro”, helicóptero da RecordTv, sobrevoando bem próximo da minha casa.
FIGURA 28 - Imagem transmitida pelo helicóptero para a TV, sobrevoando a região da estação de trem de Parada de Lucas, anunciando bandidos armados.
FIGURA 29 - Áreas em guerra em destaque pelo jornalístico “Cidade Alerta” da RecordTV.
FIGURA 30 - Mapa das áreas em guerra exibido pelo jornalístico RJTV2 da Rede Globo.
FIGURA 31 - Barricadas serão dispostas nas vias em azul, em vermelho a área da Favela do Dourado e em verde a área do Morro do Quitungo.
FIGURA 32 - Registro do jornalístico “Cidade Alerta RJ” denunciando suposto endereço do esconderijo do traficante rival do Complexo de Israel.
FIGURA 33 - Objetos religiosos e vasos de plantas quebrados em terreiro no Complexo de Israel.
FIGURA 34 - Frente do Conjunto Habitacional Sesquicentenário e descarte de lixo.
FIGURA 35 - Calçadas da rua Cordovil, uma das principais vias de Parada de Lucas.
FIGURA 36 - Calçadas da rua Bulhões de Marcial, rua da linha férrea da estação de Parada de Lucas.
FIGURA 37 - Moradora separando latas para descarte na frente de seu bloco.
FIGURA 38 - Funcionários entregando itens coletados para o ferro velho.
FIGURA 39 - Localização das duas clínicas da família disponíveis no bairro de Parada de Lucas.
FIGURA 40 - Imagens de Satélite do Centro de Adestramento Almirante Marques e do terreno do IBGE.
FIGURA 41 - Fundos do terreno do IBGE com saída para a Rua Cordovil.
FIGURA 42 - Vista do apartamento antigo.
FIGURA 43 - Vista do apartamento atual.
FIGURA 44 - Vista de satélite do terreno em frente ao novo apartamento.
FIGURA 45 - Detalhe da mesa da sala do apartamento empoeirada.
FIGURA 46 - Visualização do morro localizado do outro lado da Avenida Brasil em dias menos poluídos.
FIGURA 47 - Visualização do morro localizado do outro lado da Avenida Brasil em dias mais poluídos.
FIGURA 48 - Casal no telhado das garagens, sob sombra da árvore e conversando.
FIGURA 49 - Jovens brincando de surf em um rio poluído no interior do Complexo de Israel.
FIGURA 50 - Capa do jornal “Favelão” e uma reportagem sobre a remoção das favelas.

FIGURA 51 - Capas do jornal “Favelão” denunciando o despejo de moradores e a violência nas favelas.
FIGURA 52 - Fachada da quadra da escola de samba Unidos de Lucas.
FIGURA 53 - Roda de samba na quadra da escola de samba Unidos de Lucas.
FIGURA 54 - Festejos do Bumba meu Boi em Parada de Lucas.
FIGURA 55 - Representações culturais e religiosas nos festejos do bumba meu boi em Parada de Lucas.
FIGURA 56 - Identificação de escolas municipais no bairro de Parada de Lucas pela Prefeitura do Rio de Janeiro.
FIGURA 57 - Identificação de escolas municipais em toda a cidade pela Prefeitura do Rio de Janeiro.
FIGURA 58 - Nome e endereço das três escolas pesquisadas no bairro de Parada de Lucas.
FIGURA 59 - Tabela de recursos da escola Joseph Bloch em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 60 - Fachada da escola Municipal Joseph Bloch.
FIGURA 61 - Vista por satélite da escola Municipal Joseph Bloch. Fonte Google Maps.
FIGURA 62 - Tabela de recursos da escola Joseph Bloch em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 63 - Tabela de recursos da escola Joseph Bloch em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 64 - Tabela de recursos da escola Joseph Bloch em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 65 - Tabela de recursos da associação cruzada São Sebastião em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 66 - Vista por satélite da Escola Municipal Cruzada São Sebastião.
FIGURA 67 - Frase “JESUS É O DONO DO LUGAR, SOMOS FILHOS DELE” e versículo bíblico no muro lateral da escola.
FIGURA 68 - Frase “SEJA BEM VINDO A PARADA DE LUCAS” na lateral da escola, rua de acesso fechada com barricada.
FIGURA 69 - Morador retirando barricada, jovens ao fundo se direcionando à escola.
FIGURA 70 - Crianças e adolescentes se dirigem à escola ao lado do rio poluído onde meninos surfavam.
FIGURA 71 - Tabela de recursos da associação Cruzada São Sebastião em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 72 - Tabela de recursos da Associação Cruzada São Sebastião em Parada de Lucas de acordo com o censo.

FIGURA 73 - Tabela de recursos da associação cruzada São Sebastião em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 74 - Imagens por satélite do CIEP Mestre Cartola.
FIGURA 75 - Área ao entorno do CIEP Mestre Cartola.
FIGURA 76 - Operação policial encontra drogas escondidas no CIEP Mestre Cartola.
FIGURA 77 - Tabela de recursos do CIEP Mestre Cartola em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 78 - Tabela de recursos do CIEP Mestre Cartola em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 79 - Tabela de recursos do CIEP Mestre Cartola em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 80 - Tabela de recursos do CIEP Mestre Cartola em Parada de Lucas de acordo com o censo.
FIGURA 81 - Imagens da E.M. Gabriela Mistral na Urca - RJ.
FIGURA 82 - Fluxograma da interação entre escola e comunidade escolar.

1. INTRODUÇÃO..... 1
1.1. Contextualização..... 2
1.2. Apresentação.....5
1.3. Objetivos.....10
1.4. Justificativa..... 10
1.4.1. Inventário descritivo e analítico de teses e dissertações sobre racismo ambiental e educação.....17
1.5. Metodologia..... 25
1.5.1. Fotoescrevivência como ferramenta metodológica..... 28
2. RACISMO AMBIENTAL.....34
2.1. Racismos: Estrutural, institucional e ambiental..... 34
2.2. Diferenciação entre racismo ambiental e injustiça ambiental.....42
2.3. Racismo ambiental no bairro de Parada de Lucas.....45
2.3.1. O respirar de Lucas..... 78
3. Racismo ambiental nas escolas de Parada de Lucas.....87
3.1. Escola Municipal Joseph Bloch..... 92
3.2. Associação Cruzada São Sebastião..... 97
3.3. CIEP Mestre Cartola.....102
3.4. Comunidade escolar no enfrentamento ao racismo ambiental..... 107
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 116
5. REFERÊNCIAS.....120

1. INTRODUÇÃO

Caro leitor, este trabalho vai trazer ao destaque três escolas municipais do bairro de Parada de Lucas, na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, local em que moro há 13 anos. Daqui, já faço um importante adendo, considerando a informação de que sou morador da região dominada pelo poder narcopentecostalista do Complexo de Israel: por medidas de segurança, algumas figuras e textos foram retirados da versão final deste trabalho.

Trarei, portanto, discussões e relatos íntimos sobre a vivência enquanto morador do bairro, onde precisarei escancarar preconceitos - inclusive próprios - a fim de narrar práticas existentes no cotidiano. Serão descritas percepções de um Thiago (adolescente) que rumava ao discurso regado de preconceitos ao se encontrar assustado pela mudança para um bairro desconhecido e mal falado, em contraponto a um relato (foto)escrevivente que pauta a escrita desta pesquisa. É que se torna preciso enxergar quem fomos, quem somos e quem seremos diante destes problemas que se apresentam, para isso, há de se sentir na carne, o peso desta escrita.

Este estudo se apresenta contendo quatro tópicos em estrutura de capítulos ao longo de seu corpo. Sendo este, o de introdução, abordando em subtópicos a contextualização deste trabalho, a apresentação e motivações do autor, objetivo geral e os específicos. Por fim, ainda neste capítulo, a justificativa, inventário descritivo e analítico das teses e dissertações que abordam questões sobre racismo ambiental e educação. Para a organização metodológica deste trabalho, opto pelas fotoescrevivências como uma ferramenta metodológica desta pesquisa, somando aos relatos, reportagens, curadoria de imagens das redes sociais e dados quantitativos de diferentes plataformas públicas.

O segundo capítulo traz à cena as diferenças entre duas outras especificações de racismo e o ambiental, como o termo surgiu e suas consequências para a sociedade; considerando também a diferenciação entre o Racismo Ambiental de Benjamin Chavis e a Injustiça Ambiental de Robert Bullard. Por findar este capítulo, destaco como o Racismo Ambiental se apresenta no bairro de Parada de Lucas.

Na seção 2.3.1, busco enfatizar Lucas que resiste apesar dos problemas. Mostrando que há um bairro de resistência e alegria apesar das tentativas de apagamentos. Tenho apreço por esta seção, porque nela gostaria de convidar o leitor a perceber Lucas para além de seus problemas e aquilombar a escrita a partir das resistências.

No terceiro capítulo, trago o debate para o meio educacional, destacando neste ponto as evidências obtidas sobre o impacto do racismo ambiental na educação e nas escolas municipais do bairro de Parada de Lucas, de acordo ainda com o Censo Escolar 2022, dados da prefeitura da cidade e do IBGE, além de uma breve discussão sobre o apercebimento racial dos alunos dessa região. Com isso, será possível, no item 3.5, alimentar o debate sobre como a comunidade escolar pode auxiliar no enfrentamento desta problemática, apresentando o quanto as formas espaciais da escola traduzem a complexidade do racismo ambiental.

Por fim, nas considerações finais deste documento, busco partilhar sobre um futuro que pode ser movimentado a fim de estender a agenda de debate oferecido por este estudo para diálogos futuros com e para além da pesquisa acadêmica.

1.1. Contextualização

Mil nações moldaram minha cara
Minha voz uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala
O meu país é meu lugar de fala
Pra que separar? / Pra que desunir?
Por que só gritar? / Por que nunca ouvir?
Pra que enganar? / Pra que reprimir?
Por que humilhar e tanto mentir?
Pra que negar que ódio é o que te abala?
Pra que explorar? / Pra que destruir?
Por que obrigar? / Por que coagir?
Pra que abusar? / Pra que iludir?
E violentar, para nos oprimir?
Pra que sujar o chão da própria sala?
Nosso país, nosso lugar de fala!
(Elza Soares, 2019)

Trata-se, neste ponto, de compreender a importância do debate sobre Racismo Ambiental e Educação, sobretudo neste momento em que urge a necessidade de novas narrativas sobre tais temáticas. Não objetiva-se, portanto, a justificar o porquê destes temas; mas a elucidar pontos importantes para a construção desta pesquisa que trará à cena debates que visam problematizar práticas desse fenômeno e identificar seus efeitos na Educação.

A primeira delas, permita-me destacar, é a voz. Há-de se ter voz para falar, questionar, narrar, explicar, dialogar e até para compreender. De tal modo, não me silenciarei! Esta escrita será de forma escrevivente, onde em cada etapa, estarei não como sujeito que apenas escreve, mas que fala e sobretudo, vive (Soares e Machado, 2017). E garanto, não vivo sozinho. Assim sendo, não venho só. Venho com quem fala, vive, escreve e tantos outros. Lélia Gonzalez (1983) disse que assumimos um risco ao falar com todas as implicações porque temos sido falados por outras pessoas, mas aqui, assim como Lélia, assumo minha fala e meu risco.

Conceição Evaristo (2005) conceitua que escrever é um modo de ferir o silêncio que nos é imposto, que quando nós escrevemos, estamos tomando o lugar da escrita enquanto direito nosso e assim, tomamos lugar da vida enquanto a fala de um corpo que não é somente descrito, mas é sobretudo, vivido.

> Emoções coletivas – esse afeto que me afeta e que afeta a todos, por assim dizer, mulheres e homens, jovens e adultos, nesse Brasil dos muitos brasis. Esta escrita-manifesto, de linguajar urdido da semente das palavras – que têm germinado em terras ditas inférteis –, é a barricada do delito dos tempos verbais, significado da própria criatura que subverteu o destino, e, através do seu lugar de fala, exposta como vísceras, infere suas memórias de mistura com sua condição de menina mulher preta – as joanas, ainás, dandaras, aqualtunes, sabinas, mahins, carolinas (Tom Farias, 2018, p. 14).

Assim, com emoções coletivas, dialogamos e convidamos a conversar conosco.

Para compreender a importância do debate sobre Racismo Ambiental e seus impactos na educação não se pode ter um discurso parcial, é preciso reconhecer esta problemática e trabalhar para diminuição de seus males. Minayo

(2012) aborda que nenhuma questão pode ser intelectualmente problematizada, sem que antes, seja um problema de vida prática.

Nesse contexto, o Racismo Ambiental se apresenta como parte de um sistema que se posiciona entre questões de raça, classe social e justiça ambiental (Corrêa; Moutinho da Costa e Loureiro, 2013). Trata-se de um fato observado e discutido nas últimas décadas sob diferentes lentes e nomes, mas conforme ganha-se certo destaque, as evidências registram que são as regiões periféricas e/ou racializadas em que se encontra maior atividade do Racismo Ambiental em suas práticas e consequências (Acselrad, 2004).

Embora nos últimos anos tenha se debatido e promovido conscientização sobre este tema, ele ainda ocorre nestas comunidades que o enfrentam sob condições insalubres, tendo acesso limitado a diferentes recursos e serviços, não alcançando a todos. Assim sendo, este trabalho se põe sob a discussão dos efeitos do Racismo Ambiental não somente nas escolas, mas também, no bairro de Parada de Lucas enquanto recorte espacial.

Veremos este fenômeno como um dos principais propulsores da desigualdade social, tendo comunidades escolares sendo empurradas para racialização, degradação ambiental, segregação e discriminação; e para além, tendo menor acesso a serviços de saúde adequados, educação, empregos e lazer. Tudo isso com apoio do racismo sistêmico e estrutural que perpetua tais situações e reforça as disparidades sociais existentes.

Ao aproximar o debate das escolas, se faz necessário pensar em uma nova abordagem curricular deste tema a fim de jogar luz aos problemas enfrentados não somente pelas escolas e pela comunidade escolar, mas por todo o planeta. Ao dialogar com movimentos eco feministas da América do Sul, Rocha (2019) destaca que o corpo-território torna-se um argumento curricular de resistência porque este é indissociável às agendas de luta, potencializando esse currículo corpo-territorializado a dimensões materiais e imateriais ao promover diferentes perspectivas sob o território em que habita. Paulo Freire (1987) diz que não há conscientização se, dessa prática educativa não houver ação consciente dos oprimidos, como classe explorada. Entretanto, o próprio autor reforça que ninguém conscientiza ninguém, são educadores e alunos que se conscientizam através dos movimentos dialéticos entre a reflexão crítica da ação anterior e posterior à luta. Ou seja, há a necessidade de promover dentro do currículo escolar possibilidades de

diálogos sobre seus espaços e territórios a fim de consolidar o processo de conscientização.

As escolas não estão imunes ao Racismo Ambiental e existem diferentes formas pelas quais ele vai se manifestar dentro deste local (Souza, 2021), desencadeando uma série de consequências que impedirão o progresso e desenvolvimento tanto da escola, quanto do bairro e por consequência, da cidade, país e planeta. Aqui vamos tratar das consequências diretas sob e para as escolas e o bairro de Parada de Lucas, utilizando os dados do censo escolar de 2022 e do IBGE de 2022, bem como de informações da própria prefeitura do Rio de Janeiro.

Assim sendo, debateremos o Racismo Ambiental e a Educação por compreender que esta é uma importante possibilidade de promover reflexões, conscientização e mudanças através da partilha de experiências e dados estatísticos sobre seus efeitos, destacando desigualdades e injustiças presentes no sistema educacional e promovendo ações para enfrentar esses problemas.

1.2. Apresentação

Também somos linha de frente
De toda essa história…
Enfrentando no peito um certo preconceito
E muito desdém…
Procure primeiro saber quem eu sou…
Respeite a camisa que a gente suou…
Respeite quem pôde chegar
onde a gente chegou!
(Jorge Aragão, 1999)

Este trabalho surge a partir do profundo diálogo em parceria com a minha orientadora Profª. Drª. Ana Angelita Rocha, que ao observar seu material de estudo, áreas de trabalhos e os meus, encontrou um ponto em comum: A urgência de dialogar sobre novos modelos de educação frente às emergências globais. Como por exemplo, o Racismo Ambiental que se evidencia nas zonas periféricas das grandes cidades. E mais do que isso, trazer a este debate perspectivas aliadas em contraponto ao que se dispõe atualmente na maioria das pesquisas realizadas no norte global.

Entretanto, eu havia sido selecionado para o mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ com um projeto que se denominava “(RE)CONHECENDO TERRITÓRIOS PARA EMPRETECER ESPAÇOS FORMAIS DE EDUCAÇÃO”, com o objetivo de discutir as dificuldades do acesso e a permanência de corpos pretos e periféricos nas universidades públicas. Foi preciso então, diante da nova proposta, trabalhar novamente o reconhecimento do novo tema na minha trajetória, pesquisa e escrita. Permita-me então, regressar em alguns bons anos de vida para explicitar o que me reconectou ao tema proposto pela orientação e aceito, sem delongas, por mim. Para começar pelo que já se sabe, mas importantemente aproveitar o espaço para reverenciar Lélia Gonzalez, já que “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido… ao gosto deles”; é bom que alguns saibam: **Thiago Delduque Bonfim da Silva**.

Nasci e fui criado em Vista Alegre - Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, bairro que se destacava por ter um índice de renda superior aos demais ao seu redor. Morava com minha avó materna, meu pai e minha mãe em um apartamento na principal via do bairro. Por este motivo, nada ficava distante, nem mesmo a escola pública em que eu estudava e era considerada de referência.

Todos os alunos dos bairros ao redor disputavam a escola em que eu estudava, E.M Adlai Stevenson, por ser uma escola de qualidade e fora de área de intensa violência. Eu não compreendia, mas ali, aos 7 anos, já me deparava ativamente com práticas de injustiça e racismo ambiental. Elas se refletiam nos alunos de outros bairros que chegavam a escola suados por enfrentar transportes públicos e longas distâncias a pé, nos uniformes sujos por falta de água em suas comunidades, na constância em ficar doentes ou pegar piolhos e na dificuldade em aprender os conteúdos que eram lecionados. Ali, eles chegavam muitas das vezes sozinhos porque as mães estavam trabalhando e os pais, poucos tinham. Chegavam muitas das vezes com fome, sempre comendo a merenda da escola porque não levavam lanches.

Eram poucos nessa fase de ensino fundamental 1, mas lembro-me do quanto destoavam e do quanto sofriam preconceitos por estarem naquela situação. Do quanto as próprias crianças se afastavam deles e das insistentes orientações dos responsáveis para que não se relacionassem com aquelas crianças pois eles eram os “faveladinhos”, como diziam os adultos.

Necessito dizer que, embora eles fossem, em maioria, pretos e eu também, nunca me vi enquanto preto por estar em âmbitos e situações completamente contrárias às deles. Não me reconhecia enquanto homem preto e como também, vítima desses problemas. Entretanto, a situação se transformou em 2010 quando ingressei no ensino fundamental 2 por volta dos 12 anos. Ali, me mudo para uma parte mais pobre do bairro, conhecida como “Favelinha de Vista Alegre” por estar em cima de uma pedreira e possuir casas de baixo padrão, que destoavam do resto das casas do bairro, como pode ser visto nas figuras 01 e 02.



FIGURA 01 - *Vista da parte de baixo da pedreira localizada no bairro de Vista Alegre. Material registrado no dia 03/05/2023. Fonte: Arquivo pessoal.*



FIGURA 02 - *Fachada da casa em que passei a morar no alto da pedreira. Material registrado no dia 03/05/2023. Fonte: Arquivo pessoal.*

Mas não eram só as casas que mudavam, os padrões estereotipados das pessoas também mudavam. Havia ali uma classe social que era diferente da que eu estava inserido e acostumado quando morava na parte baixa do bairro. Havia ali a classe social da qual eu fazia parte e nunca percebi.

Eu estava começando a me aperceber enquanto sujeito de corpo preto, pobre e suburbano mesmo ainda sem ter saído do bairro. Para completar o bingo do jovem preto periférico, meu pai morreu neste ano e eu estava órfão (de pai) diante de um cenário que não estava ficando nada favorável para mim. Naquele momento já não sabia mais quem eu era, mas entendi que não seria nada fácil ser alguém como eu estava me descobrindo.

Surge então, Parada de Lucas! Minha mãe, eu e minha irmã nos mudamos para o bairro vizinho. Exatos um quilômetro separam o local em que eu estava morando no alto da pedreira e o local para o qual fomos morar (e moramos até os dias atuais). A distância do local em que morava antes de subir a pedreira, é ainda menor, pouco mais de 500 metros.

Entretanto, a mudança de CEP corrobora para o que socialmente eu estava me (re)apresentando. Digo isso porque enquanto morador de Vista Alegre não era só eu que não me enxergava enquanto um menino de corpo preto, pobre e suburbano; meu bairro não me via assim, minha família não me via assim, as únicas pessoas que me viam assim eram as pessoas que eu sempre havia mantido distância por preconceitos. Eu era só um menino cercado por privilégios e de repente me apercebo enquanto um jovem preto, pobre, órfão e suburbano, sem nenhum tipo de privilégio.

Em 2014, ao ingressar no ensino médio optei por fazer o Curso Normal - Formação de Professores no Instituto de Educação Carmela Dutra. A princípio, vale ressaltar, minha mãe não queria que eu fosse estudar naquele colégio por ser um local cercado por favelas e por ter muitas pessoas de fora da minha realidade social, embora fosse a Instituição referência no ensino e na formação de professores. Mas eu estava ansioso para encontrar um novo ambiente fora dos limites geográficos em que já havia ido sozinho. Ou seja, qualquer lugar fora do meu próprio bairro.

Veja, se a realidade quando pessoas diferentes migravam para o meu território já havia me impactado e me proporcionado um choque de realidade por ver pessoas que ainda não havia visto em suas diferentes cores, trejeitos, posicionamentos, comportamentos, saberes e etc; imagina quando sou eu o sujeito

que migra para um local absolutamente diferente do que eu estava acostumado? Instaura-se o caos! Era o Thiago de quinze anos descobrindo praticamente um mundo inteiro novo e neste mesmo processo, se descobrindo e fortalecendo suas convicções diante do que apercebia.

O Carmela Dutra, sendo berço de vocações para a classe de professores, me impulsionou a pensar, a criticar, a investigar e é assim que ingresso em 2017, via pré vestibular social do CEDERJ, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, no curso de Ciências da Natureza.

Em 2018, pela UNIRIO, entro para o Programa de Iniciação à Docência - PIBID e desenvolvo na escola de estágio o projeto “REVITALIZA”, que visava atender as demandas da escola e revitalizar o ambiente com poucos recursos e/ou materiais reciclados. Além disso, realizava intervenções culturais no local e conversava com os professores para inserir novas práticas de ensino, pesquisa e conteúdos no currículo escolar, quando possível. Este projeto foi o que, no ano de 2022, despertou a atenção da Profª. Drª. Ana Angelita para que pudéssemos trabalhar na UFRJ sobre o que eu nem mesmo sabia se chamar de Racismo Ambiental e as formas de enfrentá-lo.

Voltando à UNIRIO, em 2019 saio do PIBID e entro em outro grupo de pesquisa. Em 2020, desenvolvo online devido à pandemia de COVID-19, trabalho sobre as formações geológicas, história cultural e social da cidade do Rio de Janeiro e neste campo, as favelas da cidade me chamavam atenção e por isso, no ano seguinte, passei a me dedicar à pesquisa sobre as favelas do Rio de Janeiro, onde aprofundo sobre suas formações, processos culturais e sociais.

Em março de 2022 concluo a graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza pela UNIRIO com apresentação da monografia com título “Versões de um Rio: Históricas geológica, sociais e culturais da Cidade do Rio de Janeiro” e em agosto do mesmo ano ingresso no Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ junto à Profª. Drª. Ana Angelita Rocha e toda boa gente do GEECA.

Foi analisando essa trajetória de formação acadêmica e social, que pude compreender o quão importante é que eu narre sobre o que este documento visa debater e que possamos juntos identificar o impacto do Racismo Ambiental nas escolas, a fim de construir possibilidades de combate. Assim sendo, refaço o convite para que possamos nos aprofundar na leitura deste material.

1.3. Objetivos

Este trabalho objetiva-se a identificar os impactos do Racismo Ambientais nos processos educacionais, para isso, realiza recorte espacial no bairro de Parada de Lucas - Zona Norte do Rio de Janeiro, onde através dos dados do IBGE 2010, Censo Escolar 2022 e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, identifica práticas desse fenômeno no bairro e em suas escolas.

Para além deste, encontram-se objetivos específicos, sendo eles:

1. Relatar casos de racismo ambiental nas escolas e no bairro de Parada de Lucas.
2. Problematizar práticas que possam colaborar para disseminação do racismo ambiental nestes ambientes.

1.4. Justificativa

Atenção
Ao pisar no asfalto mangue
Atenção
Para o sangue sobre o chão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte…
(Caetano Veloso, 1969)

Contextualizadas tais informações, se põe à disposição neste tópico as justificativas para dialogar com esta temática. Para além da escrevivência, que aprofundaremos a seguir sobre sua utilização metodológica, há de se observar alguns pontos importantes para a escolha deste tema.

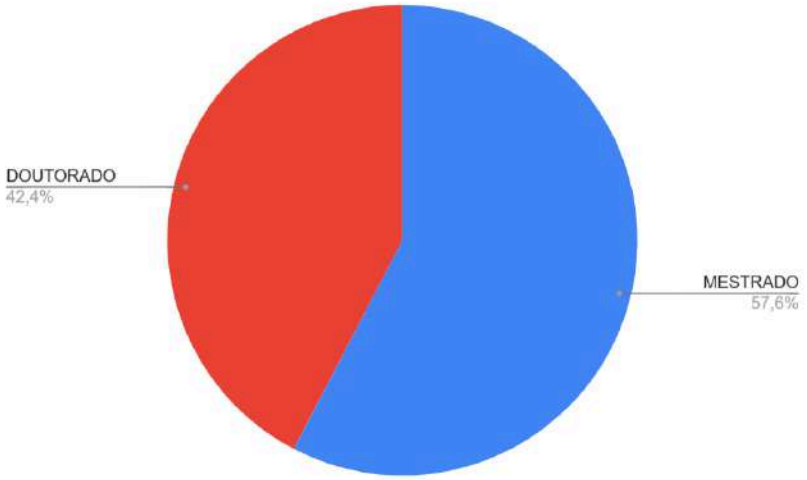
Racismo Ambiental e Educação tem sido amplamente discutido e posto em debate nos últimos anos, entretanto, a abordagem que se encontra ao relacionar este tema são voltadas para a busca de novos currículos educacionais no que se denomina por educação ambiental, termo designado para abordar a importância de envolver as questões ambientais nos debates sociais e educacionais (Loureiro, 2012). Evidentemente que passaremos por educação ambiental crítica ao longo da leitura; e aliás, esta é uma possibilidades para combater aquilo que queremos

identificar neste trabalho: Os impactos do Racismo Ambiental no sistema educacional e nos territórios das escolas.

Esta intenção, quando posta em prática nas pesquisas brasileiras, evidencia um baixo número de estudos na área diante do cenário de pesquisadores e pesquisadoras de pós-graduação.

Observe. Há aproximadamente 255.000 alunos de pós graduação no Brasil, de acordo com os dados de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação. Sendo 108.000 estudantes matriculados nos programas de doutorado e cerca de 147.000 nos de mestrado. Sendo, portanto, 57,6% no mestrado e 42,4% no doutorado.

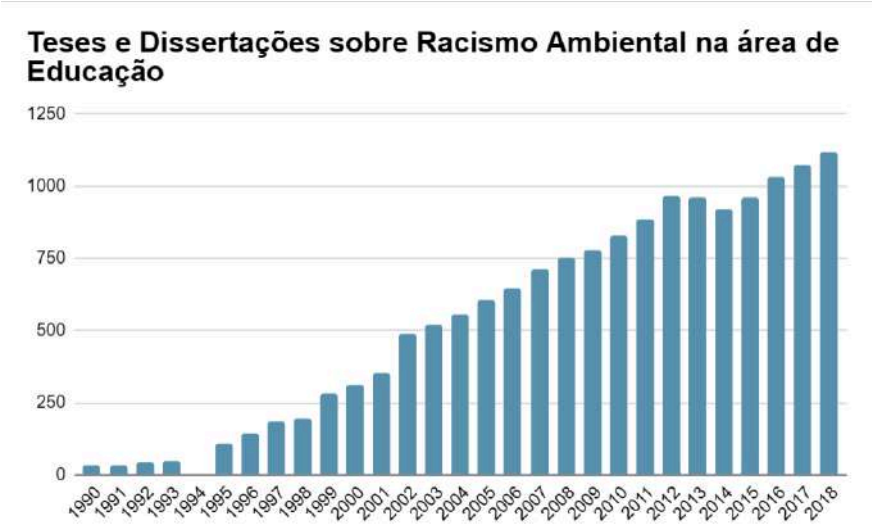
FIGURA 04 - Dados obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação sobre o número de pós-graduandos no Brasil.



Fonte: Plataforma Capes. Elaborada via Google Planilhas.

Diante destes números, sob organização da Plataforma Capes (2023), poucos pesquisam sobre o Racismo Ambiental e a Educação. É o que revelam os gráficos abaixo, que vamos nos aprofundar mais detalhadamente no tópico 3.1 do capítulo três.

FIGURA 05 - Dados obtidos a partir da Plataforma Capes sobre o número de teses e dissertações sobre a temática.



Fonte: Plataforma Capes. Elaborada via Google Planilhas.

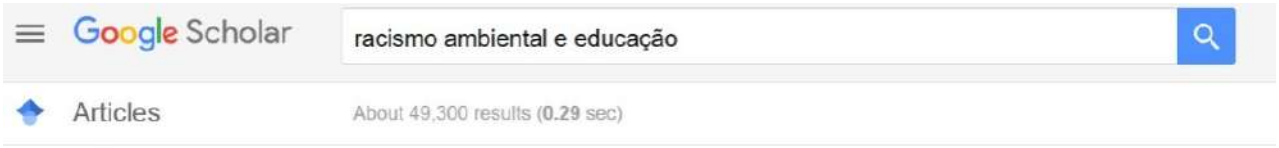
Este retrato atual nunca foi diferente, sempre esteve muito abaixo da quantidade de pós-graduandos no país. Em 1996, quando os números estavam abaixo de 250 pesquisas, entre teses e dissertações, havia 67.820 alunos de pós-graduação no Brasil, de acordo com INEP. Cenário que volta a se repetir nos anos seguintes. Em 2003, quando já se passavam de 112 mil estudantes, sendo 70 mil apenas no mestrado e 40 mil no doutorado, as pesquisas sobre o tema passaram pela primeira vez de 500 no país. Este retrato expõe um outro ponto relevante para complementar esta discussão: Quem fala por nós?

Questiono para que se observe a necessidade de trazer o debate sobre os impactos do Racismo Ambiental para as realidades do sul global, visto que há um grande número de pesquisas relacionadas à temática do ponto de vista do norte global e de seus pesquisadores.

Uma rápida busca pelo principal navegador virtual, o Google, em sua especialização para buscas e pesquisas acadêmicas (Google Scholar) que realiza a procura por pesquisas através de palavras chaves, evidencia tal ponto.

Ao digitalizar o termo “RACISMO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO” em português pt/br, aparecem 46,300 resultados gerais.

FIGURA 06 - Dados sobre a busca por “racismo ambiental e educação” obtidos através da Plataforma Google Scholar.



Fonte: Plataforma Google Scholar. Registro fotográfico virtual próprio.

Mas ao pesquisar pela expressão em inglês, que seria na tradução o termo “ENVIRONMENTAL RACISM AND EDUCATION”, aparecem 1.040,000 de resultados.

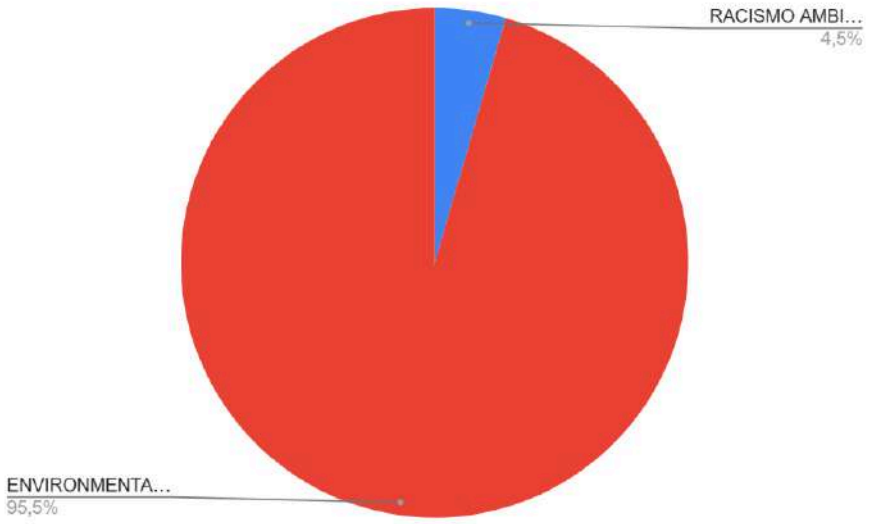
FIGURA 07 - Dados sobre “environmental racism and education” obtidos através da Plataforma Google Scholar.



Fonte: Plataforma Google Scholar. Registro fotográfico virtual próprio.

A análise desses números quando aplicada a realização de gráficos expõe domínio absoluto do tema pelos países de língua inglesa, que são maioria no norte global. Apresentando 95,5% dos resultados contra 4,5% dos debates suscitados em língua portuguesa, como revela o gráfico abaixo na figura 08:

FIGURA 08 - Dados obtidos a partir da Plataforma Google Scholar expostos em gráfico dimensionando o domínio do tema na língua inglesa.



Fonte: Plataforma Google Scholar. Elaborada via Google Planilhas.

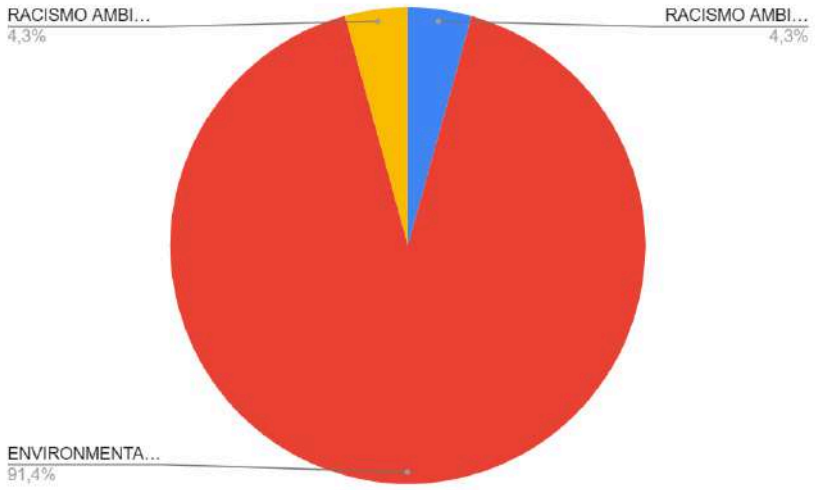
A adição da busca pelo termo em espanhol não altera o cenário de dominação dos países que falam o inglês. Pelo contrário, enfatiza que a discussão tem sido pouco tratada em português e também em espanhol, como explicitam as imagens abaixo dispostas nas figuras 09 e 10. Tendo sido encontrados 48,600 resultados para os países hispânicos e através do gráfico encontrando 4,3% para o termo em espanhol, o mesmo valor para o termo em português e 91,4% para o termo em inglês:

FIGURA 09 - Dados sobre “Racismo ambiental y Educación” obtidos através da Plataforma Google Scholar.



Fonte: Plataforma Google Scholar. Registro fotográfico virtual próprio.

FIGURA 10 - Dados obtidos a partir da Plataforma Google Scholar dispostos em gráfico considerando as três buscas anteriores.



Fonte: Plataforma Google Scholar. Elaborada via Google Planilhas.

Apesar dos dados revelarem um triste cenário na pesquisa educacional sobre os impactos do Racismo Ambiental neste campo, não há mais espaço para o silenciamento de nossas vozes e realidades! Há de se falar, mostrar, compreender e firmar nossas perspectivas.

Justamente por isso se utiliza neste trabalho a escrita escrevivente enquanto uma ferramenta metodológica (Soares e Machado, 2017). O diálogo é comigo! Que li, vivi, escrevi. O diálogo é com os que também lerem, viveram e escreveram. O diálogo é com quem também não leu, nem escreveu, mas certamente viveu. Este espaço firma-se como um lugar de diálogo nosso. Não sou eu sozinho aqui, somos todos nós explicitando as nossas perspectivas.

Desta forma também se considera a escolha para o recorte espacial desta pesquisa. O bairro de Parada de Lucas se apresenta como um dos piores bairros do Rio de Janeiro no que se refere à qualidade de vida. O último resultado do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Rio de Janeiro, obtido pelo Instituto Pereira Passos (2023), evidenciou que o bairro ocupa a 114º posição no ranking dos 164 bairros da cidade.

Torna-se necessário destacar nesse processo de pesquisa para obtenção do IDH no Rio de Janeiro, a participação ativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais (FJP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Governo Federal (IPEA) junto ao Instituto Pereira Passos. Estas organizações calculam o IDH baseado em

indicadores de saúde, educação e renda por meio de pesquisas e dados oficiais disponíveis sobre cada localidade.

Por exemplo; na saúde, busca compreender a esperança de vida ao nascer, levando em consideração dados sobre a mortalidade em diferentes idades; na educação utiliza dos dados sobre a alfabetização de adultos e a taxa de matrícula em diferentes níveis de ensino; enquanto para compreender a renda, utiliza-se das informações que se apresentam no PIB (Produto Interno Bruto) sobre a renda per capita da população de determinada área. Após coletar esses dados, eles são processados e ranqueados a partir de 100%.

Ao fim de todo esse processo, constatou-se então, que Parada de Lucas tinha 51,42% deste total, como é possível observar na tabela abaixo:

FIGURA 11 - Tabela com os bairros ranqueados de 105 a 117 colocados no IDH-RJ.

	Bairro	IPS	Necessida Humanas Básicas	Fundamer do Bem-Es	Oportunid
105	Galeão	52,10	79,90	56,38	50,01
106	Caju	51,97	84,73	53,72	47,46
107	Cavalcanti	51,95	82,77	55,67	47,40
108	Cascadura	51,91	80,52	56,23	48,99
109	Catumbi	51,87	80,97	54,92	49,70
110	Vaz Lobo	51,75	81,76	52,81	50,68
111	Tomás Coelho	51,54	83,06	52,52	49,04
112	Jardim América	51,51	85,40	54,46	44,67
113	Turiaçú	51,50	81,34	53,93	49,24
114	Parada de Lucas	51,42	87,91	49,95	46,39
115	Penha	51,14	81,78	52,42	49,23

Disponível: www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162028/analise_idhm_rio_v4_compur.pdf. Acesso em: 08/09/2023.

Ressalta-se que os índices do IDH são atualizados periodicamente a fim de observar as mudanças sociais e econômicas das regiões ao longo do tempo. Entretanto, ao observar os números dos anos anteriores, Parada de Lucas sempre ocupou péssimas posições em reflexo as suas condições e desenvolvimento de seus moradores, como revela a tabela abaixo que apresenta suas posições no ano de 1991 e 2000.

FIGURA 12 - Dados básicos do IBGE - microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000. Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

ANO	POSIÇÃO
1991	109º
2000	117º

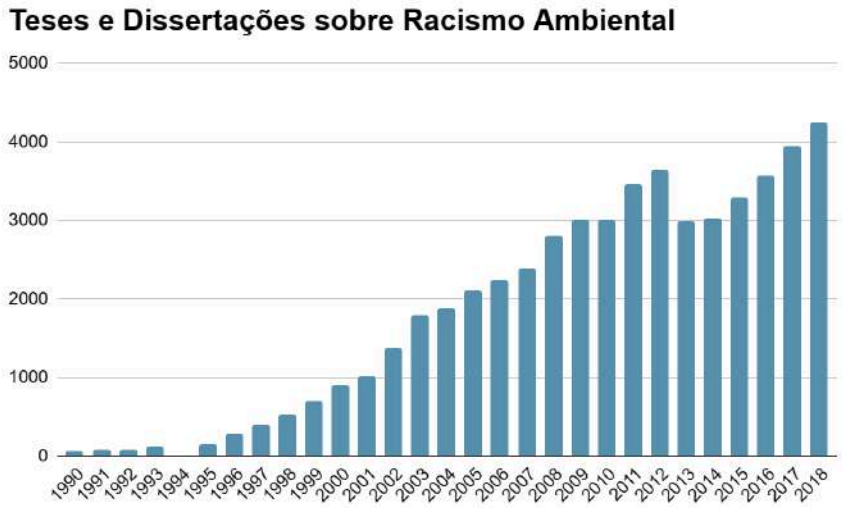
Fonte: Plataforma IBGE. Elaborada via Google Documentos própria.

Por estas razões que se evidenciam, a pesquisa se debruça sobre a compreensão dos impactos do Racismo Ambiental no sistema educacional sob perspectivas suleadas e escreviventes. Construindo-se e justificando sob diferentes olhares que perpassam não somente a mim e minhas motivações pessoais, mas também, a relevância do debate sobre o tema e os desenvolvimentos que ainda precisam ser considerados no que se refere a compreensão e apoio ao enfrentamento do racismo ambiental na educação.

1.4.1. Inventário descritivo e analítico de teses e dissertações sobre racismo ambiental e educação

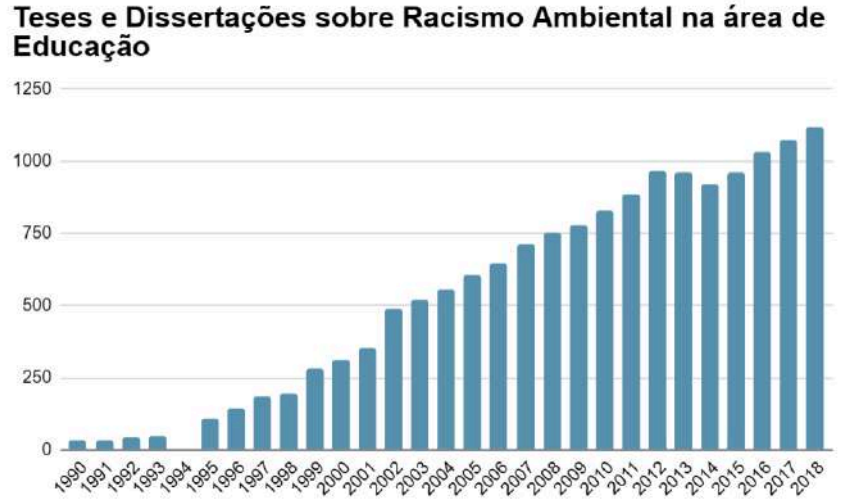
Conforme descrito anteriormente, a partir de buscas na Plataforma de CAPES para teses e dissertações, foi realizada uma busca por materiais que relacionassem as pesquisas de racismo ambiental e educação. Foram encontradas, de 1990 à 2018 diversas pesquisas que foram crescendo numerosamente ao longo dos anos, alcançando seu maior índice em 2018 (último ano disponível para buscas), como é possível observar abaixo na figura 13 e 14:

FIGURA 13 - Gráfico de teses e dissertações sobre racismo ambiental.



Fonte: Plataforma Google Scholar. Elaborada via Google Planilhas.

FIGURA 14 - Gráfico de teses e dissertações sobre racismo ambiental em educação.



Fonte: Plataforma Google Scholar. Elaborada via Google Planilhas.

É possível perceber que as teses e dissertações sobre racismo ambiental passam de mil no ano de 2001 e passam de quatro mil pesquisas após dezessete anos em diversas áreas. Mas ao aplicar o enfoque para a área de educação, observa-se que as pesquisas só ultrapassam a marca de mil realizadas no ano de 2016 e posteriormente o número aumenta, mas sem passar da marca de mil duzentas e cinquenta. Isso nos revela dois pontos principais sob os quais essa dissertação se fundamenta para justificar sua importância e necessidade: A primeira é que mesmo em diferentes áreas, o racismo ambiental é historicamente pouco discutido nos espaços formais de educação. A segunda é que diante do cenário

educacional, a discussão é ainda menor. Portanto, o reforço dessa discussão torna-se válido para avançar em espaços que necessitam de perspectivas outras.

Com o intuito de apresentar um banco de teses e dissertações, realizei minuciosa busca por materiais que dialogassem com a temática dentro do que se revelou. Entretanto, encontrei profunda dificuldade ao observar que embora inúmeras pesquisas se apresentassem dentro da área de recorte “Racismo ambiental e Educação”, elas traziam em sua discussão pautas voltadas não para a compreensão do impacto desse fenômeno nas escolas ou comunidades locais, mas a solução para esse problema. Evidentemente, haverá a discussão e apresentação das soluções nessa pesquisa, mas o que se propõe aqui é a identificação do impacto. Como o racismo ambiental atinge as escolas e comunidades? Como ele afeta a educação?

Assim sendo, foram selecionadas cinco pesquisas que mais se assemelham às temáticas trazidas por esse trabalho, sendo três dissertações e duas teses. Onde será possível realizar este inventário descritivo, ao observar quais são os pontos levantados por elas, mas que também se faz analítico ao analisar como, para esses pesquisadores, o racismo ambiental afeta os processos educativos.

FIGURA 15: Tabela de teses e dissertações.

ANO	TÍTULO	AUTOR/ INSTITUIÇÃO	DESCRITORES
2019	A dimensão pedagógica dos terreiros e o racismo ambiental: Aportes das lutas antirracistas à educação ambiental crítica.	Dissertação de Alessandra Pereira/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Racismo ambiental, Educação Ambiental crítica, povos tradicionais de terreiro.
2022	Educação ambiental e o racismo ambiental no bairro José de Anchieta - Serra/ ES e nos cotidianos escolares.	Dissertação de Raphael da Silva Gama/ Universidade Federal do Espírito Santo	educação ambiental;racismo ambiental;injustiça ambiental;práticas pedagógicas;cotidianos escolares

2020	Negro drama: Reflexões sobre o impacto do racismo ambiental no genocídio de jovens negros em Rondonópolis - MT.	Dissertação de Felipe Barbosa Teixeira/ Universidade Federal de Mato Grosso	Racismo Ambiental;Desescolarização;Desemprego;Genocídio da Juventude Negra
2017	Um caso de racismo ambiental: Representações sociais, políticas e ambientais de populações quilombolas.	Tese de Maria de Nazaré de Oliveira Rebelo/ Universidade Federal do Pará	Populações tradicionais;comunidades de quilombos;racismo ambiental;discriminação racial
2022	“Para eles tanto faz se a gente morrer ou viver aqui”: Trajetórias de luta contra o racismo ambiental e pela reparação integral de comunidades atingidas pelo projeto Minas - Rio.	Tese de Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira/ Universidade Federal Fluminense	extrativismo mineral – conflitos socioambientais - Projeto Minas-Rio – racismo – racismo ambiental

Fonte: Plataforma Google Scholar. Elaboração própria.

A dissertação "A dimensão pedagógica dos terreiros e o racismo ambiental: Aportes das lutas antirracistas à educação ambiental crítica" de Alessandra Pereira (2019), desenvolvida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, aborda a interseção entre educação ambiental crítica, racismo ambiental, lutas antirracistas e os povos tradicionais de terreiro, com foco nas práticas religiosas do Candomblé. O trabalho busca entender como os aportes da luta antirracista podem ser utilizados para enriquecer a educação ambiental crítica, considerando as vivências e saberes dos povos tradicionais afro-brasileiros e suas práticas religiosas. Ao me aprofundar nessa escrita, pude identificar traços do que aqui se dialogam com Loureiro, Montezuma, Mbembe, Carneiro e outros com quem dialogo nesse trabalho. O destaque dado a importância das lutas antirracistas no âmbito da educação ambiental crítica, enfatiza o conceito de "racismo ambiental" e como esse

fenômeno afeta os povos tradicionais de terreiro, considerando tanto o racismo ambiental quanto o racismo religioso, que aqui nessa pesquisa será visto a partir da invasão de áreas no bairro de Parada de Lucas e adjacências por grupo de traficantes ideologicamente ligados ao protestantismo, impedindo práticas religiosas de outras religiões. A autora argumenta que a ideia de intolerância não é amplamente discutida profundamente, não porque seja insignificante, mas porque a ênfase está na coexistência de diferentes grupos em uma mesma região, gerando a necessidade de convivência pacífica e, assim, apagando as ações racistas. Nesse contexto, a dissertação busca criar um espaço de diálogo para desenvolver uma ação de educação ambiental contextualizada às necessidades dos povos de terreiro, promovendo a preservação ambiental e confrontando o racismo ambiental. No geral, a dissertação propõe a ideia de que esses povos desempenham um papel fundamental na defesa do meio ambiente, enfatizando seu protagonismo e pioneirismo, como aqui buscaremos entender a partir do diálogo com a comunidade local.

Com Raphael da Silva Gama (2022) temos a dissertação "Educação Ambiental e o Racismo Ambiental no Bairro José de Anchieta - Serra/ES e nos Cotidianos Escolares", realizada na Universidade Federal do Espírito Santo. Através desse trabalho, Raphael busca analisar e mapear práticas pedagógicas e projetos de educação ambiental implementados no município de Serra, com um foco específico no bairro José de Anchieta. O trabalho também visa realizar práticas pedagógicas de educação ambiental em uma escola estadual nesse bairro, com o compromisso de promover uma educação antirracista e enfrentar o racismo ambiental presente nessa localidade e a injustiça ambiental que afeta tanto o bairro quanto o município. A preocupação do autor foi reforçada a partir das questões que a pandemia de COVID-19 trouxeram para a sociedade, destacando a atualidade e relevância das questões abordadas. Ao utilizar de uma pesquisa narrativa e dos cotidianos escolares para traçar sua metodologia, o autor exalta junto dos estudantes práticas pedagógicas que envolvam os saberes e fazeres dessa população, criando narrativas ficcionais e incorporando os saberes dos educandos, professores e moradores locais. Isso demonstra uma abordagem multidisciplinar e participativa, onde diferentes perspectivas são consideradas na análise. Além disso, a dissertação informa que foi criada uma página nas redes sociais para retratar as ecologias presentes no bairro e nos cotidianos escolares. Essa iniciativa pode ser

interpretada como um esforço para divulgar informações sobre as realidades ambientais do local e promover conscientização. No geral, a dissertação adota uma abordagem crítica e propositiva em relação à educação ambiental e ao racismo ambiental, destacando a importância de considerar o contexto social e racial ao implementar práticas pedagógicas e projetos de educação ambiental.

A dissertação "Negro drama: Reflexões sobre o impacto do racismo ambiental no genocídio de jovens negros em Rondonópolis - MT" de Felipe Barbosa Teixeira, realizada na Universidade Federal de Mato Grosso em 2020 promove uma análise profunda do conceito de racismo ambiental e como ele afeta a juventude negra em Rondonópolis, Mato Grosso. O trabalho utiliza revisões bibliográficas, análise de documentos públicos online e arquivos físicos municipais para compreender as políticas que afetam a população negra na região. O trabalho enfoca especificamente Rondonópolis, onde dados estatísticos revelam disparidades alarmantes. Nesse contexto, estudantes negros apresentam uma taxa de evasão escolar significativamente maior que os jovens brancos, e a taxa de desemprego e desocupação é mais alta entre a população negra na cidade. A análise é embasada por pensadores como Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, Gevanilda Santos e Achille Mbembe, que destacam que o genocídio de jovens negros não é apenas uma situação local, mas uma política contínua e abrangente. A dissertação de Felipe, é a que, em minha compreensão, mais se iguala a este trabalho, pois dialoga com os mesmos pensadores, enfoca os mesmos problemas e aponta o dedo na cara dos culpados, buscando estabelecer uma relação entre a desescolarização dos jovens negros, o desemprego estrutural e a alocação da mão de obra em periferias desestruturadas, refletindo como as pessoas negras são colocadas em ambientes não preparados para recebê-las e destacando que não há esforços significativos para solucionar esses problemas ou combater o racismo ambiental, nesse caso, em Rondonópolis. Em vez disso, as relações de poder continuam a negar direitos básicos aos negros, e a criminalização da pobreza persiste mesmo que tenha sido resultado de planejamento estatal e de uma elite branca que não reconhece seus próprios privilégios. A dissertação versa sobre a interconexão complexa entre racismo ambiental, desigualdade social, desemprego e educação, evidenciando como esses fatores são entrelaçados e perpetuam uma situação de injustiça e marginalização para a juventude negra. Por fim, destaca a

necessidade de conscientização, discussão e ação para combater essas questões sistêmicas.

Na tese "Um caso de racismo ambiental: Representações sociais, políticas e ambientais de populações quilombolas" de Maria de Nazaré de Oliveira Rebelo, defendida na Universidade Federal do Pará (2017), vemos a abordagem aprofundada sobre o racismo ambiental vivenciado por comunidades quilombolas na região amazônica. O trabalho investiga as representações sociais, políticas e ambientais dessas populações tradicionais, analisando como elas têm buscado afirmar suas identidades, direitos e territórios em um contexto marcado por desigualdades e discriminação racial. O autor destaca que a década de 1980 marcou um período de redemocratização no Brasil e também um momento em que essas populações começaram a reivindicar seus direitos e a lutar por seu reconhecimento, expondo que esse movimento ganhou força através do diálogo entre os movimentos sociais e o movimento ambiental, que passaram a reconhecer a diversidade política, socioeconômica, ambiental e cultural dos diferentes grupos tradicionais da região amazônica, incluindo os quilombolas. As lutas dessas comunidades pela defesa de seus territórios e recursos naturais confrontaram a legislação vigente que não refletia adequadamente suas realidades e formas de organização. Nesse contexto, emergiram instrumentos jurídicos inovadores, como unidades de conservação de uso direto e modelos de regularização fundiária de cunho agroecológico. A tese enfatiza que a experiência das comunidades quilombolas é crucial, já que através do reconhecimento de sua identidade, direitos foram assegurados tanto constitucionalmente quanto em legislação infraconstitucional, como expresso no Decreto nº 4887 de 2003. Destaca-se que a ocupação de terras por essas comunidades ocorreu em meio a conflitos de interesses, violações de direitos humanos e contradições na legislação, enfatizando a presença do racismo ambiental que perpetua a discriminação contra os quilombolas. Nesse contexto, a tese aponta que o reconhecimento oficial enquanto comunidade quilombola se mostra fundamental para a reivindicação de direitos anteriormente negligenciados pela legislação, permitindo uma proteção jurídica mais sólida para a permanência em suas terras e o enfrentamento das discriminações raciais e de gênero. A análise realizada na tese revela a complexidade da luta dessas populações tradicionais por reconhecimento e justiça ambiental, enfatizando que a interseção entre questões raciais e ambientais resulta em formas específicas

de discriminação e desigualdade, e como a ação coletiva e o reconhecimento legal podem ser fundamentais para a proteção e promoção dos direitos dessas comunidades. O trabalho oferece ainda uma visão abrangente das dinâmicas sociais e políticas que moldam as experiências das populações quilombolas na região amazônica, contribuindo para a compreensão mais profunda das relações entre racismo, desigualdade e meio ambiente.

Com Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira (2022) em sua tese "Para eles tanto faz se a gente morrer ou viver aqui": Trajetórias de luta contra o racismo ambiental e pela reparação integral de comunidades atingidas pelo projeto Minas - Rio" defendida na Universidade Federal Fluminense, encontramos uma análise profunda sobre o racismo estrutural presente no modelo extrativista mineral brasileiro. O foco do estudo é o conflito decorrente do Projeto Minas-Rio, que afeta comunidades a jusante da barragem de rejeitos da empresa Anglo American. A tese examina as conexões entre mineração, colonialismo, racismo, subdesenvolvimento e acumulação de capital, explorando as trajetórias de luta e resistência das comunidades impactadas pelo projeto. A autora destaca ainda que utilizou de uma metodologia voltada para a pesquisa militante, analisando o processo de formação do capitalismo e suas particularidades na América Latina, explorando o extrativismo mineral e sua relação com a acumulação de capital, fazendo com que seja possível compreender mais profundamente as interligações entre mineração, racismo e o processo de subdesenvolvimento e dependência no contexto brasileiro. A pesquisa foca nas comunidades de Água Quente e Passa Sete, em Conceição do Mato Dentro, e Jasséms, em Alvorada de Minas, no estado de Minas Gerais, comunidades que enfrentam conflitos relacionados ao racismo ambiental e buscam a reparação integral. A resistência dessas comunidades, que se intensifica após crimes ambientais de grande impacto, como os rompimentos das barragens de Fundão em 2015 e da Mina do Córrego do Feijão em 2019, serve como base para a análise da tese. O trabalho aponta para a imensidão dos danos causados pela mineração e levanta questionamentos sobre alternativas ao extrativismo mineral, mencionando a ideia do "Bem-Viver" como uma possível abordagem, enfatizando a importância da escuta e participação das comunidades afetadas, que há séculos têm resistido apesar das tentativas de aniquilamento. O foco nas trajetórias de luta e resistência das comunidades racializadas realça a importância de reconhecer sua voz e experiências na busca por alternativas mais sustentáveis e justas. A tese aborda

uma série de questões complexas, incluindo o impacto ambiental da mineração, o racismo ambiental e as lutas por justiça social e ambiental, promovendo análise crítica da relação entre mineração, capitalismo, racismo e subdesenvolvimento, ressaltando a importância das vozes das comunidades afetadas na construção de alternativas mais equitativas e sustentáveis.

Considero então, que esse inventário de teses e dissertações a partir da busca pelo sistema da CAPES e buscando pesquisas que alinham racismo ambiental e educação, mostra que a discussão embora pouco destacada, vem forte quando tem gente que rompe com a escrita neutra. E é isso que tento fazer aqui. Aliado às minhas motivações pessoais e da relevância do estudo, observa-se então a pouca quantidade de estudos sobre o impacto do racismo ambiental no processo educacional, revelando a imensurável necessidade e o levante de novas perspectivas.

1.5. Metodologia

Esta é uma pesquisa que se apresenta no tipo Estudo de Caso ao observar dados obtidos sobre o Bairro de Parada de Lucas e as escolas da sua localidade, o tipo de instrumentação para construção dos dados foi a coleta de documentos a partir do Censo Escolar 2022, IBGE 2022 e Prefeitura do Rio de Janeiro, além de outras fontes virtuais devidamente checadas e apuradas em suas veracidades para que se tornasse possível instrumentalizar esta análise a partir do conteúdo obtido, conduzido por uma epistemologia negra (Lima, 2021), que busca romper com pensamentos acadêmicos que reforçam relações desiguais de poder e raça. Ou seja, produzo a partir de um conhecimento que possui tema, paradigma e método aliados ao meu compromisso político e científico dentro dessas questões que neste estudo abordo.

Construo a partir dessa linha com intuito de contrapontear os discursos e conhecimentos hegemônicos da acadêmia, que descarta sua proximidade com o pertencimento geopolítico. A teoria decolonial, ao contrário, assume seu contexto geopolítico na produção de conhecimentos, construindo-se a partir da experiência do corpo que o produz. Experiências que não passam apenas pelo exercício do Thiago acadêmico, mas que perpassa por outras áreas, que conectam pessoas e que abrem diálogo para a luta política desses corpos. Experiências que são vividas

e dão lugar a revolta, como enfatiza Abdias do Nascimento (1982) sobre o negro no Brasil ser um negro revoltado. E que assim sejamos.

> *A revolta é criadora e transcende a barreira do nacionalismo, porque, como pontua o autor, a: [...] nossa revolta está plenamente consciente de que a opressão dos negros nos Estados Unidos, na África do Sul, em Angola e Moçambique, ou na Rodésia de Van Smith são formas particulares da mesma opressão que atinge indistintamente a todos os povos de cor, em qualquer país de predominância branca (Nascimento, 1982, p. 63).*

A teoria decolonial, que emerge do pensamento latino-americano, africano e afro diaspórico, tem como objetivo consolidar produções de conhecimentos que contrapõem epistemes eurocentradas, criticando o privilégio de saberes que tem como fundamento a negação do conhecimento do outro. Esse modelo de ciência ocidental produz conhecimentos que se firmam em uma possível neutralidade científica, que tenta imprimir a ideia de que é uma verdade universal (KILOMBA, 2019). As desigualdades estruturais que se revelam diante do ocidente formam tais privilégios na produção de conhecimento e tentam determinar quem pode produzir conhecimento e até mesmo o que é conhecimento.

A descolonização propõe tornarmo-nos sujeitos, assumindo os direitos para definir nossas próprias realidades, estabelecendo nossa identidade e nomeando nossas histórias. Evaristo (2017) contribui para esse pensamento ao dizer que “Nossa voz estilhaça a máscara do silêncio”. Assim sendo, a nossa fala e a nossa escrita é por si, um ato de descolonização. E aqui, poderia se falar sobre contracolonização, dita por Nego Bispo (2018), quando reforça que desde 1500 a 1888 os povos originários e africanos eram mantidos como escravizados e que tudo que se pensava ou falava não se registrava como pensamento brasileiro, que de 1888 à 1988 as expressões culturais como capoeira e samba eram criminalizadas.

> *Isso é o colonialismo. Colonizar é subjugar, humilhar, destruir ou escravizar trajetórias de um povo que tem uma matriz cultural, uma matriz original diferente da sua. E o que é contracolonizar? É reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes. E quem é capaz de fazer isso? Nós mesmos! Só pode reeditar a trajetória do povo quilombola quem pensa na circularidade e através da cosmovisão politeísta… Mas nós também estamos discutindo a contracolonização. Para nós, quilombolas e indígenas,*

> *essa é a pauta: Contracolonizar. No dia em que as universidades aprenderem que elas não sabem, no dia em que as universidades toparem aprender as línguas indígenas – em vez de ensinar –, no dia em que as universidades toparem aprender a arquitetura indígena e toparem aprender para que servem as plantas da caatinga, no dia em que eles se dispuserem a aprender conosco como aprendemos um dia com eles, aí teremos uma confluência. Uma confluência entre os saberes. Um processo de equilíbrio entre as civilizações diversas desse lugar. Uma contracolonização (Nego Bispo, 2018, p. 44).*

Ao trazer a escrevivência como ferramenta de pesquisa e fazer ciência nesse posicionamento de estar contra organizações coloniais, se faz prudencial compreender a utilização da escrevivência enquanto ferramenta metodológica neste momento, visto que a escrevivência se insere no contexto decolonial, no qual quem escreve se posiciona socialmente de forma contrária às imposições do colonialismo (Soares e Machado, 2017). Ou seja, em meio à tantos recursos metodológicos, a experiência descrita viabiliza narrativas que destacam a coletividade de determinados grupos sociais, sendo retratada não apenas como ferramenta metodológica, mas também como princípio de ética para pesquisas que se consagram como forma de resistência ao abordar vidas pretas e periféricas não somente como objeto passivo, mas como potência social. Oliveira (2009) considera ainda que a escrevivência enquanto conceito metodológico tem três elementos: O corpo do sujeito, a condição em que se relata e a experiência vivida.

Enquanto termo, escrevivência surgiu com Conceição Evaristo em 1994, que ao longo do seu curso de mestrado realizou a junção das palavras “escrever” e “viver” para considerar a sua compreensão sobre as vivências e memórias de seu próprio corpo. Mas Souza (1983) e tantos outros pensadores do corpo preto já traziam as experiências desses corpos como matéria prima.

> *Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. Aqui esta experiência é a matéria prima (Souza, 1983, p.18).*

Autores como Casimiro (2021) para denunciar os casos de racismo ambiental em seu bairro na cidade de Duque de Caxias - RJ e Cruz (2021) a utilizaram como ferramenta metodológica. Bartholl (2021) ainda descreve este modelo como uma ferramenta de luta nas ciências. Termos como apercebimento sob a ótica de Nego Bispo (2015), explanando a autodescoberta de sujeitos enquanto corpos pretos, além de Haesbaert (2020) alinhando a compreensão de corpos territórios também serão metodologicamente traçados e entrelaçados nesta pesquisa. E a própria Conceição Evaristo (2020) traz a escrevivência enquanto fenômeno diaspórico. Nesse sentido, a forma como o corpo preto se escreve ou a sua imagem estão baseados na experiência de dor e prazer que seu corpo se faz necessário sentir, agir e pensar.

1.5.1. Fotoescrevivência como ferramenta metodológica

Nesta seção, me dedicarei a reforçar a fotoescrevivência enquanto ferramenta metodológica. Minha intenção é fazer isto considerando também perspectivas minhas sobre o conceito.

Diante de um discurso que também se faz com imagens e de uma sociedade que intensamente produz discursos imagéticos, a produção de fotografias dentro de um conceito fotoescrevivente surge nesta dissertação, considerando as argumentações de Azoilda Loretto da Trindade (2013, p.16). É com base na ideia de que a imagem interpreta uma realidade que se percebe a fotoescrevivência como algo que constroi sentido, destacando um recorte do contexto sob o qual a vivência de quem o registra, isto é, expondo de que forma este corpo enxerga o mundo e por consequência, as relações etnorraciais.

> *As fotoescrevivências não se restringem apenas a uma simples vivência ou produção de narrativas visuais, elas são, na verdade, uma ampliação da percepção sobre a fotografia, que é capaz de inaugurar discursos e relatos visuais cruciais para a história que ali está sendo retratada (Pelacani, 2019, p.6).*

Nesse contexto, as imagens registradas e obtidas ao longo da pesquisa são utilizadas como recurso para reflexão nas relações sociais, ambientais e raciais

discutidas aqui, porque é através da imagem (Martins, 2014) que se torna também possível ter um panorama de um conjunto de práticas sociais que ajudam a construir uma memória social e política. Ou seja, as fotoescrevivências aqui são utilizadas para auxiliar o processo de construção e produção de novas perspectivas que nos tiram de um discurso colonial que também se produziu com imagens.

A produção de um discurso visual pelas fotoescrevivências pauta a necessidade de reflexão para ressignificação de construções legitimadas pela colonização, não apenas a reprodução de discursos que fundamentam práticas e pensamentos racistas que estigmatizam corpos pretos. É preciso sustentar o uso das fotoescrevivências como instrumento político na construção de uma narrativa visual, para além do que se apresenta como um recurso estético, ela é uma forma de documentar, registrar, comunicar e formar, se tornando uma metodologia de pesquisa qualitativa para descrever e analisar informações do contexto pesquisado (Pelacani et al., 2019). A metodologia que se constroi a partir das escrevivências, permite escrita livre, criativa, poética e sobretudo, crítica diante dos registros. Importante destacar que as fotografias registradas de forma terrestre fora da área de domínio territorial pelo tráfico, foram registradas por mim. Mas havia um limite para isso, e aqui, um reforço ainda mais importante: A preservação da minha vida. Afinal, “por que esse cara tá tirando foto da minha calçada? Da frente do meu condomínio? Do meu carro? Da escola? Do terreno? Da frente da empresa? Tá tirando foto minha?” poderia ser a pergunta desconfiada de qualquer pessoa que me visse apontando o celular por aí. Mas aqui quero falar, principalmente, do que eu não pude e do que eu até poderia, mas não quis fazer. Limites impostos pelo domínio territorial do tráfico do Complexo de Israel, mas também limites impostos por mim na tentativa de preservar minha vida e o pouco de saúde mental que sobrou durante todo esse processo de pesquisa, que aqui, rapidamente contextualizo.

Diante do cenário que narro no próximo parágrafo, tive uma série de sensações que envolvem pânico, medo e ansiedade, todas sensações paralisantes. Mudei minhas rotas, pouco me aproximo da estação de trem de Parada de Lucas (local mais próximo da área dominada e que eu frequentava regularmente), se vejo notícias sobre a região ou qualquer cena de violência armada me agonio e até quando passo pela Avenida Brasil e vejo de longe a região do atual Complexo de Israel e seus símbolos, ruas fechadas por barricadas, preciso me controlar internamente para não colapsar. Repensei até mesmo a escrita deste trabalho que

envolve episódios de violência. Recentemente, no dia 12 de junho, dia dos namorados, voltando de um jantar com a minha companheira, o uber errou o caminho e passou por dentro do complexo: Eu vi a morte. Sensação aterradora, nunca senti algo de tamanha grandeza e paralisia. Não era uma dúvida ou uma possibilidade, era uma certeza! Certeza consolidada pelo medo; e medo, que também é realidade por aqui. Este cenário reforça o informativo passado nas primeiras linhas desta pesquisa, onde aviso que as figuras em itálico serão removidas da versão final sob a intenção de preservar meu endereço e pontos de maior frequência no bairro.

A realidade de Parada de Lucas, do que já se sabe e do que será visto aqui, não me permitia acessar o interior da favela para fazer os registros pessoalmente e fisicamente, também não me pareceu prudente pedir para que qualquer outra pessoa que more nessa localidade se colocasse à disposição para fotografar. Motivos devem ser óbvios, se há risco fora, imagina dentro. Daqui já se encontram os primeiros limites que se impuseram devido a ação criminosa. Durante esse tempo, o número de manchetes que denunciavam os desaparecimentos de pessoas no bairro e nos arredores se multiplicaram. Praticamente toda semana uma pessoa ou grupo de pessoas desapareciam ao redor da região, alguns, de acordo com as reportagens, com envolvimento em facções rivais, mas muitos inocentes. Entregadores de delivery eram parados na entrada da favela, revistados, levados para dentro da localidade em sequestro e brutalmente mortos; certa vez, bandidos invadiram um ônibus, tiraram dois homens que estavam indo para o trabalho e sumiram com eles[1]. Teve também o caso do Paulo Victor de 16 anos, sequestrado em cima da passarela de Brás de Pina enquanto soltava pipa e posteriormente, amplamente julgado nas redes como criminoso por aparecer portando uma arma de paintball e morto pelo tráfico, tendo seu corpo nunca encontrado[2]. Houve ainda a situação do casal que ia lanchar, entrou de moto no “local errado” e desapareceram; o pai da menina em desespero se dirigiu até o Complexo de Israel e os bandidos

[1]Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/05/6856283-quatro-pessoas-desapareceram-no-complexo-de-israel-em-pouco-mais-de-um-mes.html;
[2]Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/01/18/preso-por-sequestro-em-bras-de-pina-afirmou-a-policia-que-jovem-foi-executado-pelo-trafico.ghtml;

disseram que por misericórdia dariam um conselho: Que ele parasse de procurar porque nunca mais acharia a filha, ela havia sido morta e cortada em pedacinhos[3].

Diante de um cenário como esse, há possibilidade de se colocar ou colocar alguém em risco em nome do padrão ou qualidade acadêmica? Se o que for feito aqui, não for o suficiente para a academia, há de se, no mínimo, lamentar. Mas não terei passado de nenhum limite em nome da escrita ou rigor acadêmico, hegemônico, diga-se de passagem. E se não for eu a parar este processo (e nem posso), que ao menos não seja eu o responsável por perpetuá-lo.

Com efeito, percebo dois movimentos nesta minha autoavaliação que justifica a escolha da fotoescrevivência e, paradoxalmente, seus limites para o corpo preto periférico. O primeiro movimento reside na potência da fotoescrevivência para pesquisas descolonizadoras que produzem empiria sobre territórios periféricos. Neste sentido, a autoria das fotos de quem vive, sente e sofre, produz significados sobre o território habitado. Assim, coleto imagens produzidas por mim e por aqueles que habitam e postam nas redes sociais. Essa escolha permite a análise do racismo ambiental, considerando territorialidades e emoções que traduzem o racismo ambiental e sua relação com a educação.

O segundo movimento reside nos limites dos corpos pretos periferizados nos territórios de violência. Os corpos de quem produz a imagem estão sempre expostos à violência extrema. Logo, escolho por uma curadoria de imagens de quem nem sempre expõe a autoria da imagem. Se por um lado isso intriga o pesquisador, por outro isso revela que a pesquisa em territórios se esbarra nos instrumentos cânones da metodologia de pesquisa da branquitude. Permito explorar melhor essa questão da autoria das imagens ao longo da pesquisa, ao dialogar com o leitor como determinada imagem foi coletada. Entendo, assim, que a curadoria de uma pesquisa em território violento precisa em primeiro lugar de um paradigma ético que respeite o corpo preto. Assim, o apagamento da autoria é deliberado nessa escrita e a entendo como procedimento da ética de pesquisa, que certamente contraria a branquitude, mas me permite inferências e análises que somente se dão por estas táticas.

Portanto, além das fotografias tiradas por mim em áreas não dominadas, há também a utilização da ferramenta do google maps por satélite e por street view

[3]Disponível em: https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2024/04/familia-de-jovem-desaparecida-com-o-namorado-no-complexo-de-israel-diz-ter-sido-avisada-por-traficantes-sobre-a-morte-do-casal.ghtml;

para acessar, identificar, registrar e analisar determinadas localidades que não pude ou não quis estar presencialmente e/ou pedir para que alguém fosse pelas questões já explicadas. Este material será igualmente tratado considerando a perspectiva fotoescrevivente que parte também da dialogicidade da pedagogia freiriana, compreendida como parte da narrativa e instrumento de comunicação (Pelacani, 2019). Este instrumento de afetação do olhar, possibilita descobertas através das imagens disponíveis nesta pesquisa e novas formas de ver para sentir o local pesquisado, ao mesmo tempo que nos chama para refletir e aprender a partir do que se expõe.

Essa forma metodológica de fundamentar a pesquisa reflete sobre as bases em que se constroi diferentes saberes, buscando novos caminhos e transformações acadêmicas e sociais, trata-se de um desafio mas também de uma esperança para transpor barreiras opressoras.

Ao compreender a importância desses registros para a empiria da pesquisa, mas também respeitando medidas de seguranças impostas por mim, fui às ruas de Lucas para fazer as fotos junto de minha companheira, Taina Ribeiro Santos. Com olhar também treinado para buscar os melhores registros, foi importante companhia e incentivo, sobretudo ao também ponderar os limites de até onde podíamos ou não ir.

2. RACISMO AMBIENTAL

2.1. Racismos: Estrutural, institucional e ambiental

Meu nego
Deixa eu te contar
A história que a História não conta.
O avesso do mesmo lugar!
Na luta é que a gente se encontra.
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento.
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado.
Mulheres, tamoios, mulatos…
Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de Cariri!
Não veio do céu,
Nem das mãos de Isabel:
A liberdade é um dragão no mar de Aracati!
(Mangueira, 2019)

Última nação do ocidente a abolir a escravatura, o Brasil, entre o fim do século XIX e início do XX, não criou nenhuma condição para a inserção digna da população negra na sociedade (Domingues, 2011). Ao contrário, diversas obras, políticas e instituições disseminaram a ideia de um país mestiço, no qual o convívio é harmonioso entre as diferentes raças. Assim, o conjunto de preconceitos direcionados à população negra encontra-se enraizado no inconsciente e na subjetividade de indivíduos e instituições, se expressando em ações e atitudes discriminatórias regulares, mensuráveis e observáveis (Fanon, 1969). Carneiro (2005) vai chamar esse conjunto de ações que anulam, desqualificam e negam os corpos pretos de epistemicídio, um processo que persiste na produção de inferiorização intelectual, afastando de educação de qualidade e deslegitimando enquanto produtor de conhecimento.

FIGURA 17 - Homem negro segurando bandeira do Brasil ensanguentada em protesto.



Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/05/movimentos-negros-protestam-contra-racismo-chacinas-e-genocidio-sem-fim-pelo-brasil-ckonmvccd001b01gt6zs4rxxu.html. Acesso em: 07/09/2023.

Antes de destacar o racismo ambiental, se faz necessário compreender que este se localiza dentro de uma gama de tantos outros tipos específicos de racismo presentes não somente na sociedade brasileira, mas no mundo todo. Isso porque este mal não se põe apenas no âmbito racial, como tem sido, amplamente exposto e pouco punido. Apesar disso, está sempre entrelaçado à submissão e segregação de raças, sendo uma forma de discriminação baseada na cor da pele, origem étnica ou características culturais, podendo portanto, se manifestar de diversas maneiras (Almeida, 2019). Ou seja, o racismo é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de diferentes maneiras na sociedade contemporânea, a compreensão dessas diferentes formas é essencial para o combate efetivo a estas práticas.

Para falar sobre os efeitos do racismo na sociedade brasileira é preciso encará-lo como um fenômeno essencialmente transversal (Marques, 1995). É preciso entender que ele forma uma teia de violências que afeta jovens, homens e mulheres encarceradas e encarcerados; que define os mecanismos que regem o tráfico de mulheres e meninas; que afeta a vida da população LGBTQIAPN+, da população quilombola e ribeirinha; e que explica o preconceito contra as religiões de

matriz africana, ameaçando seu direito de existir, como veremos tantas vezes ao longo deste texto. Ao considerar Silvio Almeida (2019), Frantz Fanon (1952), Achile Mbembe (2017), Sueli Carneiro (2005) e tantos outros pensadores, o racismo aparece enquanto fenômeno que se subdivide e se entrelaçam para subjugar.

Carneiro (2005) para que se compreenda as práticas racistas no Brasil, expõe a existência de um contrato social que reforça exclusões sociais e subalternização de pessoas pretas, destacando a exclusão das oportunidades educacionais, que é um dos pontos tratados ao longo deste texto. Quijano (2005) destaca que raça e identidade racial foram, através dos racismos, estipuladas como instrumento de classificação social na América Latina a partir da expansão do colonialismo europeu, legitimando as relações de dominação. Diante dessa concepção racista, povos e culturas foram inferiorizados e a racialização das pessoas tornou-se a principal forma de distribuição da sociedade em suas estruturas de poder (Mbembe, 2017).

Entretanto, Quijano (2005) e Carneiro (2005) destacam que a raça não é a única categoria de submissão colonial do poder; o gênero também é estruturante nesse processo colonial fundamentado no patriarcado, como veremos também neste capítulo.

Fato é que, são inúmeras variações de racismos que reproduzem mazelas direcionadas a alguns perfis sociais e atualmente, o racismo racial considerado crime. Mas isso não basta de acordo com Dantas, Ferreiras e Veras (2017) que salientam que no Brasil, racismo é um crime perfeito e que mata duas vezes, a primeira escancaradamente através de violências físicas e exclusão social; a segunda através do silêncio que sem perceber tira a consciência da própria vítima, que por vezes nem se percebe assim porque não deixam nem a formação da consciência se concretizar, nem do restante da população, através do que chamam de democracia racial, onde todos são iguais.

Assim sendo, a nível de reforçar tais diferenças entre os tipos de racismos vamos aqui distingui-los para que ao longo do texto torne-se mais compreensível a leitura ao citá-los e destacaremos para isso o racismo estrutural, institucional, simbólico e individual, buscando também compreender suas causas, consequências e formas de combate, apresentando exemplos concretos.

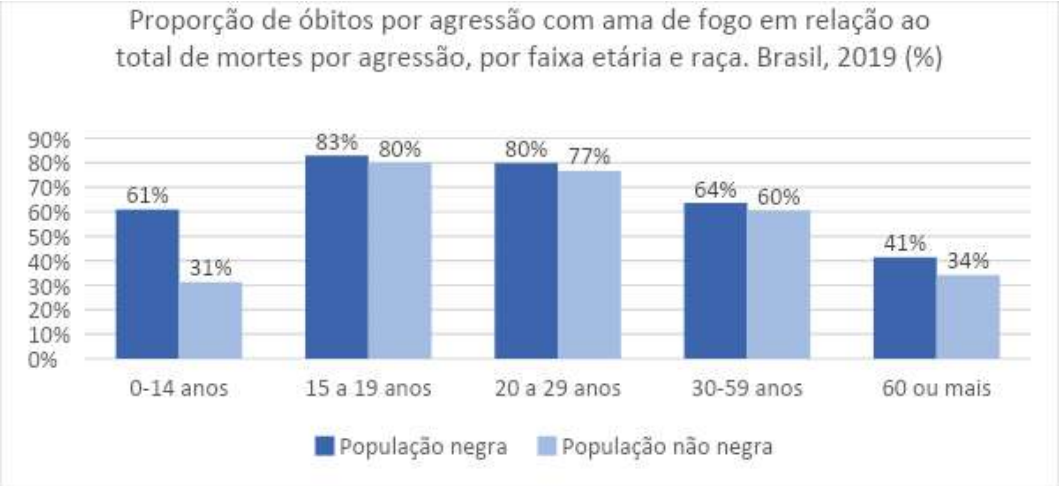
Ao tratar de racismo estrutural, que tem sido bastante falado atualmente, fala-se de um racismo que está enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade, estabelecendo padrões de desigualdade social e racial (Almeida, 2019). Neste contexto e considerando pensadores como Oliveira (2021), as desigualdades são perpetuadas de forma sistemática, afetando áreas como a educação, saúde, moradia, emprego e acesso a serviços básicos. Neste trabalho vemos o racismo estrutural presente a partir do diálogo com o racismo ambiental ao falar sobre como o bairro de Parada de Lucas tem baixos índices do IDH junto a outros bairros mais afastados do Centro e Zona Sul da cidade, como essa população tem seu acesso dificultado a outras áreas, mesmo quando a acessam para trabalhar; encontrando dificuldades para estudar, morar, trabalhar, cuidar da saúde e se locomover. O racismo estrutural é resultado de um legado histórico de discriminação e segregação, as suas consequências são visíveis na disparidade de oportunidades para diferentes grupos sociais (Souza Silva, 2020).

Exemplos dessa prática se evidenciam, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Educação) de 2019 do IBGE, quando 71,7% dos jovens fora da escola são pretos. O mesmo estudo destaca que o índice de analfabetismo também é maior entre as pessoas de corpo preto, chegando a 8,9% da população nacional. O enraizamento do racismo provoca, como já citado anteriormente, maior pobreza e isso se evidencia ao observar que 70% das pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza no Brasil, são pessoas de pele preta e/ou que se autodeclaram pardas. Destes 70% são 39,8% de mulheres pretas categorizadas enquanto extremamente pobres, voltando aqui ao debate que Lélia Gonzales (1983) e Sueli Carneiro (2005) suscitaram ao longo de seus escritos. A estes, cabe a indigna condição de moradia, dos 45,2 milhões de brasileiros morando em domicílios com algum tipo de inadequação, 31,3 milhões são de corpo preto. Fanon (2010) destaca que a causa disso é, na verdade, a consequência ao dizer que alguém é rico porque é branco e alguém é branco justamente por ser rico ao criticar as análises marxistas por não se estenderem aos problemas colonial corretamente.

Outro tipo de racismo presente na sociedade é o racismo institucional, que está relacionado às práticas, políticas e normas de instituições sociais, como governos, empresas, escolas e sistemas de justiça (Souza, 2011). Instituições perpetuam desigualdades ao adotarem medidas que afetam de forma

desproporcional grupos raciais específicos. Um exemplo disso é a seletividade racial em abordagens policiais e a falta de representatividade nas estruturas de poder (Mbembe, 2017). De acordo com o Instituto Sou da Paz, em 2021 os dados representam o maior número de pessoas pretas violentamente mortas por arma de fogo no Brasil e entre esses números, a discrepância maior é entre crianças.

FIGURA 18 - Número de óbitos por arma de fogo.



Disponível em: https://soudapaz.org/noticias/criancas-e-adolescentes-negras-de-ate-14-anos-morrem-36-vezes-mais-por-armas-de-fogo-do-que-criancas-brancas-revela-estudo-do-instituto-sou-da-paz/. Acesso em: 07/09/2023.

FIGURA 19 - Jovem em protesto contra a violência a jovens pretos.



Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ao-menos-cinco-pessoas-negras-foram-mortas-pela-policia-por-dia-em-2021-aponta-pesquisa/. Acesso em: 07/09/2023.

De acordo com o Atlas da Violência (2019), pretos são os que mais morrem em decorrência de ação violenta, representando 75% das vítimas de homicídio. Ainda de acordo com o Atlas, são 83% de corpos pretos presos injustamente devido ao reconhecimento fotográfico em delegacias de polícia. Mbembe (2017) chama isso de bionecropolítica, que no Brasil se constituiu de forma assimétrica, diaspórica, opressora, violenta, genocida e por óbvio, racista porque este é movido integralmente por estes princípios que regem a necropolítica. Fato que Abdias do Nascimento (1978) já havia escancarado.

Em relação aos indicadores de desemprego, são 13,6% os corpos pretos sem nenhuma ocupação de trabalho formal em busca de emprego com carteira de trabalho assinada. O que sobra para sujeitos como nós é a ocupação de 47,4% em trabalhos informais, contra 34,5% de corpos brancos. E ainda assim, seja em empregos formais ou trabalhos informais, mesmo em 2019, a população preta

ganha em média 73,4% menos do que a população branca. Isso significa que a maior parte das pessoas de pele preta ganham, em valores, R$1.221,00 a menos que pessoas brancas. Por hora trabalhada, isso representa ganho de R$33,90 por hora para pessoas brancas e R$23,50 por hora para pessoas pretas exercendo a mesma função. A barbárie sobre corpos pretos se exerce de diferentes formas porque os racismos se entrelaçam provocando um ciclo de catástrofe por todos os lados. A realidade contemporânea para a população preta é descrita como “viver na dor” (Mbembe, 2018), fazendo com que o poder necropolítico esteja visível nas favelas, nos presídios, nas ruas de grandes e até pequenos centros urbanos, sendo expostos em dados estatísticos como os citados ao longo desse texto (Lima, 2017).

Enquanto isso, o racismo ambiental se apresenta como uma consequência da disparidade racial e social na distribuição dos impactos ambientais (Bullard, 1990). Assim sendo, considera que ele se apresenta como um fenômeno complexo e preocupante que combina as questões raciais, sociais e ambientais, abarcando a concentração desigual de impactos ambientais negativos em comunidades racialmente minoritárias e economicamente desfavorecidas, sendo uma forma de injustiça ambiental.

Ao ser propulsor dessa distribuição desproporcional de riscos e danos ambientais, como a poluição, contaminação do solo e do ar, exposição a substâncias tóxicas e falta de acesso a recursos naturais saudáveis, em comunidades à margem da sociedade, reforça todos os outros tipos de racismo aqui citados, forçando à essas comunidades e grupos a subsistência e enfrentamento à esses males (Herculano e Pacheco, 2006). Ocorrendo nessas regiões um embate desigual ao que dispõe em outras áreas da cidade.

Existem várias causas subjacentes ao racismo ambiental, uma delas é a segregação espacial, que resulta em comunidades minoritárias sendo empurradas para áreas desvalorizadas e com maiores problemas ambientais (Bullard, 1993). Além disso, encontram-se políticas de zoneamento inadequadas, falta de regulamentação eficaz e discriminação sistêmica contribuindo para a concentração desses impactos negativos. Foi assim que o próprio Bullard, ativista norte americano, criou o termo “RACISMO AMBIENTAL” no início dos anos de 1980, definindo-o portanto, como exemplos de desigualdades com que as etnias vulnerabilizadas estão sendo atingidas no dia a dia e aos fenômenos ambientais nocivos ao bem-estar humano. Para Bullard, isso ocorre quando ele observa que a

população preta dos Estados Unidos da América estava sendo levada forçosamente a viver em localidades degradadas. Observa-se então que as consequências do racismo ambiental são diversas e profundamente impactantes, colocando as comunidades afetadas expostas a uma variedade de riscos à dignidade humana e contribuindo para a perpetuação de desigualdades raciais, pois impede o pleno desenvolvimento e progresso desses locais.

Representando ainda uma forma preocupante de injustiça ambiental, onde as comunidades marginalizadas são desproporcionalmente afetadas pelos impactos ambientais negativos. Observa-se que no Brasil, com base nos dados disponíveis até setembro de 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 35 milhões de pessoas no Brasil ainda não têm acesso adequado a saneamento básico. Isso significa que essas pessoas não possuem serviços de água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos de forma adequada e regular. Essa situação representa um desafio significativo para o país, uma vez que o acesso ao saneamento básico é fundamental para garantir condições de vida saudáveis e prevenir doenças. Ainda de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, cerca de 14,4% da população brasileira, o que correspondia a aproximadamente 30 milhões de pessoas, viviam abaixo da linha da pobreza em 2020. Essa linha da pobreza é definida com base na renda per capita e varia de acordo com o tamanho da família e a localização geográfica.

Em relação às favelas, estima-se que cerca de 13% da população brasileira, ou seja, aproximadamente 27 milhões de pessoas, vivam em áreas de favela ou assentamentos informais. Essas áreas são caracterizadas por condições precárias de moradia, falta de infraestrutura básica e serviços públicos limitados.

Qualquer que seja a denominação há um traço comum: gente vivendo na linha da pobreza ou compondo os estratos recém nomeados desamparados. Gente que, pela ausência de políticas públicas de habitação, planejamento urbano, meio ambiente e políticas sociais em geral, é levada a viver e sobreviver com os piores resultados de um ambiente degradado, ou seja, a coexistir com o pior.

Observa-se então que os tipos de racismo citados aqui se entrelaçam ao longo de toda essa pesquisa e para além dela, socialmente são aliados de tantos outros tipos específicos que também se entrelaçam para subjugar e perpetuar as mazelas que tanto prejudicam a sociedade. Para as vítimas, o racismo pode resultar

em trauma psicológico, exclusão social, dificuldades de acesso a recursos e oportunidades e limitações no pleno exercício de seus direitos. Além disso, o racismo contribui para a fragmentação social, a perpetuação da desigualdade e o enfraquecimento dos princípios democráticos em uma sociedade.

"O negro não tem apenas espaços a conquistar, tem coisas a reintegrar também, coisas que são suas e que não são reconhecidas como suas características (Nascimento, 2018, pgs 102-103)."

É essencial reconhecer a existência dessas formas de discriminação e promover a conscientização para combater o racismo em todas as suas dimensões. Somente através de esforços coletivos e políticas inclusivas poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e livre de discriminação racial.

2.2. Diferenciação entre racismo ambiental e injustiça ambiental

Eu tenho algo a dizer
E explicar pra você.
Mas não garanto porém
Que engraçado eu serei dessa vez!
Para os manos daqui,
Para os manos de lá:
Sei que problemas você tem demais
E nem na rua te deixam na sua
Entre madames fedidas e os racistas fardados
De cérebro atrofiado não te deixam em paz,
Dizem que os negros são todos iguais.
Não quero ser o Mandela,
Apenas dar um exemplo.
Não sei se você me entende,
Mas eu lamento que
Irmãos convivam com isso naturalmente
(Racionais MC, 1994).

Considera-se então, diante do debate que se levanta atualmente, evidenciar a diferenciação entre racismo ambiental e injustiça ambiental. Isso porque, estes são termos que vêm sendo amplamente utilizados para descrever os fenômenos relacionados à desigualdade ambiental (Herculano, 2008). Apesar dos dois termos

estarem ligados à distribuição excessiva e desigual de impactos e riscos ambientais, é importante compreender as diferenças sutis que existem entre eles.

Neste caso, o racismo ambiental se apresenta, como dito anteriormente, dentro dos conceitos de Bullard (1990), no que se refere à forma de discriminação racial que se manifesta por meio da exposição desproporcional de grupos étnicos a riscos ambientais adversos. Isso está enraizado em sistemas sociais e econômicos que perpetuam a marginalização de determinados grupos com base em sua raça ou etnia. Ou seja, no contexto do racismo ambiental, as comunidades afetadas são geralmente, de minorias étnicas ou grupos racializados e historicamente jogados para a margem. Dessa forma, as políticas e práticas discriminatórias resultam na concentração dos riscos ambientais nesses territórios, comprometendo a dignidade humana e qualidade de vida. Evidentemente, ele não se limita apenas à raça, mas também se interliga a fatores socioeconômicos, gênero e outros aspectos identitários.

Já a injustiça ambiental abrange as disparidades socioambientais que afetam os territórios, independentemente de sua composição racial. Ela surge da distribuição desigual de benefícios ambientais que estão, frequentemente, ligados a decisões políticas, econômicas e sociais (Cartier, 2009). Ela ocorre quando grupos populacionais são privados de acesso a recursos naturais, serviços básicos, moradia adequada e participação na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente, tendo seus direitos não respeitados em benefícios de outro grupo. Ou seja, a injustiça ambiental pode afetar comunidades de diferentes origens raciais, fortalecendo o racismo ambiental. As desigualdades socioeconômicas, a falta de representação e a marginalização social contribuem para a perpetuação da injustiça ambiental, levando uma maior vulnerabilidade a desastres ambientais, pior qualidade qualidade do ar e da água e a falta de infraestrutura e serviços adequados.

Ou seja, racismo ambiental e injustiça ambiental são termos próximos, mas distintos e ambos os fenômenos se retroalimentam, gerando impactos que prejudicam a vida e a dignidade humana em determinados territórios. Em resumo, enquanto o racismo ambiental se refere à discriminação racial direcionada a comunidades específicas, resultando em uma exposição desigual a riscos ambientais adversos. A injustiça ambiental, por sua vez, aborda as disparidades socioambientais que podem afetar comunidades independentemente de sua

composição racial. Ambos os conceitos destacam a necessidade de promover a igualdade de acesso a um ambiente saudável e seguro para todos, combatendo as desigualdades sociais e as práticas discriminatórias em relação ao meio ambiente.

Deste modo, torna-se crucial abordá-los em suas diferenciações a fim de facilitar, inclusive, formas de combatê-los. Em uma análise histórica, no mesmo período em que Bullard trazia à cena as questões do racismo ambiental, não tão longe dali, o sociólogo Benjamin Chavis levantava o conceito de injustiça ambiental para bater de frente com os impactos danosos causados no meio ambiente para a população preta norte-americana (Bullard e Chavis, 1993).

Chavis identificou em 1970 que ao menos 14 dos 17 depósitos de resíduos industriais da cidade estavam localizados em bairros de população majoritariamente preta, embora no geral, apenas 25% de toda a cidade fosse preta. Entretanto, foi apenas em 1983 que o enfrentamento de Bullard foi reconhecido enquanto necessário pelo relatório federal norte americano que confirmou que as comunidades pretas estavam servindo como depósito frequente e desproporcional para dejetos. Foram as lutas e pesquisas de Chavis e Bullard junto a diversos grupos de pesquisadores e ambientalistas, como Loureiro (2015) e Silva (2017) que deram o engajamento necessário para formar uma sólida base destes temas.

Evidente, os termos ganharam diferentes traduções e adaptações para dentro de cada contexto ocorrido em diferentes países, mas todos eles apontam para a mesma prática. As consequências do racismo ambiental e da injustiça ambiental também aparecem em diferentes termos utilizados em todo o planeta, a Organização das Nações Unidas - ONU, por exemplo, utiliza “apartheid climático” para pessoas que são afetadas pelas mudanças climáticas de forma desproporcional e “refugiados climáticos” para pessoas que abandonam suas regiões de origem devido aos danos climáticos. Lá nos EUA, em 1992, a partir do empenho dos ativistas, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) oficializou o termo e o significado de justiça ambiental, criando um escritório totalmente dedicado ao tema. Mas por aqui, isso demorou um pouco mais de tempo para acontecer e se engana quem pensa que este movimento partiu de lideranças políticas do poder. O governo brasileiro quietinho estava e quietinho ficou, pois foi em 2000 que movimentos sociais, sindicatos, ONGs, entidades ambientalistas, movimentos sociais da causa preta e indígena se uniram para formar a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) a fim de questionar a falta de acesso à

saúde, ao trabalho digno e a educação que determinados grupos tinham que enfrentar, precisando arcar com os danos ao meio ambiente de forma desproporcional, fato observado por Pires e Guimarães (2016, p. 3).

Observa-se nestas práticas que o poder público sempre deu e permanece dando aval para práticas de concentração de poluentes em áreas marginalizadas socialmente, Steve Lerner (2010) e Viégas (2006)ainda apontam que os locais da cidade que abrigam aterros sanitários e esgotos não tratados, são denominados como “zona de sacrifício”, pois diante da estapafúrdia visão imoral do poder público, abrigam espaços de degradação ambiental devido ao perfil social dos moradores daquele determinado território, que em maioria são pobres e pretos, em benefício de toda a cidade e/ou estado. Sendo estas áreas sacrificadas em benefício de outras.

Como tentativa de diminuir os impactos do racismo ambiental e da injustiça ambiental, a RBJA procurou fortalecer o sistema de justiça ambiental apresentado no Brasil e estabeleceu alguns princípios essenciais para isso, como por exemplo, a garantia de acesso às informações sobre o uso de recurso naturais, a destinação de rejeitos e a localização de riscos ambientais; a promoção do acesso equitativo aos recursos ambientais de todo o país e a sua preservação; a participação e ampliação gradual de grupos sociais afetados nos processos políticos de poder e decisão sobre áreas atingidas e o estímulo ao desenvolvimento de modelos alternativos de escoamento de resíduos. E embora outras instituições e grupos de pesquisadores tenham se unido ao coro para reforçar esses e outros manifestos, poucas instituições sociais e órgãos governamentais vem implementando novas práticas de relação com a Natureza, que aqui se apresentando com N maiusculo pois é trazida sob a ótica de Reis (2021) e Eduardo Gudynas (2020).

Há também um certo avanço em relação à discussão na área acadêmica e movimentos comunitários para apoiar as classes sociais atingidas pelo racismo ambiental e pela injustiça ambiental, entretanto, ainda pouco diante do que se acometeu sobre tais territórios.

2.3. Racismo ambiental no bairro de Parada de Lucas

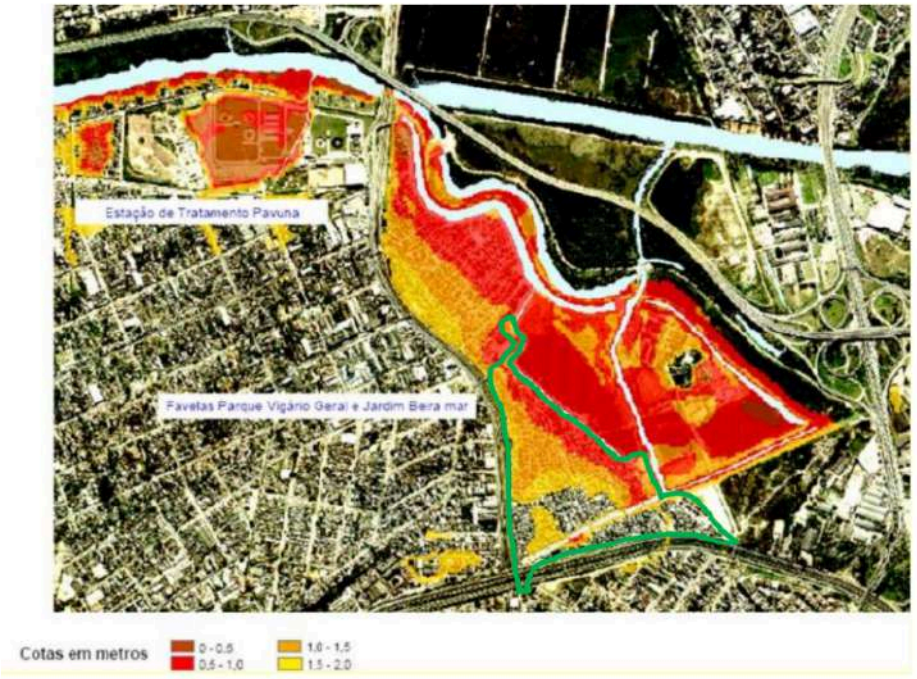
Precisamos lutar por um dia melhor!
Crise de desemprego
Em nosso dia a dia.

Já não como, não durmo, vivo na agonia
Cantamos com o rosto banhado em pranto
Sendo os verdadeiros donos deste rico chão
E hoje só impera a burguesia
(Unidos de Lucas, 1985).

O território onde se estruturou o bairro de Parada de Lucas, tal qual grande parte (senão, todo) território da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, surge de graves violações ao seu estado natural. O local que se encontra à beira da Baía de Guanabara sob as bordas do rio Meriti teve em 1920 parte de seu território aterrado (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2018b). De acordo com os próprios moradores do local, os aterros foram providenciados ao entorno da estrada de ferro Leopoldina. Entretanto, estudos revelam que a localidade sofre até os dias atuais com as condições em que esse aterro foi realizado, deixando a área de 0,5 à 1,5m acima do nível do mar, estando em situação de vulnerabilidade às inundações (Mendonça e Silva, 2008) e dando ao local um aspecto de brejo, não apresentando condições de uso urbano sem adaptações e soluções técnicas.

Na imagem abaixo é possível observar a variação de nível de parte do bairro de Parada de Lucas, onde se localiza a favela Beira-Mar e de parte do bairro de vigário geral, possível de ver na figura 20.

FIGURA 20 - Área de Parada de Lucas que foi aterrada, considerando toda a extensão da favela.



Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/15613. Acesso em: 12/09/2023.

De acordo o portal Wiki Favelas - Dicionário de Favelas Marielle Franco (2023), que conta a histórias de favelas do Brasil todo, entre o século XIX e XX a região era uma área rural, caracterizada por vastas plantações de cana-de-açúcar e cafezais. No local, os tropeiros que se deslocavam da área central da cidade até a serra ou a baixada fluminense faziam paradas para descansar da longa viagem. Entretanto, a origem do nome do bairro designa ao pertencimento destas terras ao português José Lucas de Almeida quando a região ainda fazia parte das sesmarias do Irajá. O dono das terras, em 1949, exigiu que a linha férrea que passava por aquele local (atualmente atende por ramal saracuruna) ligando o antigo estado da Guanabara até os pés da serra, tivesse uma estação, realizando paradas para que pudessem exportar mercadorias para o restante da cidade, foi então que surgiu a “Parada do Lucas”, que como pode ser visto nas imagens abaixo, continha apenas uma pequena cobertura de madeira dentro do terreno da casa do próprio Lucas, que continha ainda uma grande plantação de couve portuguesa. Atualmente o local abriga a garagem de uma empresa de ônibus e a parada do trem se encontra a frente desse terreno.

FIGURA 21 - Antiga estação de ônibus em Parada de Lucas.

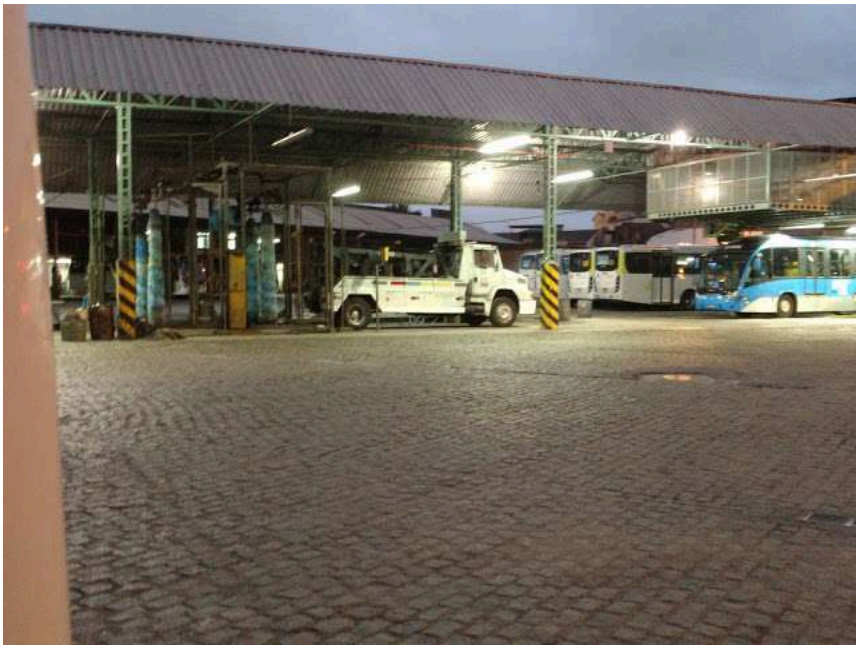


Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Parada_de_Lucas#:~:text=Era%20conhecida%20como%20Tr%C3%AAs%20Bicas,trem%2C%20l%C3%A1%20inaugurada%20em%201949. Acesso em: 12/09/2023.



FIGURA 22 - Imagem atual da garagem de ônibus onde se localizava a primeira estação. Material registrado no dia 03/05/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 23 - Destaque para os paralelepípedos que existem no fundo da garagem.



Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Parada_de_Lucas#:~:text=Era%20conhecida%20como%20Tr%C3%AAs%20Bicas,trem%2C%20l%C3%A1%20inaugurada%20em%201949. Acesso em: 12/09/2023.

O bairro e a favela que leva o mesmo nome foram crescendo ao longo dos anos, a partir de 1950, com seus moradores formados por ex escravizados, seus descendentes e imigrantes do nordeste que buscavam condições de vida melhores no sudeste. Assim sendo, a falta de moradia acessível e as condições socioeconômicas precarizadas a qual estes grupos estavam submetidos contribuíram para o crescimento da favela na região, que enfrentou desafios relacionados à falta de infraestrutura básica, saneamento, água encanada e coleta de lixo; bem como problemas de segurança e carência de serviços públicos adequados, refletindo o racismo ambiental e as desigualdades sociais.

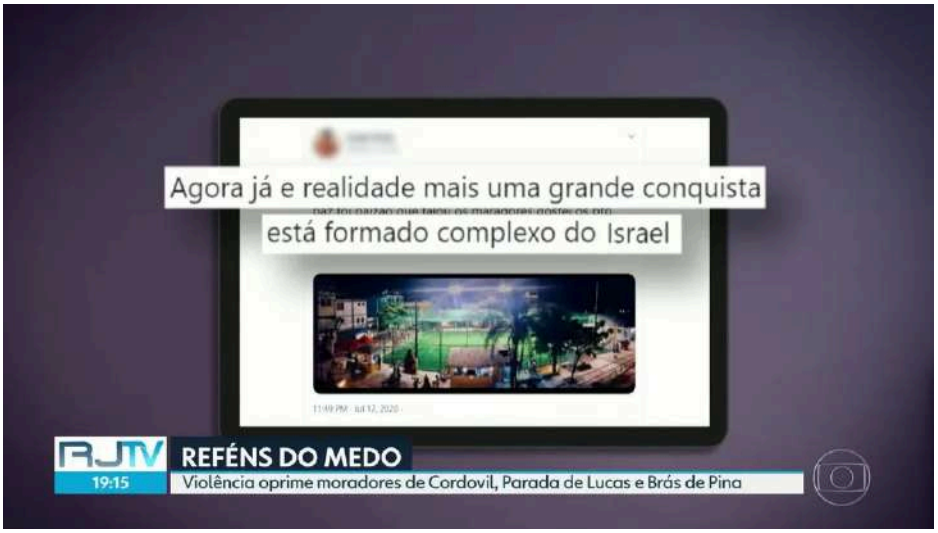
Entretanto, foi a partir de 1960 que houve uma grande imigração para o bairro devido a construção do conjunto habitacional da Cidade Alta, área próxima ao bairro. Dos entulhos destas obras, inclusive, aproveitaram para aterrar mais áreas do bairro. Somado a isso, a remoção das favelas do Pinto, Catacumba e Pasmado na zona sul da cidade forçaram que seus moradores buscassem abrigo na região.

Essa compreensão e visão sobre como Vigário Geral e Cidade Alta se desenvolvem no entorno do bairro é vital para compreender a situação atual dessas localidades e sobretudo, de Lucas. A favela de Parada de Lucas por muitos anos foi

dominada por uma facção criminosa que no ano de 2007 atacou e dominou a favela de Vigário Geral. Nove anos mais tarde, em 2016, a facção invadiu e dominou a Cidade Alta em uma série de conflitos que duraram sete, ininterruptos, meses. Formou-se então o Complexo da Cidade Alta, o qual chamavam de “Complexo da Alta”.

Ao longo do ano de 2019 novos ataques a pequenas favelas locais foram identificados, até que, em plena pandemia de COVID-19 o conjunto de favelas viveu dias de terror. Não somente pelo vírus, mas sobretudo, pelos ataques de grupos criminosos que por dias promoveram guerra a fim de invadir o território e expandir seus domínios, de acordo com o Portal de Notícias G1 (2020). Quem primeiro noticiou esses fatos foram os próprios traficantes que ostentaram a dominação através das redes sociais e divulgaram que da estação do bairro de Vigário Geral até a estação do bairro de Brás de Pina, tudo estava cercado e sob domínio do crime organizado. Anunciavam ali, a formação do que se chama atualmente por “Complexo de Israel”.

FIGURA 24 - Reportagem do jornalístico RJTV da TV Globo sobre a violência em Parada de Lucas e adjacências.



Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj2/video/violencia-oprime-moradores-de-cordovil-parada-de-lucas-e-bras-de-pina-8725103.ghtml. Acesso em: 13/09/2023.

FIGURA 25 - Muro em frente à rampa de acesso à estação de trem em Parada de Lucas.



Disponível em: A criação do Complexo de Israel e sua relação com o crescimento do pentecostalismo em periferias – Rio de Janeiro, Brasil. *Anuário Antropológico*, v. 49, n. 1, p. 250-273, 2021. Acesso em: 23/07/2024.

Parada de Lucas, favela de origem deste grupo criminoso, ocupa a faixa central desse complexo formado por um conjunto de onze favelas que também pertencem ao bairro vizinho de Cordovil, sendo as principais Vigário Geral, Parada de Lucas, Cidade Alta, Cinco Bocas e Pica Pau, além de Porto Velho, Vista Mar, Divinéia, Avilã, Serra Pelada e Vila Cambuci, que juntos possuem uma população de aproximadamente 134 mil habitantes (Portal de Notícias G1, 2020).

FIGURA 26 - Reportagem sobre a violência em Parada de Lucas.



Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj2/video/violencia-oprime-moradores-de-cordovil-parada-de-lucas-e-bras-de-pina-8725103.ghtml. Acesso em: 16/09/2023.

Na última semana de escrita deste trabalho, ao fechar detalhes com a orientadora em uma sexta feira, dia 19 de julho de 2024 às 12:00, começo a ouvir o helicóptero da RecordTv bem próximo. Há princípio não suspeito de nada, semanalmente estão aqui na hora do almoço, jogam zoom no rosto de moradores (em maioria pessoas de corpos pretos), em cima de qualquer carro e moto, narram se parecem suspeitos ou não, se parecem portar armas ou não e destacam onde tem bancas de drogas… Abaixo, imagens do helicóptero, apelidado de “mosquito fofoqueiro”, que costuma pairar bem próximo de onde moro.



FIGURA 27 - Imagens do “mosquito fofoqueiro”, helicóptero da Record Tv, sobrevoando bem próximo da minha casa. Material registrado no dia 19/07/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

Confesso; me soa racista, aporofóbico e ao dar com detalhes as informações de onde tem banca de drogas, não me parecem estar denunciando nada, apenas divulgando. Mas não vou me aprofundar nisso nesta pesquisa.

Ao perceber o horário mais cedo do que o tradicional (costumam chegar por volta de 13h/13:00), comunico a orientadora que tem algo de estranho acontecendo. Eles pareciam “prever” algo e apressadamente buscavam registrar o que estava para acontecer. Do começo do jornal ao final, a manchete em destaque dizia que bandidos do Complexo de Israel atacaram os bandidos do Quitungo. Não houve nenhuma imagem sequer de bandidos nas ruas ou qualquer outro indício de que haveria guerra. Embora eles anunciassem, sempre destacando pessoas de corpos pretos que transitavam pela região, como mostra a fotografia abaixo, que fiz da tela de minha televisão durante reunião com a orientadora.



FIGURA 28 - Imagem transmitida pelo helicóptero para a TV, sobrevoando a região da estação de trem de Parada de Lucas, anunciando bandidos armados. Material registrado no dia 19/07/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

A partir da noite deste dia e pelos outros quatro seguidos, não se ouviu outra coisa neste bairro e arredores, que não fossem tiros e bombas. Muitos e altos. Era a guerra que estavam anunciando. A programação de sábado na emissora foi alterada, um programa tradicionalmente de entretenimento exibido no horário passou a cobrir a guerra com inúmeros repórteres e o helicóptero sobrevoando a região. Na noite de segunda, divulgaram na grande mídia o que já circulava entre os moradores: O mapa do Complexo de Israel foi reconfigurado.



FIGURA 29 - Áreas em guerra em destaque pelo jornalístico “Cidade Alerta” da RecordTV. Material registrado no dia 22/07/2024. Fonte: Arquivo pessoal.



FIGURA 30 - Mapa das áreas em guerra exibido pelo jornalístico RJTV2 da Rede Globo. Material registrado no dia 22/07/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

O Complexo de Israel, sob comando do “Peixão” e do “Terceiro Comando Puro” venceu a disputa contra o “Comando Vermelho” e anexou ao seu território a favela do Dourado no Quitungo (pequena favela de no máximo cinco ruas e algumas vielas, anteriormente anexada ao morro do Quitungo) após quatro dias de guerra e por meses monitorar a região, sequestrar moradores e sobrevoar com drones que soltavam granadas na região[4]. Importante considerar que, apesar dessa informação ser divulgada pela grande mídia e circular entre moradores, não houve nenhuma “oficialização” por parte dessas facções.

O que se sabe, é que desde segunda-feira, dia 22 de julho de 2024, moradores da região denunciam que foram expulsos de suas casas para abrigar traficantes e alguns estão sem luz após traficantes atirarem nos postes[5]. Relatos de moradores e comerciantes, anunciam que o Complexo se estendeu até duas ruas de onde moro, todos já foram notificados sob a quem devem obediência, quais são as ordens a serem seguidas e até onde ficarão as barricadas.

[4] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RTPQNcNgcKc);
[5]Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/07/25/pm-faz-operacao-emergencial-no-quitungo-para-que-light-possa-consertar-transformadores-atingidos-por-tiros.ghtml;

FIGURA 31 - Barricadas serão dispostas nas vias em azul, em vermelho a área da Favela do Dourado e em verde a área do Morro do Quitungo.



Fonte: Elaborada via Google Maps.

No momento em que escrevo estes parágrafos para atualização da dissertação, no dia 24 de julho de 2024, o jornalístico da Record TV sobrevoa o morro do Quitungo, alvo do Complexo de Israel e ainda não dominado, dando a localização exata do chefe da facção que domina a região: “Bloco 37 no conjunto habitacional do Morro do Quitungo, utilizando um carro TCross branco para se locomover” brada o apresentador, enquanto pede para a polícia ir até o local. Pergunto: A polícia vai até o local nesse horário? Sob quais condições e com base no que?

As respostas para essa pergunta eu não sei. Mas eu sei quem pode ir até lá: Peixão, chefe do Complexo de Israel, que ainda tenta dominar a região. A informação passada pelo jornalístico, beneficia a quem mais, se não apenas ao chefe da facção inimiga e a própria guerra? A população local não é beneficiada, a polícia também não fará nada de seguro sem utilização de inteligência… A quem beneficia saber a localização exata do chefe de uma facção no meio de uma guerra, se não ao seu rival?



FIGURA 32 - Registro do jornalístico “Cidade Alerta RJ” denunciando suposto endereço do esconderijo do traficante rival do Complexo de Israel. Material registrado no dia 24/07/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

Longe de fazer qualquer insinuação, mas deixando algumas pontas para uma pesquisa futura: Então quer dizer que a Record TV, emissora da IURD (principal difusora do conceito Israelita do narcopentecostalismo, como veremos a frente), além de expor barracas de drogas em promoção na região do Complexo de Israel, já sabia da guerra e do domínio do território rival antes mesmo de toda guerra estourar; e para além disso, usou seu helicóptero para monitorar o traficante rival e passar a localização exata dele ao vivo em uma ação que só beneficia as lideranças do Complexo de Israel, que estão buscando avançar ainda mais sob esse território?

Mas voltando à criação do Complexo e o objetivo dos traficantes; para além de dominar territórios, há a intenção de impor a religião de origem cristã evangélica protestante para os moradores do bairro. Sob ordens do tráfico diversas pessoas desapareceram, foram mortas, famílias expulsas de suas casas, centros de umbanda e espiritismo, além de artigos católicos foram vandalizados e ruas paralelas à avenida Brasil, principal via da cidade do Rio de Janeiro, foram fechadas com barricadas. Como se não bastasse o racismo ambiental, estrutural e institucional que já foram explícitos neste texto, além dos que também estarão mais à frente, enfrenta-se hoje o racismo religioso na localidade (Folha de São Paulo, 2023). O chefe da facção se auto intitula como Arão, personagem que segundo a bíblia, foi o primeiro sumo sacerdote judeu que indicou o caminho para fora do Egito

para os escravizados; seu principal comparsa é intitulado como Jeremias, que foi um dos mais importantes profetas bíblicos pregando contra a idolatria e a imoralidade.

> Ele ia com esse grupo em terreiros de macumba, quebravam e ameaçavam os frequentadores, no sentido de fechar os terreiros. É um caso claríssimo de intolerância religiosa. O que ele quer é que terreiros de macumba não funcionem em comunidades dominadas pelo Terceiro Comando (G1, 2019).

FIGURA 33 - Objetos religiosos e vasos de plantas quebrados em terreiro no Complexo de Israel.



Disponível em: Reprodução G1/ TV Globo. Acesso em: 16/09/2023.

Os demais criminosos pertencem a “Tropa do Arão” e são chamados de “Soldados de Israel”, impedindo assim, que outras práticas religiosas sejam exercidas livremente por moradores do local. De acordo com Miranda (2021), isso tem nome e sobrenome: Intolerância religiosa! E é preciso encaixar a intolerância religiosa dentro de um sistema racista, onde então, surge o termo racismo religioso. Mas o “religioso” aqui, não deve ser contextualizado pela experiência colonial. Pelo contrário, cruzam-se nele diferentes expressões e escutas, Rufino (2019) destaca que é preciso reforçar o racismo religioso da forma como se apresenta nos últimos tempos como terrorismo porque são ações de terror contra os povos de terreiros,

suas comunidades, práticas, saberes e patrimônios. Neste contexto, as invasões, ataques, depredações, ameaças, mortes, expulsões e proibições de demonstração de fé em espaços públicos e privados cooperam para uma estrutura engenharia colonial que se desdobra em diferentes conceitos também trazidos aqui, como epistemicídio de Sueli Carneiro (2005). Ou seja, é necessário romper com a ideia de que racismo religioso é um problema restrito à fé porque envolve diversas outras questões.

Em uma das ações terroristas registradas na localidade, a mãe de santo Didi D Yemanjá foi arrastada à força por traficantes para fora do atual Complexo de Israel, conduzida brutalmente a um ponto de ônibus na Av. Brasil com os seus filhos, teve todo seu espaço depredado e relatou que os candomblecistas da região eram impedidos de circular de roupas brancas dentro da favela.

> Antes a gente podia sair com roupa de santo na rua. Hoje, já não pode mais ficar de saia ou roupa branca. Todos os (religiosos) conhecidos já tinham fechado suas casas. Infelizmente, somos mais uma vítima dessa intolerância. É triste, mas a gente não vai perder a fé. Estamos muito machucados, mas a fé ninguém vai conseguir tirar de nós. Podem quebrar o tijolo, quebrar o barro, quebrar o assentamento. Mas o orixá a gente carrega na cabeça, no coração (Didi D Yemanjá, 2018).

Lélia Gonzalez, ao discutir as mães de santo, trouxe uma questão que aqui se apresenta à frente como uma possível solução: A sabedoria presente nas espacialidades e culturas negras.

> Sabem mais de solidariedade do que de competição, de coletivismo o que de individualismo. Nesse contexto, há muito o que apreender (e refletir) com essas mulheres negras que, do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria (Gonzalez; Lima & Rios 2020, p. 269).

Observa-se, diante destes cenários, que a destruição dos terreiros faz parte de um complexo sistema de violências que se integram e se encontram na necessidade de aniquilar produção de vida em toda sua essência, seja na experiência do sujeito, seja na prática religiosa ou em seus saberes, porque esses locais se posicionam enquanto espaço e tempo de remontar existências,

identidades, saberes e formas de vida, cumprindo missão religiosa, mas também pedagógica, política e epistemológica.

É diante deste cenário de destruição do sagrado e da tentativa de apagamento de histórias de vida e de resistência, que Parada de Lucas se tornou um bairro favelizado, que desde seus primórdios, ainda enquanto área rural e até a formação da favela, reflete as transformações sociais, econômicas e urbanas de toda a cidade do Rio de Janeiro. Mas, essa situação não é exclusividade de Parada de Lucas e tem uma causa bem conhecida. De acordo com pesquisas da Profª. Drª. Christina Vital da Cunha (2014), um cenário parecido era possível de ser observado na Favela de Acari nos anos 90, onde se encontravam diversos símbolos religiosos de matriz afro e católica, mas que com o passar do tempo se iniciou um processo de desfiguração e destruição de imagens e murais da umbanda, do candomblé e do catolicismo. Havia uma a consolidação do poder de um grupo a partir de uma espécie de batalha entre o bem e o mal, que passava pelo bem representado pela força policial e cristã protestante, enquanto o mal era representado pelas drogas e imagens do sincretismo da umbanda, candomblé e catolicismo. A força policial estabelecida em Acari permitiu uma nova ordem moral e cristã que era imposta através do uso de pichações em referência à polícia e aos símbolos protestantes. De 90 a 2000, Acari foi completamente modificada, já não existia referência a santos católicos ou entidades da umbanda, nem símbolos étnicos. Havia somente passagens bíblicas, salmos e destaque a um Deus poderoso, punitivo e que protegia seu povo, além de rádios espalhados pela comunidade com orações e divulgações cristãs protestantes (Vital da Cunha 2014a, 2015). É essa mesma prática que se vê por todo complexo de Israel e todo esse mecanismo tem uma razão, ainda de acordo com Cunha (2014) e Costa (2023), trata-se do crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, a famosa Universal que deteve até recentemente a prefeitura do Rio sob mãos de Marcelo Crivella e direitos sobre a Record Tv.

A criação da IURD e ampliação dela dentro dos territórios de favelas ocorre justamente ali no início dos início dos anos 90, promovendo um “novo estado de Israel” e seus gigantescos templos, um Deus de proteção ao justo, punição ao erro e glória aos que acreditarem nele e em seus discípulos (não os bíblicos, mas os que se denominam assim nos dias atuais). A IURD, não sozinha, mas em parceria com um pensamento enraizado em preconceitos estabelecido pelo protestantismo e

pentecostalismo que se renova constantemente na política e na mídia, reduziram o judaísmo a um tamanho que o fez caber dentro de seu próprio querer e conceitos (Carpenedo, 2021). A incorporação dos elementos simbólicos e dos rituais judaicos sem nenhum zelo à sua história, ao seu contexto e as suas práticas religiosas, criaram não um “Novo Estado de Israel” como pretendia Edir Macedo, mas um falso estado de Israel. Dessa forma, o projeto religioso da IURD, construída dentro do contexto de dominação religiosa, política, cultural e econômica repercutiu em uma linguagem escrita e visual, em que uma direita conservadora cristã se apresenta no Brasil, sob o discurso de “Deus acima de todos” e se auto intitulando como “cidadãos de bem”, tentam destruir povos, direitos e memórias, dentro e fora das favelas. Essa forma da direita cristã conservadora utilizar dos símbolos judaicos e israelenses como bem lhe interessa, sob seus próprios interesses, reforça sob esses territórios uma perspectiva hegemônica (Gherman e Klein, 2021) que exclui a diversidade e complexidade não só dos judeus e do Estado de Israel, mas de toda a população desses locais dominados e amplia tendências antidemocráticas, se levantando contra aqueles que ameaçam suas perspectivas e valores, que diga-se de passagem, verdadeiramente não há nada de cristão.

Dentro de sua crença desconexa de qualquer realidade, seja social ou cristã, tudo que não pertence a eles é contra eles e deve ser combatido, sejam comunistas, LGBTQIAPN+, pobres, feministas, pessoas a favor do aborto, todos que não são cristãos… Exceto os judeus! No imaginário cristão-conservador brasileiro, os judeus fazem parte de sua formação ideológica e política de tal forma, que estes também “se tornam judeus”, integrando um “povo da promessa” não porque de fato são, mas porque se identificam (Gherman e Klein, 2017).

Entendo que esse debate sobre a segregação urbana, produzida pela dinâmica da metrópole capitalista, não será esgotado neste trabalho. Tampouco esgotarei a discussão da relação entre poder neopentecostal e o monopólio das armas e da opressão da configuração do atual território do Complexo de Israel. Contudo, expor essas relações é atinente ao debate do racismo ambiental, especialmente quando consideramos que os territórios sagrados afrocentrados consideram a primazia da relação com a natureza. O desaparecimento desses territórios em Lucas implica num apagamento da memória da relação com a natureza.

Compreender essa história se torna fundamental para analisar as questões presentes no bairro. Ao mencionar o termo “favelizado”, aqui me refiro ao que Barros (2018) aborda em seus trabalhos, enquanto fenômeno complexo e multifacetado que se associa a desigualdades sociais e econômicas, falta de acesso à moradia adequada, crescimento urbano desordenado e políticas públicas insuficientes. Entretanto, ressalta-se um ponto, nesta compreensão, bairros favelizados seriam aqueles aos quais o seu território seria em maior parte formado por favelas. O que não ocorre com Parada de Lucas, o que evidencia mais uma prática racista se perpetuando no bairro. Este processo de favelização não é uma característica negativa que parte das favelas ou de bairros considerados favelizados, são uma característica negativa de quem os exerce: Racismos e racistas. É um processo muito mais amplo e estrutural do que se expõe e precisa ser enfrentado em respeito às milhões de pessoas que moram em favelas, e aqui me refiro a todos os moradores de comunidades, não apenas de Lucas, que resistem e enfrentam adversidades diárias para se construírem enquanto moradores e construírem espaços dignos de se viver.

Assim como em Lucas, há falta de infraestrutura básica, carência de serviços públicos e vulnerabilidade social em tantas outras favelas. Na nossa área de estudo em específico, haviam de acordo com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2018b) aproximadamente 3km de área sob ocupação das favelas, tendo no total 11.233 domicílios. O IBGE no censo de 2010 identificou uma população de 23.923 pessoas e no censo de 2022, uma população de 22.069 pessoas. Uma queda de 1.854 moradores na região. O censo ainda apontou que 22% dos moradores viviam sem renda, 32% recebiam até um salário mínimo, 39% tinham entre um e dois salários mínimos; e o restante 7% mais de dois salários mínimos.

Em relação aos resíduos sólidos do bairro, os números evidenciam que não há retirada de lixo e nem manuseio adequado para 11% da população do bairro, destacam-se neste ponto, os moradores da favela localizada no bairro. Mas não somente na favela se encontram problemas como este, andando pelas principais ruas do bairro se percebe um cenário assustador! São pilhas e mais pilhas de lixo jogados a céu aberto e sem nenhum tipo de tratamento adequado. As imagens abaixo revelam a situação da Rua Cordovil, uma das principais do bairro.



FIGURA 34 - Frente do Conjunto Habitacional Sesquicentenário e descarte de lixo. Material registrado no dia 03/05/2023. Fonte: Arquivo pessoal.



FIGURA 35 - Calçadas da rua Cordovil, uma das principais vias de Parada de Lucas. Material registrado no dia 03/05/2023. Fonte: Arquivo pessoal.



FIGURA 36 - Calçadas da rua Bulhões de Marcial, rua da linha férrea da estação de Parada de Lucas. Material registrado no dia 03/05/2023. Fonte: Arquivo pessoal.

Destaco aqui uma prática da qual já havia desconfiado da existência anteriormente, mas pude registrar em fotos somente nos últimos meses de pesquisa para a dissertação e que ocorreu de forma não intencional. Me permitam uma breve história antes de seguirmos.

Ao longo do processo de escrita para a dissertação, eu tive sérios problemas enfrentados pelo calor. Morava em um apartamento no quarto (e último) andar, sol da tarde. Era terrível! Não havia um único instante em que eu não estivesse suado, cansado, desmotivado, sem vontade de viver sob aquele calor que não dava trégua e nada do que eu puder aqui dizer para descrevê-lo, chegará perto do que era viver aquilo. Este apartamento se localiza bem na frente do conjunto habitacional em que eu ainda moro, me mudei nos últimos oito meses de pesquisa. Me mudei não pelo calor, mas porque virei mocinho (contém ironia) e saí da casa de mamãe. O apartamento em que moro atualmente se localiza no extremo oposto, é um dos últimos do conjunto de prédios e aqui eu descobri uma nova Parada de Lucas. Um lugar que me fez compreender de vez, que o que eu trato aqui não é só sobre não ter área verde, é sobre a má utilização que se dá a ela. Mas sobre esse lugar conversaremos mais à frente, agora que tratar do “já sumiu”. “Já sumiu” era como eu chamava o local de descarte de lixo do conjunto habitacional, possível de

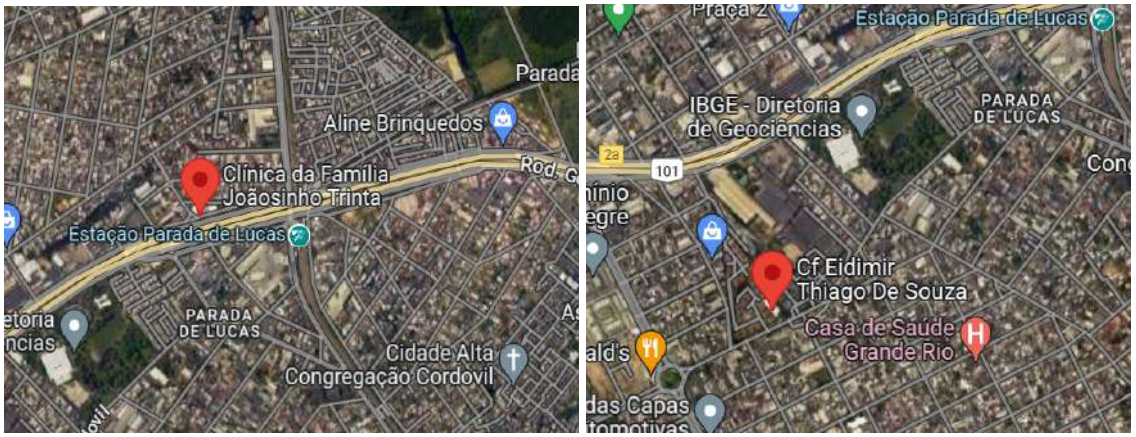
ver na figura 34, ali (em situação muito pior do que a da imagem) é realizado por funcionários o descarte dos lixos que saem dos blocos e por moradores, os lixos grandes (entulhos). Quando um morador colocava um saco de lixo, caixa ou qualquer outro item diferente ali, em poucos minutos eles sumiam ou estavam revirados. Surge daí o “já sumiu”, quando eu ou alguém próximo colocava algo ali, rapidamente olhávamos para trás e surpresa: Já sumiu.

Aquilo me intrigava muito! Como que some tão rápido? Quem que mexe? Descobri que a administração do conjunto habitacional contratava um senhor que passava pela rua catando itens para vender, esse senhor impedia que outras pessoas revirassem o lixo, tirava o que lhe interessava e vendia, em troca o conjunto não tinha problemas com pessoas externas, dava um valor por semana, reduzia o lixo e abrigava o senhor em um local que nunca soube qual, mas que me revelou certa vez já ter fogão e sofá, que havia tirado do lixo. Das poucas vezes que conversamos, ele carinhosamente me chamava de “professor” e “mestre”, mesmo sem saber quem eu era e o que fazia; e eu o chamava de “meu guerreiro”. Ele era um homem magro, baixo, pele preta, cabelos e um volumoso bigode branco. Nunca nos apresentamos formalmente.

Tempos depois, reparo que esse senhor já não aparecia mais nem mesmo pelas ruas, mas as coisas continuavam sumindo. Encontro com ele em Vista Alegre, rodando em seu carrinho como fazia antigamente e ele me conta que os funcionários do conjunto se reuniram e tiraram ele de lá porque ficaram, segundo ele, com inveja dele e do que ele estava conseguindo. E isso me explicou tudo! Quando se colocava algo ali, independentemente do dia e horário, porteiros e faxineiros ao verem, corriam pra tirar o que lhe interessavam e não deixavam nada pra ele. O “já sumiu” não era ele que frequentava o local uma vez por semana e conseguia retirar o que os outros não conseguiam carregar sem serem percebidos.

Chegando na área da saúde, não se encontrou naquela época do censo, nem agora, opções de cuidado como clínica da família, postos de saúde ou hospital público dentro da comunidade, tendo apenas duas clínicas da família localizadas no bairro. Sendo a Eidimir Tiago de Meneses e a Joãosinho Trinta, essa, mais próxima da favela de Lucas como é possível observar nas imagens abaixo.

FIGURA 39 - Localização das duas clínicas da família disponíveis no bairro de Parada de Lucas.



Fonte: Elaborada via Google Maps.

Reforço aqui que a Casa de Saúde Grande Rio é de competência particular e está fora dos limites territoriais do bairro de Parada de Lucas. Mas aproveito das imagens dispostas para observar a pouca presença de espaços verdes no bairro, há dois núcleos: os fundos do terreno do IBGE, que está abandonado e o Centro de Adestramento Almirante Marques, como podem ser vistos em destaque abaixo.

FIGURA 40 - Imagens de Satélite do Centro de Adestramento Almirante Marques e do terreno do IBGE.



Fonte: Elaborada via Google Maps.



FIGURA 41 - Fundos do terreno do IBGE com saída para a Rua Cordovil. Material registrado no dia 03/05/2023. Fonte: Arquivo pessoal.

Recentemente foi divulgado por Marcio Pochman, via plataforma virtual X (antigo Twitter) que o IBGE de Lucas em seus prédios e terrenos será resgatado da situação em que se encontra a fim de fortalecer laços com o seu entorno e a criação de um escola gráfica prevista para 2025, a íntegra do que foi publicado por Pochman, pode ser lida abaixo:

> “O IBGE de Parada de Lucas é um símbolo da glória e do desmonte do Estado brasileiro. O que antes foi a maior gráfica da América Latina, oficina de grandes Censos, hoje é um complexo com a maioria das suas edificações fechadas, por descaso, esvaziamento de funções e falta de manutenção. Estamos falando de mais de 82 mil metros quadrados…
>
> Mas foi na unidade de Lucas que nossa gestão iniciou o projeto Diálogos IBGE 90 anos, que em 10 meses, já teve mais de 10 mil participações, mais de 300 reuniões virtuais, que gerou as diretrizes do órgão... Que gerou metas dentro do Plano de Trabalho de 2024, o complexo em Parada de Lucas está sendo resgatado. Uma área que precisa de uma conexão com seu entorno, por meios das comunidades locais e suas necessidades.
>
> A integração das gráficas do IBGE, que unirá num só lugar, em Lucas, a produção do órgão, o que já inclui poder distribuir e disponibilizar para venda mapas a R$ 10 reais.
>
> Aumentar a reprodução de publicações. Até setembro deste ano deve ser concluída essa integração, que unirá máquinas modernas e nova logística

> de produção. E a criação de uma escola gráfica, em 2025, para jovens da comunidade. Também a unidade começa a receber novas Agências do IBGE na região, reduzindo custos e tornando mais ágeis os trabalhos. Além de receber servidores de diretorias técnicas, que estão migrando do centro do Rio… Então é uma alegria ver espaços públicos sendo reaproveitados e seus servidores ativos e aposentados de volta. Prédios e ações que fazem parte da história do IBGE e do Brasil"
> (Marcio Pochman, 2024).

A ausência de locais verdes ou a má utilização de áreas verdes é considerada um tipo de racismo ambiental debatido por Montezuma (2020) quando discorre sobre o Sistema de Espaços Livres de Edificação e o impacto das áreas verdes na valorização do espaço urbano em diálogo com Acselrad (2009) em relação a justiça ambiental. Neste sentido, evidencia-se um caso de injustiça ambiental em Parada de Lucas, visto que os espaços verdes que tem na região sofrem com o abandono público, sendo abandonadas e/ou mal cuidadas, legitimando a desvalorização de seu entorno ao passo que, áreas verdes bem conservadas em outras regiões da cidade, encontram em seu entorno uma hiper valorização de bens e serviços. Montezuma (2020) reforça ainda que esse processo está intrinsecamente ligado à precarização de grupos definidos por fatores sociais e que estes locais verdes têm profunda importância social, atuando como fornecedores de serviços ambientais diretos e indiretos, de modo a amenizar o calor, filtrar o ar e a água, além de servir como barreira física para a poluição sonora.

E é aqui que entra o "quintal dos maconheiros", perdoem-me previamente pelo termo quem não gostar dele ou considerá-lo negativo, mas já há uma ressignificação do termo entre os próprios consumidores da maconha, isso já não é ou não deveria ser visto como tabu. E o "quintal dos maconheiros" trata-se nada mais, nada menos do que a minha nova vista. Ao me mudar, saí de uma vista fechada de outro prédio e intenso calor, para uma paisagem aberta, arborizada (na medida do possível), refrescante e serena. Paz! Descobri o paraíso em uma vista.



FIGURA 42 *- Vista do apartamento antigo. Material registrado no dia 03/05/2023 Fonte: Arquivo pessoal.*



FIGURA 43 *- Vista do apartamento atual. Material registrado no dia 26/06/2024. Fonte: Arquivo pessoal.*

O terreno ao lado, registrado na figura 44, trata-se dos fundos de um armazém de supermercado (localizado na rua Cordovil) e dos fundos de uma loja de caminhões e guindastes (localizada na av. Brasil). Alguns galpões abandonados e árvores, muito verde para quem estava acostumado com a vista de um outro apartamento à frente e um céu azul estourando com brisa fresca sob meu apartamento a qualquer hora do dia. Mas não há nenhum pingo de romantismo

nisso, diferente do que possa ter soado inicialmente e nem é esta a realidade que se encontra todos os dias.

***FIGURA 44** - Vista de satélite do terreno em frente ao novo apartamento.*



Fonte: Elaborada via Google Maps.

O terreno arenoso espalha poeira e formam grandes redemoinhos, enchem a casa todo dia de pó e me provocaram problemas respiratórios que nunca tive. Antes de me sentar e escrever esta dissertação, tive que passar pano em todos os móveis, ritual que se tornou diário ao acordar. Caso contrário, ao sentar a mesa para escrever e abrir o computador, eu começaria a espirrar intensamente e a garganta que a essa altura vive ressecada, imploraria por água. A imagem a seguir é da mesa da sala, mas revela a situação de todos os outros móveis diariamente. Na tentativa de destacar a quantidade de poeira, passei o dedo duas vezes sob a mesa e em regiões diferentes, é possível perceber a diferença entre as regiões em que passei o dedo e as que não passei.



FIGURA 45 - Detalhe da mesa da sala do apartamento empoeirada. Material registrado no dia 26/06/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

Em dias mais movimentados é possível perceber a poluição no ar, reparem na figura 46, observem o céu mais limpo e ao fundo um morro, situado do outro lado da Avenida Brasil. Na figura 47, obtida no mesmo dia em que se registrou a mesa da figura 45, o céu está esbranquiçado e o morro, é apenas um detalhe acinzentado ao fundo.



FIGURA 46 *- Visualização do morro localizado do outro lado da Avenida Brasil em dias menos poluídos. Material registrado no dia 09/03/2024. Fonte: Arquivo pessoal.*



FIGURA 47 - *Visualização do morro localizado do outro lado da Avenida Brasil em dias mais poluídos. Material registrado no dia 26/06/2024. Fonte: Arquivo pessoal.*

A vista, que em dias mais limpos é inegavelmente melhor do que a anterior e o vento fresco proporcionados pelas árvores, chamam não somente a minha atenção, mas também a de um grupo de pessoas, todas conhecidas da localidade que se juntam ou sobem nos telhados das garagens para fumar baseado, conversar e até mesmo namorar. O terreno mal utilizado se torna uma espécie de jardim para aqueles que ressignificam o espaço e uso.

Convido o leitor a imaginar as minhas motivações para compartilhar esta fotoescrevivência. A imagem, a seguir, foi registrada por mim, a partir da minha janela. Em um dia de calor, no verão de 2024, quis compartilhar o paradoxo do espaço. Isto é, quando um terreno baldio se converte em jardim para periferia.



FIGURA 48 *- Casal no telhado das garagens, sob sombra da árvore e conversando. Material registrado no dia 07/03/2024. Fonte: Arquivo pessoal.*

Sob o meu ponto de vista, sem descrever o lugar, para mim, a paisagem reflete uma amenidade desejada pelos habitantes de Lucas, pelos meus vizinhos. Por outro, essa pesquisa me oferece elementos para evidenciar/denunciar que nesta imagem também se protagoniza o racismo ambiental, produzido pela segregação urbana. Os habitantes recorrem às sombras do terreno baldio por falta de espaços planejados pelo Estado para o bem-viver.

O mesmo ocorreu em um registro de vídeo coletado pelas redes sociais e que pode ser visto através do link disponibilizado[6]. Acessei, pelo Twitter (atual X), a seguinte cena: Jovens de uma das favelas do Complexo de Israel divulgaram, em um dia de intenso calor, a forma como se refrescam. Foi no dia da maior onda de calor no último verão. Estava navegando pela rede social, também sentindo muito, quando me deparei na minha timeline com esta cena. O material contou com milhares de visualizações nas redes sociais e, minha percepção inicial foi a motivação dessas milhares de visualizações. Isto porque a cena denuncia novamente o caso do racismo ambiental e complexidade que gostaria de analisar neste momento. Em primeiro lugar, revela o descaso com um rio que "se tornou" valão, um problema sanitário e de saúde dessa localidade. Em segundo lugar, a amenidade da reterritorialização, uma vez que, um jovem em uma prancha é puxado de dentro do rio por outros três que correm de bicicleta na rua. Os corpos negros se apropriam do rio, ainda que todos, em alguma medida, suspeitam dos riscos para vida. Convido o leitor a acessar o link e assistir o vídeo, cujas imagens estão expostas nesta sequência.

FIGURA 49 - Jovens brincando de surf em um rio poluído no interior do Complexo de Israel.



Fonte: https://x.com/diretodomiolo/status/1724583542837907624?t=JibqyJthGUaDTGID6OzRVg&s=19. Acesso em: 14/11/2023.

Suspeito que as ferramentas da minha pesquisa oferecem elementos inclusive para sinalizar o volume das visualizações e dos comentários, mas não aprofundar nessas questões neste momento.

[6]Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12eUzwuhlgUoupdYihRq6RmwjECpzG5Bb/view?usp=sharing;

Diante do exposto neste tópico, é importante ressaltar que a história da favela de Parada de Lucas está intrinsecamente ligada à história do bairro como um todo e que este processo precisa ser utilizado como propulsor de medidas que dignifiquem a história do bairro e seus moradores. Embora o racismo ambiental tenha trazido e ainda traga desafios e problemas para a comunidade local, também é importante reconhecer a resiliência e a força dos moradores que se organizam para enfrentar as adversidades e buscar melhorias em suas condições de vida.

Se este local é um território de desinteresse para políticas públicas e urbanas, hoje o que se percebe é um interesse do coletivo que tenta reconstruir a identidade do lugar. São diferentes pessoas, que de diferentes maneiras, reterritorializam e de forma involuntária, ressignificam esses ambientes (Souza, 2021). Ocupar esses espaços e lugares não ou mal utilizados através de diferentes vivências sociais e alternativas trata-se de resistir a um mapeamento que controla o ritmo e o fluxo de pessoas. Loyola Brandão (1986) vai dizer que isso se trata de resistência que dignifica o corpo ao direito de ocupar um espaço. Trata-se de uma disputa territorial, uma luta pelo lugar e a busca pela ressignificação a partir da reterritorialização, mesmo que não se faça de forma voluntária, mas a partir de como esses corpos compreendem o seu lugar e sua habitação.

Quero daqui, a nível de informação, destacar que tenho coisas a falar sobre e falarei após a conceituação do tema. Mas sigamos.

O conceito de território é tratado por diferentes autores e com perspectivas que diferem muitas das vezes, então não há uma definição geral de sua definição entre os pesquisadores do campo. Aqui, permanecerei utilizando Haesbaert (2009) como tenho feito, considerando que o território é dinâmico e relacional, do território que a partir de suas práticas culturais, sociais, políticas e econômicas constroem um lugar e está no centro de uma disputa de poderes, não podendo ser reduzido a um espaço geográfico. Portanto, trata-se de um conceito inserido nas multiescalas e multidimensões, contendo espaços materiais e imateriais, diferentes intencionalidades que se constroem sob múltiplas narrativas e movimentos. Considerando este conceito, onde são as relações sociais que transformam um espaço em território, as relações estabelecidas em Lucas mostram um território conceitual: Conflituoso e disputado.

Nas imagens 48 e 49, é possível observar esse processo de recriação de um território (reterritorialização) que foi destruído (desterritorializado) por força

opressora do Estado. O que se tornou amplamente conhecido por valão, é um rio. Local em que os jovens brincam e se refrescam em dia de intenso calor. O terreno abandonado é jardim para quem o utiliza com este propósito. Mas aqui, me perdoem, nem sempre é possível conceituar ou teorizar a realidade. A teoria é, verdadeiramente, muito bonita e bem elaborada, o conceito também. Concordo com eles, tanto que aqui estão. Mas não mudam uma realidade sozinhos. Embora para a teoria e a conceituação de tudo o que foi dito acima seja uma versão, esses jovens na prática, na vida, no dia a dia, não estão ressignificando aquele espaço porque mergulhar naquele rio que "se tornou" um valão após incessante pressão e desleixo do Estado, não o faz limpo e habitável. A resistência neste caso é sobrevivência. Quem senta sobre o muro do terreno abandonado, não está somente sentindo a brisa fresca, está tomando também a poeira na cara. É preciso problematizar esse fato. Não acho bonito, não acho poético, não acho só conceitual (para tudo há um conceito). A realidade é diferente do que páginas e páginas podem tentar descrever e eu digo isso por uma questão muito simples: Ouse perguntar para um desses jovens o que eles estão fazendo ali e se surpreenda ao descobrir que nenhuma das resposta virá com "ressignificar", "reterritorializar" ou "ocupar".

Eles não estão preocupados com isso, eles estão preocupados em sobreviver ao caos em que estão inseridos e aqui, cabe mais um apontamento: A academia não sabe (e a bem da verdade, nem quer) dialogar com esses jovens. Ouvi-los. E quando ouve, se posiciona como luz do mundo para a escuridão da ignorância. O que se vê nas imagens não traduz conceito (somente), traduz realidade. O povo não pode ser tratado como conceito, como um objeto de pesquisa apenas. Eu não os ouvi, não os li, mas eu os vejo e os vejo não como quem olha a partir de apenas ressignificações, reterritorializações ou ocupações, mas como quem precisa de cuidado. O que a academia tem feito para transformar conceitos em práticas? A nossa luta, banaliza a existência de alguém?

Não quero, não pretendo e espero não banalizar esses jovens; construir sobre eles uma imagem à luz de conceituações enquanto a realidade em que eles vivem não recebem um pingo da prática que pensadores contextualizam. De todo modo, e mantendo (na medida que minha raiva permite) o decoro acadêmico, este capítulo abre trazendo conceitos e fecha questionando-os, mas não sem antes convidá-los para a prática em Lucas. Finalizo com a frase de James Baldwin em um de seus manuscritos "Remember this House" onde comparava a vida de Malcom X,

Martin Luther King e Medgar Evers: “Ser negro e relativamente consciente é estar quase sempre com raiva”.

Quando falo de raiva a partir da consciência, quero dizer que a análise puramente conceitual do que ocorre em Lucas não dá conta do quero denunciar. O fato de habitarem um espaço que foi transformado e abandonado pelo Estado, não faz deste lugar dignamente habitável, é preciso ir muito além da conceituação e do técnico, virar para a próxima página e ir para ação consciente e digna a partir das considerações de quem ali já está. Até quando a resistência ou ressignificações de nossos corpos, práticas, saberes e territórios terão que entrar em um debate academicista para ser validado?

2.3.1. O respirar de Lucas

Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
Eu sonho mais alto que drones
Combustível do meu tipo? A fome
Pra arregaçar como um ciclone
Pra que amanhã não seja só um ontem
Com um novo nome
O abutre ronda, ansioso pela queda
Findo mágoa, mano, eu sou mais que essa merda
Estilo água eu corro no meio das pedra
É um mundo cão pra nóis, perder não é opção, certo?
De onde o vento faz a curva, brota o papo reto
Num deixo quieto, num tem como deixar quieto
A meta é deixar sem chão quem riu de nóis sem teto, vai
Difícil é viver no inferno e vem à tona
Que o mesmo império canalha
Que não te leva a sério
Interfere pra te levar à lona
Então revide, diz:
Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes

Não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Tanta dor rouba nossa voz
Sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Se isso é sobre vivência
Me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóis sumir, aí
(BELCHIOR, 1976 apud EMICIDA, 2019).

Eu estava ansioso para escrever esta seção, mas ao mesmo tempo com medo. Confesso que ao passo em que muito queria, muito adiava. Uma pergunta tomava a minha cabeça: Como, depois de tanta violência e tragédia, falar sobre felicidade?

Não queria só falar sobre a resistência de Lucas, mas sobre a felicidade. Esse lugar que respira e pulsa - pulso este, o qual senti ao longo da pesquisa - , grita por vida. Mas como eu conseguiria? Ainda não sei. A cada palavra escrita, tantas outras se apagam e são reescritas. Talvez - ainda em confissão - sejam as marcas que em mim estão. Quando a gente sangra é difícil entender a dimensão da ferida e pensar na possibilidade da cicatrização. Eu ainda sangro por Lucas e pelos meus, algumas linhas deste trabalho me doeram a alma, mas nenhuma delas foram capazes de passar, integralmente, o tamanho da dor. Contudo, fico com Emicida em “AmarElo” e tendo a buscar deixar sem chão quem ri de nós sem teto, considerando que nos resumir a sobrevivência é roubar o pouco de bom que vivemos. Portanto, neste momento, vamos falar sobre a resistência e a felicidade de e em Parada de Lucas.

Durante a pesquisa, descobri que foi deste bairro que surgiu em 1981, um jornal comunitário que foi “a voz dos favelados” de muitas favelas do Rio de Janeiro (Lima, 2022). O “Favelão” tinha sede em Parada de Lucas, mas fazia reuniões mensais em diferentes favelas do Rio e tinha como membros pessoas que faziam parte de movimentos sociais e políticos como filiados, surgindo através da Pastoral

de Favelas para lutar contra a remoção dos moradores do Morro do Vidigal. Fato que guiou o jornal ao longo dos anos para lutar contra as remoções das favelas, ações de violência policial, combate ao racismo e conscientização política dos moradores. Apesar de ter sido criado pela Pastoral de Favelas, um grupo religioso católico, era feito integralmente por moradores das favelas, da execução à distribuição.

> *Para você que está me segurando, me lendo e talvez, se perguntando 'que bicho será esse?' gostaria de lhe dar algumas dicas. Nasci agora para as comunidades, mas já estou há meses na barriga da minha mãe. A minha mãe é uma equipe de pessoas composta de muitos favelados, dois jornalistas e um estudante de história. Quando nasci, fiquei todo orgulhoso de saber que muita gente me esperava. Aliás, soube que eu andava na cabeça de muito líder batalhador, esses caras que estão sempre lutando para melhorar a vida das favelas. Outra coisa que a mãe me contou foi que ela queria um nome muito bonito para mim. Aí ela saiu perguntando a uma porção de gente que faz reunião nas favelas, que nome eu devia ter. O nome que mais colou foi o que me deram e, antes mesmo de eu nascer, as pessoas já me chamavam de Favelão. Confesso que fico todo arrepiado quando ouço meu nome falado pelos meus amigos. Um abraço para vocês (Editorial 'O que sou?', 1ª edição, novembro de 1981).*

No trecho abaixo, o jornal que tinha uma escrita direta, como se fosse uma pessoa que se comunicava com a outra, explica como se aproxima das pautas solicitadas pelas populações faveladas.

> *Para ficar mais por dentro, todo mês eu estou com o meu pessoal fazendo uma reunião numa favela diferente, aí é muito bacana porque os moradores daquele local passam a colaborar também com a minha gente, principalmente a turma que faz jornal em favela. Assim, já estamos funcionando numa sala em Parada de Lucas, já houve uma reunião de pauta no morro do Galo e outras vão pintar (Fragmento do editorial Tô nas bocas, publicado em dezembro de 1981).*

Cada edição contava com doze páginas e realizavam uma tiragem de três mil exemplares, entregando mão a mão. O "Favelão" trazia denúncias da população de

forma direta e com desenhos fortes, além de crônicas escritas por moradores locais. Em depoimento feito para a pesquisa Experiências em Comunicação Popular no Rio de Janeiro Ontem e Hoje: Uma História de Resistência nas Favelas Cariocas feita pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), Célia Fernandes, que fez parte do time de colaboradores do Favelão, falou que “era muito fácil com a botina o policial meter o pé e entrar nas casas. Por isso, era no jornal que a gente colocava o que sentia, vivia e sofria”. Ou seja, havia neste jornal uma prática que é trazida aqui nesta pesquisa, pautado pela escrevivência de corpos favelados.

FIGURA 50 - Capa do jornal “Favelão” e uma reportagem sobre a remoção das favelas.



Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=60951. Acesso em: 12/11/2023.

Na figura 50 é possível observar a capa em que debatem sobre o direito das mulheres e reportagem sobre a remoção das favelas, prática recorrente no jornal que também tinha em suas colunas um forte marcador social ao denunciar as violências sofridas.

> *Estou descendo a favela a fim de ir pro Leblon. O mormaço está esquentando e a promessa é de tempo bom. Que vontade de ir à praia, mas eu não sou de transação. Tenho família pra bancar e eu mesmo sou patrão. Esqueci os documentos, mas não posso voltar não. Está em cima do horário e o lucro é muito bom. Nisso sobe a polícia. Mão na cabeça negão. Tira tudo do bolso e vai jogando no chão. Fale pouco e baixo pra não*

ganhar um bofetão. Aqui quem fala é a gente e não queremos sugestão. E em primeiro lugar deixe eu ver a sua mão. Mas eu moro na favela e estou indo pro Leblon. Pergunte para as pessoas. Obtenha informação. Deixe um garoto ir buscar minha documentação. Você já falou demais cale a boca negão. Soldado, leve-o daqui tranque-o no camburão. Vamos apresentar serviço, pois é nossa obrigação. Subir a favela e descer sem ninguém com a nossa turma não! (Trecho do conto Você é suspeito, por Marcão do Vidigal, publicado em novembro de 1983).

FIGURA 51 - Capas do jornal “Favelão” denunciando o despejo de moradores e a violência nas favelas.



Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=60951. Acesso em: 12/11/2023.

Denunciando questões atemporais e debatendo sobre política, corpo preto, gênero e resistência, o Favelão também lutava por acessos que envolvem o racismo ambiental, como direito ao saneamento básico, saúde, educação e água. Disputavam uma narrativa sobre estes corpos e territórios, promovendo já naquela época, uma ressignificação do termo “favelado”. O que hoje é explanado com orgulho, tendo desfeito a carga negativa imposta pelo preconceito a esta palavra, eles já bradavam na década de 80 que “favelado” era uma bandeira a ser lutada.

Atualmente, um movimento de resistência e alegria, que comunica e reivindica dentro de Lucas é o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Lucas. O espaço de seu barracão em Parada de Lucas está em situação deteriorada, mas é nele em que ocorrem as movimentações sociais da escola de

samba do bairro, como festas e ensaios, doação de cestas, renovação de documentos e exames de vista.



FIGURA 52 - Fachada da quadra da escola de samba Unidos de Lucas. Material registrado no dia 07/03/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

FIGURA 53 - Roda de samba na quadra da escola de samba Unidos de Lucas.



Disponível em: @gresunidosdelucas. Acesso em: 24/07/2024.

A escola, fundada em 1966, já foi considerada a 5º potência do carnaval carioca, tendo como padrinhos Elizete Cardoso e Vínicius de Moraes, além da presidência de honra de Agnaldo Timóteo (Galeria do Samba, 2023). Em 1968 imortalizou o samba “sublime pergaminho” que conta com exposição no Museu da Imagem e do Som, além de gravações de outros artistas como Martinha da Vila, Nara Leão, Neguinho da Beija Flor e Emílio Santiago. Posteriormente ao colossal sucesso, a escola começou a sofrer com consecutivos rebaixamentos, atualmente desfilando no carnaval da Intendente Magalhães e levando alegria ao bairro nos ensaios abertos.

O que também promove alegria e encantamento ao bairro é a Associação Folclórica Bumba meu Boi - Brilho de Lucas, que fundada em 1982, realiza festa folclórica na região todo mês de junho. O objetivo de seus fundadores, a família Silva Costa e amigos próximos, era de amenizar as saudades que sentiam do Maranhão. De modo que, fizeram a mão um pequeno boi de 30cm, colocaram algumas latas e baldes no quintal, fizeram uma batucada e cantaram toadas. Até que cinco anos depois, considerando o grande número de pessoas que chegavam cada vez mais, resolveram fazer um boi maior e uma festa na rua. Festa essa, que fui pela primeira vez esse ano e posso garantir, o vibrar de Lucas se faz presente em cada tambor e toada.



FIGURA 54 - Festejos do Bumba meu Boi em Parada de Lucas. Material registrado no dia 22/06/2024. Fonte: Arquivo pessoal.



FIGURA 55 - Representações culturais e religiosas nos festejos do bumba meu boi em Parada de Lucas. Material registrado no dia 22/06/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

Embora não tenham uma sede para guardar os materiais, a festa que é preparada desde abril, é grande e absolutamente enfeitada. Das pinturas no chão da rua, aos enfeites que cortam o céu de Lucas, aos inúmeros bois, brilhos, imagens de

santos e instrumentos musicais. A sensação é de um teletransporte para a região norte do país, uma viagem com muita beleza, vida, felicidade e sobretudo: Recado!

O recado que o “Favelão”, “Unidos de Lucas” e “Brilho de Lucas” dão é que Parada de Lucas tem dores e ainda sangra, mas isso não apaga a sua força que vem do povo que pisa nesse chão. Do jornal popular à escola de samba, da escola de samba ao bumba meu boi e do bumba meu boi a tantos outros movimentos que existem neste lugar. Há de se resgatar o que foi dito lá no primeiro capítulo: Voz.

“Há de se ter voz”! E Lucas, em todo canto e de toda forma sempre mostrou que tem e faz questão de usar. Que assim sempre permaneça.

3. Racismo ambiental nas escolas de Parada de Lucas

Era um cômodo incômodo
Sujo como o dragão de komodo
Aos seis anos
Somos reis, mano
Num cemitério de sonhos
Graças a leis, planos
Mas é um novo tempo, momento pro novo
a sabor do vento
Me movo pelo solo onde reinamos
Pondo pontos finais na dor
E pode crê, 'tamo construindo
(Emicida, 2018).

Nesse sentido, neste capítulo proponho observação sobre as escolas de Lucas e as formas como são afetadas. Percebo que o campo de pesquisa da educação ainda carece de desenvolver as implicações do racismo ambiental para os debates pilares sobre desigualdades e justiça. Isto porque os estudos sobre periferias urbanas, neste caso as compreendendo como locais à margem, como Parada de Lucas, tem acesso limitado a escolas bem equipadas, programas educacionais abrangentes e infraestruturas precárias (Bonomo, 2016). Com pouco ou nenhum investimento, essas áreas são expostas a altos níveis de poluição e por consequência, graves riscos ao ambiente, pois se localizam próximas de indústrias poluentes, aterros sanitários e/ou locais degradados. Tais exposições afetam negativamente a saúde dos estudantes e professores, comprometendo seu bem estar e seu desempenho acadêmico.

De acordo com Santos (1999), a exposição contínua a ambientes insalubres e tóxicos podem levar a problemas de saúde, de modo a afetar diretamente o bem-estar dos estudantes, aumentando o estresse e prejudicando sua capacidade de aprendizado.

Nesse contexto, recupero com Sueli Carneiro (2005) e sua discussão sobre um epistemicídio. Isto porque me oferece uma lente teórica para analisar que a própria negação do debate sobre racismo ambiental, em escolas ou jovens habitantes Lucas, pode alimentar o apagamento dos problemas sociais vividos aqui. Esta pesquisa, com os dados levantados sobre Lucas, pode sinalizar que o contexto

educacional continua reproduzindo uma lógica de desvalorização dos corpos pretos na sociedade. os que são racialmente inferiorizados na sociedade, de forma a diminuir seus avanços na construção de diferentes conhecimentos e confiança intelectual através do rebaixamento de auto estima promovido pelos racismos no cotidiano escolar, seja pela negação do acesso aos espaços formais de educação, pela desvalorização e/ou apagamento de seus saberes e até mesmo pelo embranquecimento de sua cultura, produzindo fracasso e evasão escolar. Quijano (2005) também aborda sobre essas questões salientando que a produção de conhecimento hegemônica está associada ao poder que se firma em um pacto social formado pela branquitude, onde brancos ocupam em maior número os espaços de poder e é isso que determina as condições na relação de dominação de determinado grupo social.

Com a autora, entendo que esse apagamento é produzido. A negação do racismo ambiental provoca a continuidade violenta do epistemicídio.

Há um outro ponto quando se discute o racismo ambiental na educação, que é a falta de representatividade e inclusão curricular. Digo isso ao considerar o que Rocha (2019) aborda sobre currículos escolares e observar que territórios marginalizados são postos muitas vezes em situação de negligência diante das abordagens curriculares necessárias para promover uma justa e crítica educação, resultando em um processo egocêntrico voltado para outras realidades que não aquelas vividas pelos estudantes, criando um ambiente de exclusão e promovendo a desvalorização que invisibiliza de etnias minoritárias.

Assim sendo, as consequências do racismo ambiental nas escolas se mostram mais profundas do que o impacto que causam em seus ambientes (e por si, catastrófico). Acrescento ainda que quando esta pesquisa opera com o binômio racismo ambiental e educação, extrapola os muros das escolas. Em outras palavras, os corpos pretos de Lucas habitam as escolas e habitam o bairro, produzindo significados sobre como viver a escola e o bairro. Os corpos brincantes no valão ou que buscam a sombra no terreno baldio produzem significados sobre viver na cidade segregada. Esse conhecimento não deveria ser assumido curricularmente nas escolas de Lucas?

Mas também impactam a vida dos estudantes em suas construções internas, enquanto sujeitos que têm direitos à uma educação que possibilite um processo de aprendizagem equitativo, promovendo excelência no desempenho

acadêmico dos alunos e que não prejudique a saúde mental e emocional dos estudantes (Freire, 1987). A exposição constante aos riscos ambientais e a falta de recursos educacionais adequados limitam as oportunidades e favorecem os extensos prejuízos aos alunos, ampliando a lacuna existente no acesso à educação de qualidade, perpetuando desigualdades sociais e ambientais.

Enquanto pesquisador e habitante de Lucas, reconheço que este trabalho não esgota os efeitos do racismo ambiental na educação. Os objetivos em tela se limitam a pôr em discussão, a partir da fotoescrevivência, situações de racismo ambiental como práticas espaciais, que na minha percepção, seguem apagadas, na lógica do epistemicídio.

Nesse sentido, faço a escolha pela descrição das unidades escolares, em Lucas, buscando indícios a partir da análise do seu espaço, considerando principalmente os dados oferecidos pelo censo escolar e pelo portal da SME/rj. Esse exercício é importante para verificar a qualidade espacial dos prédios, identificando aspectos como arborização, pátios, parques e afins. Em outras palavras, ao analisar os dados oficiais, procuro evidências se há nos espaços escolares medidas de mitigação das violências produzidas pela segregação urbana, como produção de espaços de sociabilidade e bem-viver que garantam aos corpos pretos, amenidades, brincadeiras e contato com a natureza. Esse exercício produz evidências que sustentam a hipótese de que a qualidade do espaço da escola da periferia pode provocar o racismo ambiental.

Para tanto, convido o leitor a observar os seguintes dados por escola analisada: tratamento da água, tratamento de lixo, áreas verdes, quadras, acessibilidade. Opto por esta seleção e análise de dados para produzir evidências. A oferta ou não desses elementos podem reforçar a situação territorial de salubridade e ou segurança sanitária e bem viver dos habitantes de Lucas. Associo estes dados a imagens das escolas e de seu entorno, que não se evidenciam apenas no presente desses jovens estudantes, mas também no futuro, já que reproduz velozmente as desigualdades sociais limitando possibilidades futuras, perpetuando ciclos de pobreza e disparidades na distribuição de recursos, poder e renda, afetando negativamente a mobilidade social e a equidade educacional. No bairro de Parada de Lucas esse cenário não se modifica. Foram identificadas no local, dez centros educacionais.

Entretanto, ao filtrar para buscas apenas de espaços públicos, encontram-se somente quatro em todo o bairro. Esta informação corresponde ao censo escolar de 2022 e também, a Prefeitura do Rio de Janeiro em seu site informativo, o DATA.RIO que conta com informações atualizadas pela última vez no dia 29 de dezembro de 2022 (até a data de fechamento desta pesquisa).

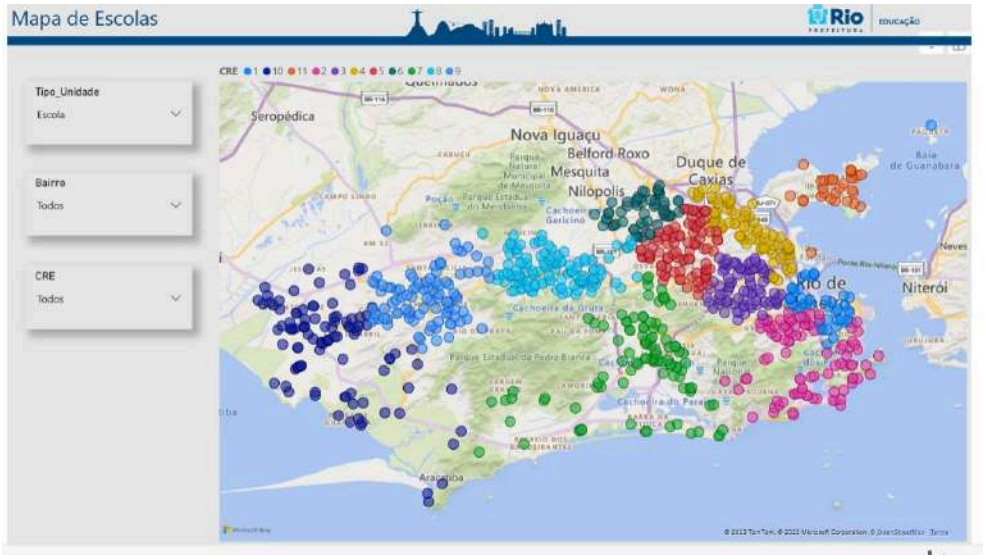
FIGURA 56 - Identificação de escolas municipais no bairro de Parada de Lucas pela Prefeitura do Rio de Janeiro.



Disponível em: https://www.data.rio/datasets/0a220ea7972449e39a28210dd317f636/explore. Acesso em: 19/04/2024.

São quatro centros educacionais públicos municipais para servir, de acordo com o IBGE 2010, mais de 3300 crianças entre 0 e 15 anos. Número que muito provavelmente aumentou nesses últimos treze anos. Esta quantidade de espaços educacionais significa uma expressão de 0,26% de toda a rede no município do Rio de Janeiro, como é possível ver abaixo a distribuição de escolas por CRE no município que conta com 1.540 registros de escolas. Esta realidade coloca o bairro de Parada de Lucas, de acordo com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2018b), possuindo em 9,68% das suas moradias, um responsável pelo lar não alfabetizado.

FIGURA 57 - Identificação de escolas municipais em toda a cidade pela Prefeitura do Rio de Janeiro.



Disponível em: https://www.data.rio/datasets/0a220ea7972449e39a28210dd317f636. Acesso em: 19/04/2024.

Aqui nesta pesquisa, abordaremos apenas as escolas municipais do Rio de Janeiro, o que nos impossibilita de seguir acompanhando a situação de um desses centros que se identifica enquanto creche. E por bem da verdade, se expressa necessário observar também que há uma dessas escolas que se identifica enquanto classe de cooperação, que mantém vínculo com a prefeitura. Pensei então em não mantê-la, mas ao considerar que o censo escolar e a prefeitura identificam em seu sistema enquanto escola municipal, mantivemos em nossas pesquisas. Outro ponto válido de se destacar é a inconsistência de informações sobre o bairro em que se localiza o CIEP que pertence à prefeitura. Isso porque ao realizar buscas nas redes sociais e na plataforma de pesquisa google, o bairro de origem dessa escola aparece como Vigário Geral e não Parada de Lucas, embora a rua e código postal sejam os mesmos, como pode ser visto abaixo:

FIGURA 58 - Nome e endereço das três escolas pesquisadas no bairro de Parada de Lucas.



Fonte: Elaborada via Google Maps.

Entretanto, mais uma vez, respeitamos o que condiz de informação apresentada no censo escolar de 2022 e também da prefeitura para mantê-la em nossa pesquisa. Embora este fato evidencia uma má organização e definição de territorialização do bairro para a sociedade, reforçando a pergunta que se destaca no dia a dia de todos os moradores: “Onde começa o bairro? Onde termina? Quais são os seus limites geográficos?”.

Diante do exposto, traremos então as escolas municipais Mestre Cartola (CIEP), Cruzada São Sebastião (Classe Cooperativa) e Joseph Bloch como focos de buscas para compreender as seguintes situações: Tipo de ocupação do prédio escolar; situação da água consumida, luz, esgoto, lixo e tratamento do lixo; existente e situação de banheiros, cozinha e despensas, além de pátios cobertos ou descobertos, parques infantis, quadras cobertas e descobertas, refeitório e acessibilidade na escola; número existente de salas, quantidade de alunos e percentual por raças/ portadores de necessidades especiais; número de turmas e situação da climatização das salas e material específico para o ensino quilombola e indígena. Ressaltando que todos iniciaram seu período letivo no dia 7 de fevereiro e encerraram no dia 22 de dezembro.

3.1. Escola Municipal Joseph Bloch

A Escola Municipal Joseph Bloch, bem próxima de onde resido e frequento com certo costume, se localiza paralela à Avenida Brasil, na rua Álvaro de Macedo - 77. Fora do território dominado pelo tráfico, esta é bem mais fácil de chegar e ter acesso. Como disse, passo pelo local com certa frequência, mas este é um dos casos que citei na parte metodológica, que não quis fazer o registro. Optei por não

fazê-lo pela segurança; a primeira de não ser assaltado, a segunda de ser visto registrando aquele espaço e ser confundido com algum perseguidor ou algo do tipo. Até mesmo pelos membros do “exército de Israel”. Portanto, das escolas (e até mesmo a que eu poderia registrar pessoalmente, optei por coletar os registros digitalmente.

De acordo com as informações do censo escolar, a E.M Joseph Bloch possui prédio próprio e que nesse espaço há água potável e tratada, luz, esgoto e lixo não tratado.

FIGURA 59 - Tabela de recursos da escola Joseph Bloch em Parada de Lucas de acordo com o censo.

ESCOLA MUNICIPAL JOSEPH BLOCH	
A OCUPAÇÃO DO PRÉDIO É PRÓPRIA?	SIM
ÁGUA POTÁVEL NO LOCAL?	SIM
SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA NO LOCAL?	SIM
ENERGIA PÚBLICA NO LOCAL?	SIM
HÁ GERADOR DE ENERGIA FÓSSIL OU RENOVÁVEL NO LOCAL?	NÃO
ESGOTO DE REDE PÚBLICA NO LOCAL?	SIM
SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA DE LIXO?	SIM
TRATAMENTO DE LIXO NO LOCAL?	NÃO

Fonte: Censo Escolar 2022.

Ao ser questionada, aprofundadamente, sobre o consumo de água filtrada pelos alunos dentro de seu prédio, a escola afirmou que os alunos têm acesso a água potável naquela instituição e afirmaram na opção seguinte que a água pertence a rede de distribuição pública. O mesmo ocorre ao relatar que eles possuem abastecimento elétrico a partir da energia pública, entretanto, não tem nenhum tipo de gerador de energia na escola e não utilizam fontes renováveis para consumo destas energias. Em relação ao esgoto e ao lixo, revelou que possui rede de esgoto administrada pelos órgãos públicos e que recebe o serviço de coleta de lixo, entretanto, não há nenhum tipo de tratamento e/ou separação para eles.

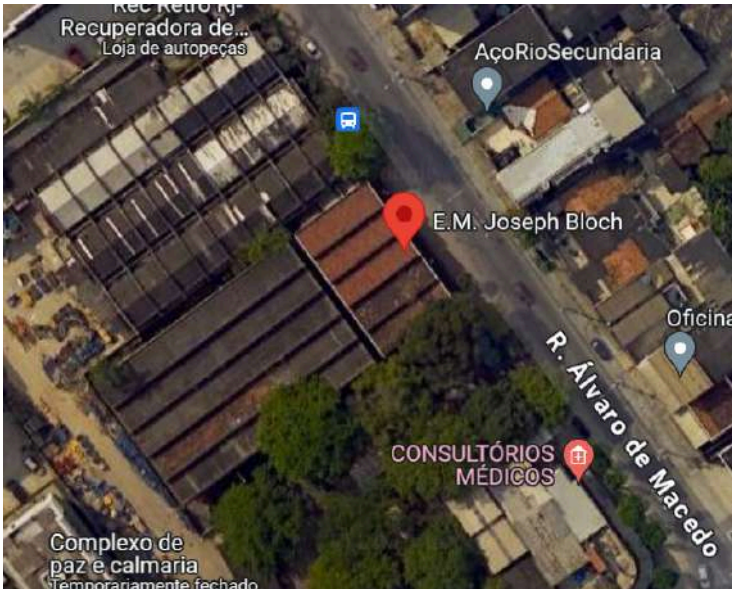
Buscando a localização via google maps e street view para compreender melhor a situação do prédio, foi facilmente possível localizá-la, como visto abaixo na figura 60.

FIGURA 60 - Fachada da escola Municipal Joseph Bloch.



Fonte: Elaborada via Google Street View.

FIGURA 61 - Vista por satélite da escola Municipal Joseph Bloch.



Fonte: Elaborada via Google Maps.

A visão por satélite revela que tem uma área verde ao lado da escola, mas não é considerada pela escola e todo o prédio consiste em um grande retângulo, sem ser possível enxergar outros elementos.

Quando se trata de banheiros, a escola relatou que tem sim banheiros em suas dependências, mas somente na parte interna de seu prédio. E não é possível saber quantos são, nem se há distinção entre banheiros masculinos, femininos, unissex e para professores e/ou funcionários. Em relação a cozinha, despensa, parque infantil e refeitórios, a escola também sinalizou positivamente a existência em seu prédio. O que não há é pátio e nem quadra esportiva, seja coberta ou descoberta.

FIGURA 62 - Tabela de recursos da escola Joseph Bloch em Parada de Lucas de acordo com o censo.

ESCOLA MUNICIPAL JOSEPH BLOCH	
POSSUI BANHEIROS INTERNOS?	SIM
POSSUI BANHEIROS EXTERNOS?	NÃO
POSSUI COZINHA NO LOCAL?	SIM
POSSUI DESPENSA NO LOCAL?	SIM
POSSUI PARQUE INFANTIL NO LOCAL?	SIM
A UNIDADE CONTA COM PÁTIO COBERTO?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM PÁTIO DESCOBERTO?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA?	NÃO
HÁ REFEITÓRIO NA UNIDADE ESCOLAR?	SIM

Fonte: Censo Escolar 2022.

Em relação a acessibilidade nos espaços da escola Joseph Bloch se evidenciou o maior déficit até o momento, possuindo apenas corrimãos nas escadas e nada mais, como possível ver na tabela abaixo:

FIGURA 63 - Tabela de recursos da escola Joseph Bloch em Parada de Lucas de acordo com o censo.

ESCOLA MUNICIPAL JOSEPH BLOCH

POSSUI CORRIMÃO NAS ESCADAS?	SIM
O PRÉDIO POSSUI ELEVADOR?	NÃO
O PRÉDIO TEM PISOS TÁTEIS?	NÃO
POSSUI PORTAS COM MAIOR ESPAÇAMENTO?	NÃO
O LOCAL POSSUI RAMPAS?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM SINAIS SONOROS?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM SINAIS TÁTEIS?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM SINAIS VISUAIS?	NÃO

Fonte: Censo Escolar 2022.

Em relação às salas de aulas, o censo revelou que nesta unidade escolar existem apenas seis salas, sendo todas elas utilizadas pela instituição e nenhuma com acessibilidade, embora todas possuam aparelho de ar condicionado. Nesse sentido, são seis salas para trezentos e doze alunos, que se dividem da seguinte forma:

FIGURA 64 - Tabela de recursos da escola Joseph Bloch em Parada de Lucas de acordo com o censo.

ESCOLA MUNICIPAL JOSEPH BLOCH

TOTAL DE MATRÍCULAS	312 MATRÍCULAS
QUANTIDADE DE ALUNOS PNE	0
QUANTIDADE DE ALUNAS	152
QUANTIDADE DE ALUNOS	160
ALUNOS QUE NÃO SE AUTODECLARARAM	61
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM BRANCOS	89
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM PRETOS	34
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM PARDOS	128

ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM INDÍGENAS	0

Fonte: Censo Escolar 2022.

Discutirei na seção 3.2.4 a questão de gênero e raça nas escolas de Lucas, me aprofundando sobre a importância de um trabalho curricular que aborde esse tema.

Por enquanto, seguirei expondo os dados do censo escolar das escolas, considerando a ordem de menor à maior dificuldade para acessá-la, seja fisicamente ou virtualmente.

3.2. Associação Cruzada São Sebastião

A Associação Cruzada São Sebastião, se localiza dentro da favela de Lucas, na rua Democracia - 31. Local dominado pelo tráfico. De acordo com as informações do censo escolar, a escola não possui prédio próprio e há nesse espaço água potável e tratada, luz, esgoto e lixo não tratado.

FIGURA 65 - Tabela de recursos da associação cruzada São Sebastião em Parada de Lucas de acordo com o censo.

ASSOCIAÇÃO CRUZADA SÃO SEBASTIÃO	
A OCUPAÇÃO DO PRÉDIO É PRÓPRIA?	NÃO
ÁGUA POTÁVEL NO LOCAL?	SIM
SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA NO LOCAL?	SIM
ENERGIA PÚBLICA NO LOCAL?	SIM
HÁ GERADOR DE ENERGIA FÓSSIL OU RENOVÁVEL NO LOCAL?	NÃO
ESGOTO DE REDE PÚBLICA NO LOCAL?	SIM
SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA DE LIXO?	SIM
TRATAMENTO DE LIXO NO LOCAL?	NÃO

Fonte: Censo Escolar 2022.

O nome da rua, no entanto, não parece fazer sentido para a localidade. Buscando pela escola e seu endereço no google maps e street view para compreender melhor a situação do prédio, foi facilmente possível localizá-la, mas não integralmente. O registro mais próximo que se tem da Cruzada São Sebastião são os das figuras abaixo, que revelam o muro lateral da escola com citação bíblica e a rua que dá acesso a sua entrada, fechada por barricadas.

Passando pela rua lateral da escola (Rua São José), onde se vê um rio poluído, foi possível identificar crianças e adolescentes uniformizados se direcionando à escola, além de um morador tirando parte de um tronco da rua para o carro do Google passar. A visão por satélite revela um terreno espaçoso com pouca área verde e sem quadra externa.

FIGURA 66 - Vista por satélite da Escola Municipal Cruzada São Sebastião.



Fonte: Elaborado via Google Maps.

FIGURA 67 - Frase “JESUS É O DONO DO LUGAR, SOMOS FILHOS DELE” e versículo bíblico no muro lateral da escola.



Fonte: Elaborada via Google Street View.

FIGURA 68 - Frase “SEJA BEM VINDO A PARADA DE LUCAS” na lateral da escola, rua de acesso fechada com barricada.



Fonte: Elaborada via Google Street View.

FIGURA 69 - Morador retirando barricada, jovens ao fundo se direcionando à escola.



Fonte: Elaborada via Google Street View.

FIGURA 70 - Crianças e adolescentes se dirigem à escola ao lado do rio poluído onde meninos surfavam.



Fonte: Elaborada via Google Street View.

A escola, via censo escolar, não informou ter área verde em seu prédio e quando se trata dos banheiros informa que há somente banheiros internos em suas dependências.

FIGURA 71 - Tabela de recursos da associação Cruzada São Sebastião em Parada de Lucas de acordo com o censo.

ASSOCIAÇÃO CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

POSSUI BANHEIROS INTERNOS?	SIM
POSSUI BANHEIROS EXTERNOS?	NÃO

POSSUI COZINHA NO LOCAL?	SIM
POSSUI DESPENSA NO LOCAL?	SIM
POSSUI PARQUE INFANTIL NO LOCAL?	SIM
A UNIDADE CONTA COM PÁTIO COBERTO?	SIM
A UNIDADE CONTA COM PÁTIO DESCOBERTO?	SIM
A UNIDADE CONTA COM QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA?	NÃO
HÁ REFEITÓRIO NA UNIDADE ESCOLAR?	SIM

Fonte: Censo Escolar 2022.

Em relação a cozinha, despensa, parque infantil e refeitórios se identificou que a escola possui, assim como pátio coberto e descobertos, exceto quadras. Em relação a acessibilidade nesta escola, o cenário é o pior, pois não há nenhum recurso de acessibilidade, como é possível observar na tabela abaixo.

FIGURA 72 - Tabela de recursos da Associação Cruzada São Sebastião em Parada de Lucas de acordo com o censo.

ASSOCIAÇÃO CRUZADA SÃO SEBASTIÃO	
POSSUI CORRIMÃO NAS ESCADAS?	NÃO
O PRÉDIO POSSUI ELEVADOR?	NÃO
O PRÉDIO TEM PISOS TÁTEIS?	NÃO
POSSUI PORTAS COM MAIOR ESPAÇAMENTO?	NÃO
O LOCAL POSSUI RAMPAS?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM SINAIS SONOROS?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM SINAIS TÁTEIS?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM SINAIS VISUAIS?	NÃO

Fonte: Censo Escolar 2022.

Em relação às salas de aulas, o censo revelou que existem nesta unidade oito salas de aula, todas com aparelhos de ar condicionado, para quatrocentos e quatro alunos, que se dividem da seguinte maneira:

FIGURA 73 - Tabela de recursos da associação cruzada São Sebastião em Parada de Lucas de acordo com o censo.

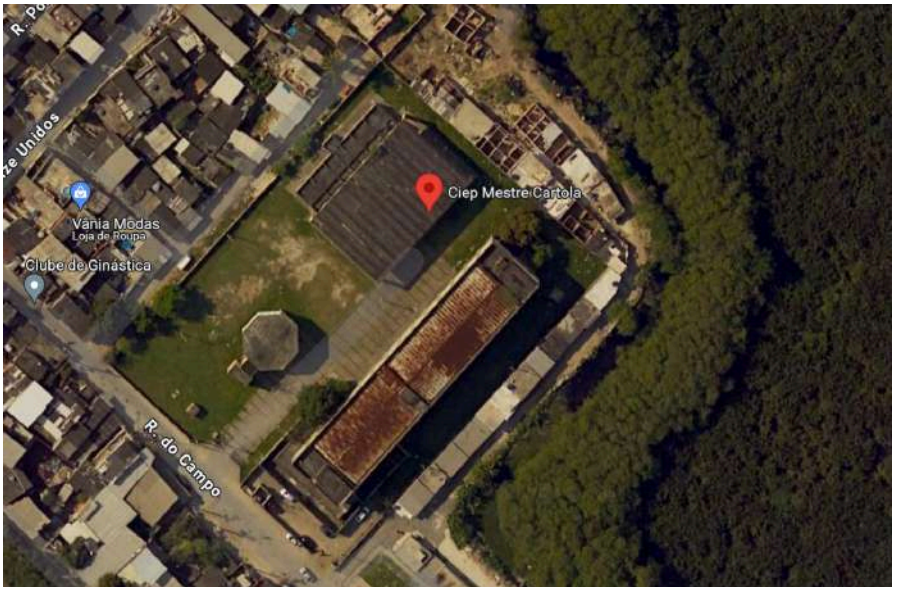
ASSOCIAÇÃO CRUZADA SÃO SEBASTIÃO	
TOTAL DE MATRÍCULAS	404 MATRÍCULAS
QUANTIDADE DE ALUNOS PNE	0
QUANTIDADE DE ALUNAS	195
QUANTIDADE DE ALUNOS	209
ALUNOS QUE NÃO SE AUTODECLARARAM	168
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM BRANCOS	68
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM PRETOS	24
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM PARDOS	143
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM INDÍGENAS	0

Fonte: Censo Escolar 2022.

3.3. CIEP Mestre Cartola

Para o CIEP Mestre Cartola, as coisas mudam e não é possível ter, por meio de street view, imagem da frente das escolas devido às barricadas nas ruas dentro da favela. Ela está inserida no final da localidade, fazendo fronteira com área militar restrita. As imagens registradas por satélite identificam um padrão convencional de organização externa de um CIEP, sendo um grande prédio retangular, grande área externa e anexos.

FIGURA 74 - Imagens por satélite do CIEP Mestre Cartola.



Fonte: Elaborada via Google maps.

Chama atenção a grande área verde e os rios que passam por trás da escola, espaço fechado para a população e sendo área da federação, como veremos mais à frente também.

FIGURA 75 - Área ao entorno do CIEP Mestre Cartola.



Fonte: Elaborada via Google maps.

Outro ponto a ser abordado sobre o CIEP é de se chocar ainda mais. De acordo com uma reportagem e imagens obtidas pelo portal de notícias G1, em setembro de 2021 a polícia encontrou um carregamento de drogas dentro da

unidade escolar. Ou seja, o tráfico local utilizando de um espaço público e de formação para abrigar seus recursos. Importante considerar que em setembro de 2021 não havia aula no local por contexto da pandemia de COVID-19. Destaco que essa imagem só está aqui para que seja possível dimensionar a situação: Não há, sob nenhuma outra perspectiva, registro via street view do google desta escola. Diferentemente das outras, e considerando suas particulares dificuldades de acesso, o CIEP Mestre Cartola é registrado sob a perspectiva de violências ao qual está inserido.

FIGURA 76 - Operação policial encontra drogas escondidas no CIEP Mestre Cartola.



Fonte: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/25/droga-vigario.ghtml. Acesso em: 17/06/2024.

Ao ser questionada sobre o consumo de água filtrada pelos alunos dentro de seu prédio, a escola marcou que há sim, afirmando que os alunos têm acesso a água potável naquela instituição e afirmaram na opção seguinte que a água pertence a rede de distribuição pública. O mesmo ocorre ao relatar que eles possuem abastecimento elétrico a partir da energia pública, entretanto, não tem nenhum tipo de gerador de energia nas escolas e não utilizam fontes renováveis para consumo destas energias. Em relação ao esgoto e ao lixo, revelou que possui rede de esgoto administrada pelos órgãos públicos e que recebem o serviço de coleta de lixo, entretanto, não há nenhum tipo de tratamento e/ou separação para eles.

Destaco aqui, antes de aprofundar para as áreas de banheiro, cozinha, despensa, pátios, parques, quadras e refeitórios, uma observação interessante de ser levantada: Apenas o CIEP Mestre Cartola registrou a presença de áreas verdes em sua estrutura predial, esse debate se correlaciona com a necessidade de

espaços verdes e abertos suscitados por pesquisadores como Montezuma (2020), Unesco (2020; 2022) e Unicef (2022).

Interessante que o projeto original de Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro e Brizola previam espaços abertos e de convivência nos CIEPS. contudo, como observamos que Lucas é a zona de sacrifício da cidade capitalista, os espaços abertos deixam sua função de bem viver para refuncionalizar atividades de forças violentas que põem em risco de vida a comunidade escolar. Em Lucas, os espaços abertos são reterritorializados pelo Complexo de Israel, na lógica da violência do comércio ilegal das drogas.

FIGURA 77 - Tabela de recursos do CIEP Mestre Cartola em Parada de Lucas de acordo com o censo.

CIEP Mestre Cartola	
A OCUPAÇÃO DO PRÉDIO É PRÓPRIA?	SIM
ÁGUA POTÁVEL NO LOCAL?	SIM
SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA NO LOCAL?	SIM
ENERGIA PÚBLICA NO LOCAL?	SIM
HÁ GERADOR DE ENERGIA FÓSSIL OU RENOVÁVEL NO LOCAL?	NÃO
ESGOTO DE REDE PÚBLICA NO LOCAL?	SIM
SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA DE LIXO?	SIM
TRATAMENTO DE LIXO NO LOCAL?	NÃO

Fonte: Censo Escolar 2022.

Quando se trata dos banheiros das escolas, informou que há sim banheiros em suas dependências, tanto dentro, quanto fora de seu prédio. Em relação a cozinha, despensa, parque infantil, quadras e refeitórios também se registrou no censo. Há, ainda, pátio coberto e descoberto, além de quadras.

FIGURA 78 - Tabela de recursos do CIEP Mestre Cartola em Parada de Lucas de acordo com o censo.

CIEP Mestre Cartola

POSSUI BANHEIROS INTERNOS?	SIM
POSSUI BANHEIROS EXTERNOS?	SIM
POSSUI COZINHA NO LOCAL?	SIM
POSSUI DESPENSA NO LOCAL?	SIM
POSSUI PARQUE INFANTIL NO LOCAL?	SIM
A UNIDADE CONTA COM PÁTIO COBERTO?	SIM
A UNIDADE CONTA COM PÁTIO DESCOBERTO?	SIM
A UNIDADE CONTA COM QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA?	SIM
A UNIDADE CONTA COM QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA?	SIM
HÁ REFEITÓRIO NA UNIDADE ESCOLAR?	SIM

Fonte: Censo Escolar 2022.

Em relação a acessibilidade o CIEP é o que apresenta melhores condições, possuindo rampas, corrimãos e portas com maior largura (vãos livres).

FIGURA 79 - Tabela de recursos do CIEP Mestre Cartola em Parada de Lucas de acordo com o censo.

CIEP Mestre Cartola	
POSSUI CORRIMÃO NAS ESCADAS?	SIM
O PRÉDIO POSSUI ELEVADOR?	NÃO
O PRÉDIO TEM PISOS TÁTEIS?	NÃO
POSSUI PORTAS COM MAIOR ESPAÇAMENTO?	SIM
O LOCAL POSSUI RAMPAS?	SIM
A UNIDADE CONTA COM SINAIS SONOROS?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM SINAIS TÁTEIS?	NÃO
A UNIDADE CONTA COM SINAIS VISUAIS?	NÃO

Fonte: Censo Escolar 2022.

Em relação às salas de aulas, foi informado que existem no CIEP dezoito salas de aula, mas nenhuma delas climatizadas. Em contrapartida, esta é a única que possui todas as suas salas com possibilidade de acessibilidade a pessoas com deficiência, enquanto as outras não. São dezoito salas para 349 alunos, que se distribuem da maneira abaixo:

FIGURA 80 - Tabela de recursos do CIEP Mestre Cartola em Parada de Lucas de acordo com o censo.

CIEP Mestre Cartola	
TOTAL DE MATRÍCULAS	349 MATRÍCULAS
QUANTIDADE DE ALUNOS PNE	4
QUANTIDADE DE ALUNAS	168
QUANTIDADE DE ALUNOS	181
ALUNOS QUE NÃO SE AUTODECLARARAM	77
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM BRANCOS	78
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM PRETOS	34
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM PARDOS	160
ALUNOS QUE SE AUTODECLARARAM INDÍGENAS	0

Fonte: Censo Escolar 2022.

3.4. Comunidade escolar no enfrentamento ao racismo ambiental

Esta seção tem o objetivo de sintetizar as análises do capítulo e articulá-las com a questão central da pesquisa que busca problematizar a relação entre racismo ambiental e educação.

Os números de todas essas escolas refletem um fator social brasileiro, de acordo com os dados da último censo, em 2022 , cerca de 43,5% pessoas se declararam brancas (88,2 milhões), enquanto 10,2% se declararam pretas (20,6

milhões) e 45,3% se declararam pardos (92,1 milhões). Outras 0,6% se declararam indígenas e 0,4% se declararam amarelas, respectivamente 1,2 milhões e 850,1 mil pessoas.

Acredito ter nesse ponto aqui uma importante fonte de discussão, que não esgotarei, mas quero salientar e apontar como um problema educacional: a falta de letramento racial e debate etnográfico nas escolas. Pardo é papel, gente é preta/negra e os números dimensionam o quanto as escolas analisadas são habitadas por corpos pretos. E aqui, apesar de explanar sobre essa discussão que é epistemológica e importante para a pesquisa - também considerando o meu tardio apercebimento (Santos, 2015) enquanto corpo preto - reforço que não esgotarei o debate e utilizarei os termos registrados pelo censo, mas ao utilizá-lo, compreendendo que pode haver pessoas que se autodeclaram pardas e se duvidar, até mesmo que se consideram brancas, como eu fazia antes dos 15 anos por não ter nenhum debate escolar voltado para isso.

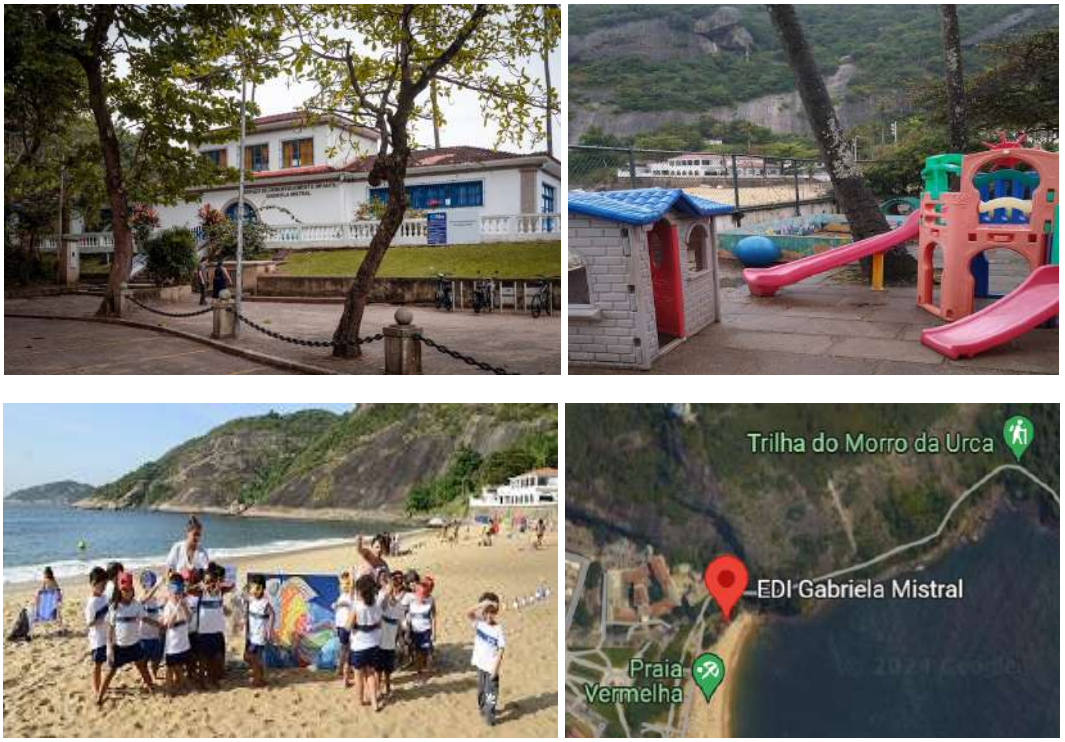
Diante desse cenário, é preciso um currículo escolar que se volte para as compreensões das causas e efeitos do racismo ambiental com intuito de identificar e desafiar as estruturas institucionais que perpetuam as desigualdades. Construindo uma escola que seja humana, capaz de compreender os desafios de seu próprio tempo para uma luta que busque viver melhor, comprometida com o futuro e as gerações futuras, onde todos tenham o direito de saber melhor o que já sabem e a participar da produção do que ainda não existe (Freire, 2006). É preciso ter uma escola que trabalhe o currículo que valorize saberes, onde ensino e aprendizagem se efetivam a partir de uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a olhar criticamente a realidade social, política e histórica (Freire, 2003), onde a escola possa junto aos seus alunos e professores, propagar mudanças na sociedade, sobretudo, começando pelo seu entorno.

E isso tudo na teoria já existe, mas na prática passam longe do dia a dia de escolas como as pesquisadas. Baroni et. al. (2024), vai nos dizer que ao olharmos a educação de uma forma única, onde ela é eurocentrada e inviabiliza saberes da diáspora africana brasileira é preciso se contrapor a isto com a ideia de Educações, que traz outras narrativas, corpos e saberes. E é neste modelo que se reforça um compromisso ético e estético de produção de conhecimento, com um currículo pensado e praticado de forma extensa a saberes e presenças. É no cotidiano escolar e no berço de seu currículo que praticamos, criamos e inventamos. Nesse

sentido, temos duas leis que, ao meu ver, trazendo suas práticas para a base escolar e tirando do campo teórico, trariam importantes resultados: A Lei Nº 7.973 do estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo uma política estadual de educação ambiental e criando um programa estadual de educação ambiental que inclui a educação climática no currículo da rede estadual, trazendo a discussão climática para os estudantes com o objetivo de construir "valores sociais, conhecimentos, atitudes, habilidades e competências quanto às ações de prevenção, mitigação, adaptação e resiliência relacionadas às mudanças climáticas" (Meireles, 2023) e a Lei Nº 10.639 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (Baroni, 2024), que fique destacado: Não quero e não pretendo debate-las aprofundadamente. Digo apenas que são leis que poderiam ajudar na construção de uma relação entre escola, comunidade e aluno, dentro do contexto aqui pesquisado e para problemas já apresentados.

A Lei de Nº 7.973 de Mônica Francisco no estado do Rio de Janeiro, não alcança as escolas de ordem municipal pesquisadas, entretanto, pensar neste currículo seria interessante e que mitigariam ações do racismo ambiental. Por exemplo, aqui quero contrapontear o seguinte elemento: O CIEP Mestre Cartola e a E.M. Gabriela Mistral na Urca, estão próximos ou integralmente inseridos à uma área militar, com muito verde e banhados pela Baía de Guanabara. Abaixo, alguns registros da E.M Gabriela Mistral.

FIGURA 81 - Imagens da E.M. Gabriela Mistral na Urca - RJ.



Fonte: Elaborado via Google Maps.

Estando em região às margens da baía de Guanabara e em área militar, a E.M. Gabriela Mistral é um baita exemplo do envolvimento público (em poder municipal) em regiões em que se tem o interesse de fazer valer o chão da escola, com práticas que dialogam com a comunidade escolar sobre proteção ambiental e práticas metodológicos que visam um currículo mais dinâmico, por fora das quatro paredes da sala de aula. É intensamente procurada por responsáveis de toda a cidade por essas práticas que adotou diante da região em que está localizada. Mas se Gabriela Mistral e Mestre Cartola estão diante do mesmo cenário (Baía de Guanabara, área de floresta e atuação militar), por que o CIEP Mestre Cartola precisa lidar com o tráfico do Complexo de Israel? Por que não há liberação para utilização da área verde ao redor da escola para atividades pedagógicas que envolvam preservação ambiental e o diálogo com a comunidade? E a baía de Guanabara? Percebo, com este estudo, que o racismo ambiental seria uma resposta para todas essas perguntas.

Ao apresentar jovens nadando no rio poluído, convido ao leitor para se voltar às figuras 66, 68 e 69, cortam as ruas das favelas de Lucas e passam em frente à Cruzada São Sebastião, tendo seus alunos passando por ali diariamente.

Ponto de destaque: Reparem nas imagens, não há lixo espalhado pela rua ou dentro do próprio rio. Fruto de educação ambiental promovida nas escolas ou ordem do tráfico local? Não se pode fazer um apontamento correto, mas é possível dizer (através do que expôs a escola) que não há um currículo voltado para isso. Não se vê ruas limpas assim fora da favela, o tráfico que destroi territórios sagrados e impõe uma realidade de violência, teria uma consciência ambiental que o próprio Estado não tem? Coloco estas impressões para evidenciar as contradições das forças políticas que atuam no território. As forças políticas com monopólio da violência impactam na dinâmica da forma espacial da escola e de seu entorno, quando a intenção é promover violências a corpos pretos periféricos e destruir o sagrado.

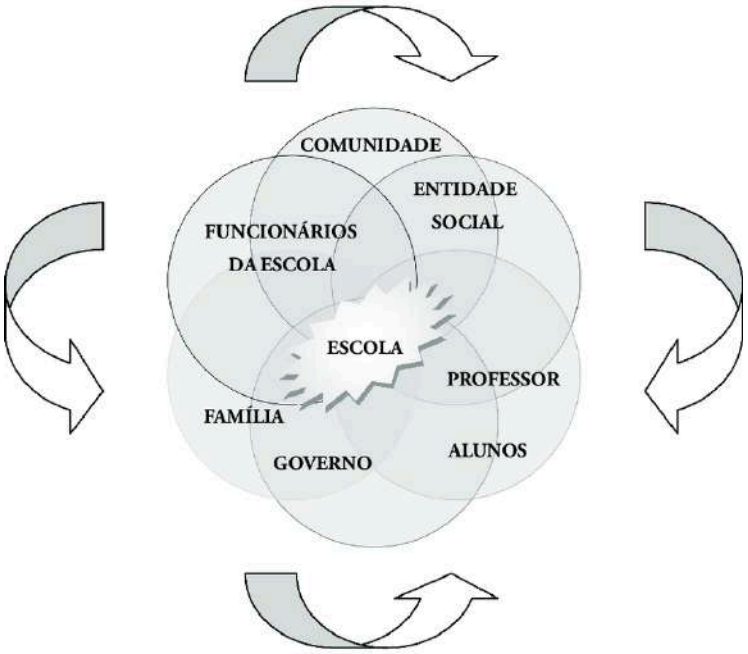
As discussões acima, ao operar com as lentes e contradições do racismo ambiental, evidenciam que não há interesse público em Lucas, como há na Urca. O poder público escolhe sacrificar[7] Lucas diante de outros pontos da cidade e isso também se reflete na educação. Quando digo aqui que os conceitos não são suficientes para expor o que o ocorre em Lucas, quero dizer que por aqui e em todos os outros lugares, fenômenos como o racismo ambiental são palpáveis e visíveis, e estão no cotidiano.

O espaço negado fora da escola é o mesmo negado dentro dessas escolas, pois vejam, na maioria não há pátio ou quadras, mas quando tem, como utilizá-los? Espaços abertos em Lucas são zonas de conflito e perigo, diferentemente do que ocorre para a E.M. Gabriela Mistral na Urca. Ao perder seu espaço de brincar e bem viver dentro da escola, Lucas expõe o espaço de violência como efeito do racismo ambiental.

A forma espacial da organização escolar vai se estruturar a fim de mitigar esses efeitos do racismo ambiental e tantos outros, é também um importante movimento de integração para alunos, professores, funcionários e o meio social ao qual está inserida (Freire, 2007)

[7] A expressão “zonas de sacrifício” é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que observa-se uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorecem escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas.

FIGURA 82 - Diagrama sobre a relação entre a comunidade escolar e a gestão da escola.



Fonte: Brito, R. de O. (2011). A relevância da participação da comunidade escolar em um modelo de gestão compartilhada. Universidade Católica de Brasília.

Compreendendo ainda, que a educação não se faz em um curto espaço de tempo, mas em práticas cotidianas ao longo de toda a vida, tendo a escola como local de encontro, concepções de vidas de alunos, professores, funcionários e comunidade local. É, portanto, uma gestão participativa que deve ser conduzida pela organização da escola a fim de destacar a comunidade ao entorno nas decisões de suas práticas, promovendo o envolvimento de quem faz parte direta ou indiretamente do processo educacional dentro do que se estabelece, em cada unidade escolar, por seus objetivos e soluções de problemas (Santos, 2004). Observamos neste contexto a importante participação da comunidade escolar na tomada de decisões, proposições e implementações de atividades, monitoramento e avaliações de práticas educacionais em seus planejamentos, a fim de que ocorra melhores resultados no processo educacional (Luck, Freitas, Girling, Keith, 2002).

Mas esse papo é muito bonito na teoria, na prática o que ocorre é outra coisa, como já vimos anteriormente. É uma reprodução sistêmica de

comportamentos racistas que mais reforçam práticas de desigualdade do que a solucionam, e isso desde quando, vejam só, os jesuítas comandavam a educação em território nacional com a missão de catequizar para dominar quem por aqui já estava. E os camaradas ficaram nessa por mais de 200 anos (Haddad e Di Pierro, 2000)! Tem mais tempo de ensino fundamentalista religioso no Brasil do que preto tem de “liberdade”. Isso aqui já poderia dizer tudo sobre a educação brasileira e como ela enfrenta os diferentes tipos de racismos, mas só isso não basta, é preciso trazer resultados contra essas reproduções e não mais a folclorização de pessoas pretas, mulheres e indígenas em todas as suas práticas (Gonzalez, 1982).

Vale ressaltar que quando se fala em resultados, não se fala apenas sobre o alcance de objetivos educacionais, mas se fala em uma ampla abordagem das relações interpessoais que ocorrem nesse contexto organizacional. Estamos falando sobre relação entre pessoas, afetividade! O afeto que rege essas relações e a compreensão de que todos são necessários para que haja um alcance maior de resultados porque o afeto também educa, não somente uma série de competências bem executadas em teoria (Arreguy, 2015).

Cabendo essa compreensão da necessidade de objetivos educacionais, entendidos e assumidos por todos, dentro de um empenho coletivo para sua realização, torna-se mais fácil a prática afetiva entre escola e comunidade. Nesse cenário, surge Collins (2019) ao falar sobre obstáculos epistemológicos que surgem diante da trajetória de pessoas pretas (sobretudo a mulheres), que Gonzalez também destaca como a não separação do “sujeito” e do “objeto”, sem considerar a subjetividade, emotividade e a experiência vivida, fazendo uma distinção entre o que é conhecimento e o que é sabedoria.

> Essa distinção entre conhecimento e sabedoria, assim como o uso da experiência como o limite entre os dois têm sido fundamentais… No contexto das opressões interseccionais, a diferença é fundamental. Conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados (Collins, 2019, p. 411).

A participação popular possibilita à comunidade o papel de protagonista nas decisões que envolvem aquele local, dão autoria e responsabilidade aos seus resultados ao passo que são parte orgânica daquela realidade, não somente um

instrumento operacional (Hora, 2009). É diante dessa prática participativa que torna-se possível quebrar o individualismo para promover ações construtivas de poder e competência popular, centrado em unidade social da escola como um todo. Essa participação, vale destacar, é caracterizada pela força consciente do que se realiza. Ou seja, é preciso ter plena consciência do que se faz e do porquê se faz, o corpo atuante deve reconhecer e assumir essa compreensão que dinamiza a escola, a cultura local e os resultados que se busca encontrar (Freire, 2006). Há um poder que resulta dessa compreensão e da competência que se faz necessário para decidir e agir, mas que não deve ser compreendido enquanto oriundo de uma tomada de decisão puramente, mas de um processo dinâmico e interativo que se caracteriza pelo apoio interpessoal que se constroi a partir do dia a dia, que reforça e dá esse poder ao povo (Freire, 2007).

E não há mistério nessas decisões e nesse poder porque a gente está cansado de sobreviver, a gente quer viver. O debate neste capítulo busca destacar a importância das ações de luta e resistência dos povos locais para que não sejam apagados, seus direitos não sejam retirados.

É preciso a força das comunidades escolares para combater as práticas de racismo ambiental, considerando o envolvimento de estudantes, responsáveis, professores e administradores na busca por soluções e uma educação crítica que supere conhecimentos sincréticos da realidade (Loureiro, 2016). Isso vai para além de espaços seguros e inclusivos nas escolas, mas passa também por práticas educacionais voltadas para o ensino ambiental crítico e valorização dos saberes tradicionais que passam pelas perspectivas dessas comunidades afetadas, a fim de a partir de um pensamento crítico ter plenas condições de reivindicar justiças sociais e construir, diante de potências individuais, uma cultura ampla, diversa e não alienada (Loureiro, 2015). Assim sendo, a comunidade escolar pode desempenhar um papel crucial no combate ao racismo ambiental dentro e fora da unidade escolar, considerando que todo o entorno enriquece as possibilidades de uma educação mais digna para todos. A comunidade escolar pode se envolver na sensibilização e educação sobre o tema, promovendo em seus núcleos sociais discussões e palestras sobre a temática a fim de que haja fomento à conscientização dos moradores locais e por consequência, alunos e professores, além dos funcionários da escola a esse assunto, ações comunitárias também podem ser realizadas com o

objetivo de identificar os principais pontos de impacto social do racismo ambiental de modo a facilitar a cobrança aos órgãos competentes.

Importante salientar que a criação de um ambiente inclusivo, onde a população local se sinta valorizada e respeitada, passa pela implementação de políticas e práticas públicas que promovam bem estar e combatam o racismo. Visando, inclusive, o desenvolvimento de currículos inclusivos para que a comunidade escolar possa trabalhar em colaboração na construção de práticas que incluam a história e as contribuições de diferentes culturas (Freire, 2007). Tem se visto práticas das comunidades para encontrar caminhos que visem a luta e a resistência desses povos, esta dissertação por exemplo. Entretanto, embora esses sejam caminhos possíveis e que tem contribuído ativamente para as resistências locais, é preciso que não se isente o poder público de cumprir com suas obrigações enquanto se responsabiliza as comunidades, exclusivamente, por esse processo de valorização de seus espaços.

A parceria entre escola e a comunidade social de seu entorno, pode estabelecer organizações comunitárias e grupos ativos nesse enfrentamento ao racismo ambiental, promovendo ações conjuntas, como eventos, campanhas de conscientização e projetos comunitários. Passando também pelo apoio emocional e social, ou seja, é importante que haja aos colaboradores e estudantes uma conscientização a fim de promover apoio psicológico a quem sofra mentalmente com os impactos dessa discriminação, isso pode ser feito por meio de programas de aconselhamento, grupos de apoio e ações que promovam a empatia e a solidariedade entre os alunos.

Ponto importante nesse diálogo, a comunidade escolar tem papel fundamental também na participação política e no monitoramento desses impactos a fim de realizar denúncias sobre esse fenômeno (Salerno, 2009). Isso pode ocorrer através da criação de canais de comunicação seguros, nos quais os alunos, professores e/ou funcionários podem relatar incidentes discriminatórios e sobretudo, pressionar autoridades educacionais e governamentais para ações concretas que diminuam os efeitos do racismo ambiental. Freitas (2000) compreende que a participação em campanhas, audiências públicas e a defesa de políticas educacionais ajudam a promover igualdade e justiça que podem favorecer também a comunidade local nesse enfrentamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Negro na senzala cruciante
Olhando o céu, pedia a todo instante
Em seu canto e lamento de saudade
Apenas uma coisa: Liberdade!
Meu irmão de minha cor
O que te peço é luta, sim, luta mais!
A cada negro que for
Mais um negro virá
Para lutar com sangue ou não
Ouve minha voz: Luta por nós!
Ninguém, ninguém vai nos acorrentar
Enquanto pudermos cantar
Enquanto pudermos sorrir
Alguém vai ter que nos ouvir!
(Wilson Simonal, 1967)

Me permitam… Iniciei este texto dedicando a todos que vieram antes e sonharam uma realidade que está em constante construção. Me perguntei ao longo de todo processo de escrita, se estaria evidente o que meus ancestrais sonharam, alguns começaram a construir e eu não vivo plenamente, mas também busco construir para os que virão. Confesso não saber se esta é a melhor forma de finalizar o trabalho, mas acredito ser a forma mais evidente de destacar as minhas intenções até aqui e para toda a vida: Liberdade. O que Lispector diz não saber o nome, Nina Simone explica: “Liberdade é não ter medo!”. Que possamos não ter medo para lutar, mas também que não tenhamos medo para viver porque enquanto pudermos falar, cantar e sorrir, terão que nos ouvir. E por aqui, finalizarei a escrita desta pesquisa e me comprometendo a seguir com as discussões tratadas aqui.

Ao longo desta dissertação, os impactos do racismo ambiental na estrutura educacional e no entorno de suas comunidades foram destacados. No caso, tratando de Parada de Lucas, mas poderia ser em qualquer outra região. Recordo aqui, Rita Montezuma, que enquanto participante da banca do processo de qualificação desta pesquisa me perguntou: “Qual é o lugar que não é impactado pelo racismo ambiental?”. Todos são, em maior ou menor grau. O destaque de Lucas diante desses problemas não se encontra somente a partir das mazelas, mas

também, diante de sua resistência e transformação social, ocupando e reivindicando seus espaços.

Devo dizer, que este capítulo que encerra a pesquisa não se conclui. E antes que a banca examinadora pense em me reprovar ou o leitor se questione se foi feito de bobo até esse momento, eu explico: Ponderei, do início ao fim, dando mais ênfase a partir do final do capítulo dois, que os conceitos científicos e a academia não alcançam a favela no tamanho de sua complexidade; e por vezes, excluem saberes e fazeres da população local. De modo que, nesse contexto, acredito que o papel da academia e das pesquisas acadêmicas sejam de não somente construir conhecimentos ou debatê-los, mas de fazer com que as pesquisas não se limitem a análises teóricas. É preciso traduzir essas ações para a prática com um compromisso inegociável com transdisciplinaridade, integrando diferentes saberes e fazeres. Que se desça do pedestal e vá para base, garantindo inclusive que os resultados sejam acessíveis e úteis, em constante diálogo e construção com, não somente sobre.

De modo que este trabalho também não vai esgotar a discussão necessária para a localidade de Parada de Lucas e Complexo de Israel, tampouco para questões como racismo ambiental e educação. Por esta razão este trabalho não se conclui. Porque a favela não se esgota, porque a discussão sobre essas temáticas não podem e não devem parar, a vida é contínua e por mais que insistam em nos matar de diferentes formas e perspectivas, “nós combinamos de não morrer”, nos garantiu Conceição Evaristo.

Nesta pesquisa, acredito que tenha sido possível destacar o tamanho da complexidade do racismo ambiental e do seu entrelaçamento com outras tipificações de racismos, provocando o reforço desses fenômenos em ambientes como Lucas. Desde a localização geográfica à políticas públicas, proliferam e perpetuam desigualdades, provocando um ciclo vicioso de marginalização e vulnerabilidades.

Ciclo este que encontra no povo de Lucas a gota de esperança para continuar vivendo, desenvolvendo resiliência cotidiana a partir das estratégias de sobrevivência e fortalecimento comunitário. As dinâmicas de resistência neste lugar buscam se reforçar desde um jornal que sai daqui e alcança outras favelas da cidade até a cultura do povo preto; e do norte desse país. O silêncio que a arma imposta tenta causar as vozes e corpos de terreiro, não são capazes de silenciar uma fé que eleva a alma em busca do sagrado. O povo perseguido, que apesar do

medo, resiste denunciando ataques e não deixa de viver sua fé. O Estado dorme, mas quem os protege não.

A educação foi vista como pilar fundamental na luta contra os racismos, mas as escolas como reprodutoras dessas práticas. Nos espaços em que deveriam ser promovidos conteúdos sobre antirracismo, práticas pedagógicas inclusivas e a cultura de povos pretos, não se encontrou nada disso oficialmente. A valorização das experiências dos alunos e das comunidades escolares para que fosse possível ter um ambiente escolar que para além de respeitar diversidades, se tornassem centros de resistência e transformação, também não se encontraram. As escolas, sob planejamento de poder do Estado, sofrem com falta de infraestrutura e plano curricular que contemple avanços, ficando presas em retrocessos e tentativas não oficiais de sair ou mitigar efeitos desse domínio. É preciso fazer valer leis que incentivam o debate sobre questões ambientais e raciais, não somente para informar, mas principalmente para empoderar alunos a atuarem como principais agentes dessas transformações, destacando narrativas e fortalecendo identidades.

É importante que se trate a educação como um componente central para esse enfrentamento, sobretudo, considerando também uma educação ambiental crítica nesses espaços educacionais. Debater em escolas como Joseph Bloch, CIEP Mestre Cartola e Cruzada São Sebastião, que estão inseridas no contexto de degradação ambiental, o quanto isso se liga ao ciclo de desigualdade social é ponto chave para a mudança. Estudos de caso locais, discussão sobre os problemas enfrentados pela região e até mesmo, o olhar em volta pela janela (saída de campo diante do cenário de violência seria improvável) poderiam ser práticas consideradas.

Sair desse contexto exige ação coordenada (e interesse) das instituições públicas. Evidente, a comunidade escolar é importante para a transformação local, mas não unicamente, ela é vítima dessa ação. Cabe a ela denunciar e cabe ao Estado cumprir com suas obrigações, fazendo isso através de políticas públicas que sejam desenvolvidas com participação ativa das periferias, garantindo que suas necessidades e perspectivas sejam atendidas. É preciso organizar programas de revitalização urbana, despoluição de rios, investimentos em áreas verdes, criação de espaços públicos seguros e saudáveis. Mas isso só é possível também, garantindo segurança. Na minha compreensão, para o bem viver local, o primeiro passo deve se estruturar na liberdade de um povo que é feito de refém pelo narcopentecostalismo. E assim, além de tudo isso, considerando o profundo impacto

das violências cotidianas, destaco a importância de um programa de apoio psicológico e de saúde mental para os moradores da região, algo que pode ser feito a partir das clínicas da família da região.

De um modo geral, este trabalho pretende ser uma contribuição para a luta social dessa localidade, destacando uma abordagem que visa ser integrada e participativa. Tenho o desejo de que inspire novas pesquisas e ações concretas da educação básica à pós graduação, sempre pautando a valorização das vozes e saberes comunitários periféricos. É um longo caminho, mas não há muito outros jeitos para um lugar mais justo e sustentável sem que se passe por uma responsabilidade coletiva que não pode ser negligenciada.

Compreendo que serei gota d'água. Mas não estou só. Me percebo, diante desses dados, como uma gota no oceano e me animo em reconhecer que farei parte, com essa escrita, de algo muito maior que está por vir. O enfrentamento dessas problemáticas são árduos, quase que utópicos. Mas ainda há de se permitir sonhar (e sobretudo, realizar). Nossos sonhos não haverão de ser só fantasia. Nossas vozes hão de ecoar.

5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental?*. 2009.

ADAPTAÇÃO DE ELZA SOARES. *O que se cala*. Rio de Janeiro: DeckDisk, 2018. 3:51 minutos.

ADAPTAÇÃO DE JORGE ARAGÃO. *Moleque atrevido*. Rio de Janeiro: Indie Records, 2013. 2:39 minutos.

ADAPTAÇÃO DE CAETANO VELOSO. *Divino maravilhoso*. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1969. 4:20 minutos.

ADAPTAÇÃO DE EDSON GOMES. *Lili*. Bahia: Recôncavo, 1990. 4:03 minutos.

ADAPTAÇÃO DE EMICIDA. *Levanta e anda*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2018. 2:50 minutos.

ADAPTAÇÃO DE MANGUEIRA. *História para ninar gente grande*. Rio de Janeiro, 2019. 4:32 minutos.

ADAPTAÇÃO DE RACIONAIS MC. *Voz ativa*. São Paulo: Zimbabwe Records, 1994. 5:13 minutos.

ADAPTAÇÃO DE UNIDOS DE LUCAS. *Essa gente brasileira*. Rio de Janeiro, 1985. 3:48 minutos.

ADAPTAÇÃO DE EMICIDA. *AmarELO*. São Paulo: Sony Music – Laboratório Fantasma, 2018-2019. 8:54 minutos.

ADAPTAÇÃO DE WILSON SIMONAL. *Tributo a Martin Luther King*. São Paulo: Som de Três, 1967. 2:58 minutos.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARREGUY, Marília Etienne; COUTINHO, Luciana Gageiro. Considerações sobre afetos e violências no espaço escolar: conversações com professores. *Educação em Revista*, v. 31, p. 279-298, 2015.

BARONI, P.; RODRIGUES, A. C.; HONORATO, R. F. S. Editorial - Criações Curriculares a partir de Epistemologias Negras. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 10, p. 5-6, 2024.

BARONI, P.; RODRIGUES, A. C.; HONORATO, R. F. S. 20 Anos da Lei 10.639: por uma educação/vida antirracista. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 10, p. 7-18, 2024.

BARROS, Thiago Henrique Viégas; BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio

BARTHOLL, T. A Ciência como ferramenta de luta. 2021. Debate em vídeo. Disponível em: https://youtu.be/Qt0E9TOmeC4. Acesso em: 14 fev. 2022.

Bessa-Oliveira. ARTE CONTEMPOR NEA: A FAVELA DOS PERÍODOS; À MARGEM DOS CONCEITOS. In: III SELAC-Seminário de Literatura e Arte Contemporânea, 2018.

BELFIORE, Paolo. Diagnóstico socioambiental da comunidade de Parada de Lucas, Rio de Janeiro. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

BONOMO, Lorena Lopes Pereira. Rua-Escola: Experiências que provocam a formação e a prática docente para o mundo público. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 2, n. 3, p. 148-166, 2016.

BULLARD, Robert D. Dumping in Dixie: race, class and environmental quality. Boulder: Westview Press, 1990.

BULLARD, Robert D. (Org.) Confronting environmental racism: voices from the grassroots. Boston: South End Press, 1993.

CARTIER, Ruy et al. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, p. 2695-2704, 2009.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do outro como não-ser fundamento do ser. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARPENEDO, Manoela. *Becoming Jewish, Believing in Jesus: Judaizing Evangelicals in Brazil*. New York: Oxford University Press, 2021.

CASIMIRO, Pammella. *Escre(v)endo a Baixada: (Des)estruturação do racismo ambiental no bairro de Campos Elíseos*. [s.n.], [s.d.].

CHAVIS, Benjamin; BULLARD, Robert D. *Confronting Environmental Racism: Voices from the Grassroots*. Boston: South End Press, 1993.

CNN BRASIL. Ao menos cinco pessoas negras foram mortas pela polícia por dia em 2021, aponta pesquisa. Disponível em:

https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ao-menos-cinco-pessoas-negras-foram-mortas-pela-policia-por-dia-em-2021-aponta-pesquisa/. Acesso em: 4 jul. 2024.

COSTA, Viviane. *Traficantes evangélicos: Quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023.

CRUZ, L. *As montanhas falaram alto, eu, da escola respondi: uma escrevivência geopoética para a conservação da natureza*. 2021. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CNN BRASIL. Ao menos cinco pessoas negras foram mortas pela polícia por dia em 2021, aponta pesquisa. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ao-menos-cinco-pessoas-negras-foram-mortas-pela-policia-por-dia-em-2021-aponta-pesquisa/. Acesso em: 4 jul. 2024.

CUNHA, Magali. A interseção mídia religiosa e mercado e a ressignificação de signos bíblicos pelos evangélicos. *Relegens Thréskeia – Estudos e Pesquisa em Religião*, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2014.

CUNHA, Christina Vital da. A criação do Complexo de Israel e sua relação com o crescimento do pentecostalismo em periferias – Rio de Janeiro, Brasil. *Anuário Antropológico*, v. 49, n. 1, p. 250-273, 2021.

CUNHA, Christina Vital da.. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. *Religião & Sociedade*, v. 34, n. 1, p. 61-93, 2014.

CUNHA, Christina Vital da. *Oração de traficantes: uma etnografia*. Rio de Janeiro: Garamond; FAPERJ, 2015.

DE MELLO CORRÊA, Aureanice; MOUTINHO-DA-COSTA, Lara; LOUREIRO, Carlos Frederico B. O Processo de Implantação do Espaço Sagrado em Unidade de Conservação: o Caso da Curva do S no Parque Nacional da Tijuca na Cidade do Rio de Janeiro.

DE OLIVEIRA, Dennis. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. Rio de Janeiro: Dandara Editora, 2021.

DE OLIVEIRA, Maria de Nazaré. *Um caso de racismo ambiental: representações sociais, políticas e ambientais de populações quilombolas*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, [2017].

DE SOUZA, Arivaldo Santos. Racismo institucional: para compreender o conceito. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 1, n. 3, p. 77-88, 2011.

DE SOUZA SILVA, Karine. “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. *Revista Mbote*, v. 1, n. 1, p. 020-041, 2020.

DOMINGUES, Petrônio José. "A redenção de nossa raça": as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 31, p. 19-48, 2011.

DANTAS, S.; FERREIRA, L.; VEAS, M. P. B. Um intérprete africano do Brasil: Kabenguele Munanga. *Revista USP*, n. 114, p. 31-44, 2017. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i114p31-44.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.

EVARISTO, Conceição. *Canção para ninar menino grande*. Apresentação Tom Farias. São Paulo: UniPalmares, 2018.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. 2005. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

ESCREVIVÊNCIA: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes ; ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, F. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Editions du Seuil, 1952. Em defesa da revolução africana. Lisboa: Sá da Costa, 1969. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. Complexo de Israel. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/ascensao-evangelica-fez-traficantes-substituirem-santos-e-orixas-por-deus-de-israel-conta-livro.shtml. Acesso em: 03 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P.; HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

G1. Violência oprime moradores de Cordovil, Parada de Lucas e Brás de Pina. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj2/video/violencia-oprime-moradores-de-cordovil-parada-de-lucas-e-bras-de-pina-8725103.ghtml. Acesso em: 4 jul. 2024.

GAÚCHA ZH. Movimentos negros protestam contra racismo, chacinas e genocídio sem fim pelo Brasil. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/05/movimentos-negros-protestam-contra-racismo-chacinas-e-genocidio-sem-fim-pelo-brasil-ckonmvccd001b01gt6zs4rxxu.html. Acesso em: 4 jul. 2024.

GAMA, Felipe Barbosa Teixeira. Negro drama: Reflexões sobre o impacto do racismo ambiental no genocídio de jovens negros em Rondonópolis - MT. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2020.

GAMA, Raphael da Silva. Educação Ambiental e o Racismo Ambiental no Bairro José de Anchieta - Serra/ES e nos Cotidianos Escolares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2022.

GALERIA DO SAMBA. Unidos de Lucas. Disponível em: https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-de-lucas/. Acesso em: 4 jul. 2024.

GHERMAN, Michel; KLEIN, Misha. Aquela Noite: o lugar da Israel imaginária na nova direita brasileira. *Revista Anthropológicas*, v. 25, n. 32, p. 2, 2021.

GHERMAN, Michel; KLEIN, Misha. Entre “conversos” e “desconversos”: o caso da influência da Nova Direita Brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio (Org.). *Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Editora Elefante, 2020.

HAESBAERT, R. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.). *Racismo Ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 2006. 331 p.

IBGE - O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cor ou Raça. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html. Acesso em: [data de acesso].

INSTITUTO SOU DA PAZ. Crianças e adolescentes negras de até 14 anos morrem 3,6 vezes mais por armas de fogo do que crianças brancas, revela estudo do Instituto Sou da Paz. Disponível em: https://soudapaz.org/noticias/criancas-e-adolescentes-negras-de-ate-14-anos-morrem-36-vezes-mais-por-armas-de-fogo-do-que-criancas-brancas-revela-estudo-do-instituto-sou-da-paz/. Acesso em: 4 jul. 2024.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Orfeu Negro, 2019.

LEI 10.639/03 NA PRÁTICA (livro eletrônico): experiências de seis municípios no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Realização Geledés Instituto da Mulher Negra, Instituto Alana. São Paulo: Instituto Alana, 2023.

LERNER, S. *Sacrifice Zones: The Front Lines of Toxic Chemical Exposure in the United States*. Massachusetts: The MIT Press, 2010.

LIMA, Agnes. A operacionalidade do conceito de Kalunga para uma revisão crítica das epistemologias negras. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 227, p. 23-32, 2021.

LIMA, F. Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: Sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PEREIRA, M. O.; GOUVEA, R. (Orgs.). *Luta manicomial e feminismos: Discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2017. p. 70-85.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e epistemologia crítica. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 32, n. 2, p. 159-176, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MARQUES, João Filipe. O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de explicação do social a uma compreensão sociológica do racismo. *Ethnologia*, v. 3, p. 39-57, 1995.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-29.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A "POLÍTICA DOS TERREIROS" CONTRA O RACISMO RELIGIOSO E AS POLÍTICAS "CRISTOFASCISTAS". *Debates do NER*, 2021.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 6, n. 7, p. 259-265, 1982.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. "Escrevivência" em *Becos da memória*, de Conceição Evaristo. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, p. 621-623, 2009.

O DIA. Quatro pessoas desapareceram no Complexo de Israel em pouco mais de um mês. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/05/6856283-quatro-pessoas-desapareceram-no-complexo-de-israel-em-pouco-mais-de-um-mes.html. Acesso em: 4 jul. 2024.

PELACANI, B.; OLIVEIRA, C. A. G.; SÁNCHEZ, C. La educación ambiental de base comunitaria que emerge del conflicto con la represa hidroeléctrica de El Peñol, Colômbia. *Revista Perspectivas Educativas*, Tolima, v. 8, p. 17-37, 2019.

PELACANI, B.; SÁNCHEZ, C.; ALVEZ, C.; RENAUD, D. A Fotoescrevivência como proposta metodologia para Educação Ambiental de Base Comunitária: A Re-existência sociocultural na luta pela água e pelo território no Vale do Guapiaçu (RJ). In: *ANAIS* X Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 2019.

PEREIRA, Alessandra. A dimensão pedagógica dos terreiros e o racismo ambiental: Aportes das lutas antirracistas à educação ambiental crítica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [2019].

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Complexo de Israel. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/24/traficantes-usam-pandemia-para-criar-novo-complexo-de-favelas-no-rio-deixam-rastro-de-desaparecidos-e-tentam-impor-religiao.ghtml. Acesso em: 03/05/2023.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Análise do IDHM - Rio. Disponível em: www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162028/analise_idhm_rio_v4_compur.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

PREVE, D. R.; DOS SANTOS, G. G.; CAMPOS, J. B. Racismo ambiental e o princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, [S. l.], v. 21, n. 7, p. 6851–6876, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n7-055. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/816. Acesso em: 16 abr. 2023.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgardo (Org.). *Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. p. 107-130.

REBELO, Maria de Nazaré de Oliveira. Um caso de racismo ambiental: Representações sociais, políticas e ambientais de populações quilombolas. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, [2017].

RIO ON WATCH. Documentário 'Fala Tu' sobre a comunidade de Parada de Lucas tem pré-estreia na favela. Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=60951. Acesso em: 4 jul. 2024.

ROCHA, Ana Angelita da. Corpo-território como argumento curricular de resistência. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 59, p. 56-71, out. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052019000500056&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2023. Epub 21 jan. 2020. https://doi.org/10.12957/teias.2019.46858.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. *Flecha no Tempo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SALERNO, Soraia Chafic el Kfouri. *Descentralização e a gestão educacional*. São Paulo: Expressão & Arte, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Gyme Gessyka Pereira; SALES, Sandra Regina. A Mulher Negra Brasileira, Miscigenação e o Estupro Colonial: O mito da democracia racial e o

reforço de estereótipos racistas e sexistas. *Caderno Espaço Feminino/Uberlândia, MG*, v. 31, n. 1, 2018.

SANTOS, Luciana Carla dos; MARTURANO, Edna Maria. Crianças com dificuldade de aprendizagem: um estudo de seguimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 12, p. 377-394, 1999.

SANTOS, Paloma Silva de. Políticas educacionais antirracistas: análise dos modos de enfrentamento ao racismo em escolas públicas brasileiras. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. " Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Revista Psicologia Política, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017.

SOUZA, W. V. F.; DOS SANTOS, B. M. de S. O lugar em disputa: vivências, percepções e identidade a partir das relações territoriais no assentamento Santana/MS. *Revista GeoUECE*, [S. l.], v. 10, n. 18, p. 101–121, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/5036. Acesso em: 3 jul. 2024.

TOMAZ, Camila Reis; CERQUEIRA, Danilo Rocha; PONCIANO, Luiza Corral de Oliveira Martins. Desporto da floresta: por uma orientação geopoética nas unidades de conservação. *REMEA*, v. 41, n. 1, 2021.

TRINDADE, A. *A Dialética da Colonização*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Desigualdade ambiental e “zonas de sacrifício”. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro, v. 21, 2006.

WIKIFAVELAS. Parada de Lucas. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Parada_de_Lucas#:~:text=Era%20conhecida%20como%20Tr%C3%AAs%20Bicas,trem%2C%20l%C3%A1%20inaugurada%20em%201949. Acesso em: 4 jul. 2024.

ZÚÑIGA, Víctor Hugo Godoi. Educação ambiental e racismo: contribuições da educação das relações étnico-raciais. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, [2019].